



# Anais da Assembléia

N.º 21

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1985.

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 017.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1985

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos e Péricles Pacheco.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Nelson Buftara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque e Trajano Bastos (15). Achando-se em licença o Sr. Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Fortes) Estão em discussão as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal para verificação de quorum, para aprovação das atas.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

31 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Já foi procedida a verificação de votação.

O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura do expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL – (Pela Ordem) Sr. Presidente, a votação não foi feita ainda. “Apenasmente” o Deputado Alencar Furtado pediu a chamada nominal. E a verificação não houve, porque agora é que vai ser posta em votação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa informa ao Sr. Deputado Gabriel Manoel que foi feita a votação. O Deputado Alencar Furtado pediu verificação de votação, para prosseguimento da sessão.

O SR. ALENCAR FURTADO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Vai se proceder a leitura do expediente pelo Primeiro Secretário, após o que será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa acusa a presença de 31 Srs. Deputados. Consulto o Deputado Alencar Furtado, se ainda persiste a sua chamada nominal.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – Sr. Presidente, eu solicitei chamada nominal, com posterior verificação de quorum para prosseguimento da sessão, se regimentalmente o Regimento estiver de acordo, mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.  
(É procedida a chamada nominal)

O SR. GABRIEL MANOEL – (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós temos aqui, não sei, esta obsessão do Deputado Alencar Furtado, de ver que tem quorum e continua a nos... não querem que nós trabalhemos.  
Encantado, senhor.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO – (Pela Ordem) Requeri verificação de quorum, não mais chamada nominal. A Presidência que decidiu assim fazer.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Nobre Deputado, a chamada nominal implica em verificação de quorum para votação. Segue-se a chamada nominal.  
(Continua a chamada nominal o Sr. 1.º Secretário).

R Responderam à chamada 32 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, embora entendamos os objetivos do nobre Deputado Alencar Furtado, queremos consignar o nosso protesto, Sr. Presidente, pela forma como são tratados os Deputados nesta

Casa, como se fossem meros colegiais, a cada instante respondendo chamadas para verificação de quorum.

Quero sugerir a Vossa Excelência, que é um homem com larga experiência na administração desta Casa, que determine ao Serviço de Portaria, que recoloque no Serviço de Portaria, ou que lote o Serviço de Portaria desta Casa com funcionários competentes, capazes e merecedores da confiança da Comissão Executiva desta Casa, para que o dispositivo regimental seja devidamente avalizado e que seja devidamente interpretado pelos Srs. Deputados.

Porque, exige-se a presença de quorum apenas na votação da Ordem do Dia. Este é o espírito regimental, Sr. Presidente. Mas, para a mera leitura de ata, leitura de expediente, o Serviço de Portaria da Casa é que tem que informar à Comissão Executiva se existe número legal de Deputados na Casa. Porque os Srs. Deputados, quando aqui vêm, atendem os interesses do povo, dos Srs. Prefeitos, dos municípios do interior em seus gabinetes. Eles não precisam e não devem, necessariamente, estar no plenário da Casa, senão quando da votação da Ordem do Dia.

Este é o espírito regimental.

Basta que a Portaria informe à Mesa a existência da presença de número legal de Deputados, para que a sessão tenha continuidade.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Questão de Ordem levantada pelo Deputado Erondy Silvério que visa a colocação de pessoal especializado na Portaria, em parte tem procedência.

Mas nobre Deputado, embora a Presidência reconheça que o objetivo do Deputado que tem requerido constantemente verificação de quorum e chamada nominal, não se prende ao objetivo de preservar a honorabilidade da Casa, mas sim, criar problemas para o funcionamento da sessão, não pode impedir que o faça, porque é regimental.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 72/85

Curitiba, 28 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar o art. 2.º da Lei n.º 7550, de 17 de dezembro de 1981, ficando restaurada a redação original do art. 6.º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 6407, de 07 de junho de 1973.

O plano de lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis, atende plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que a composição prevista na redação original da Lei 6407/73, para o Conselho de Administração do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Fundação Edison Vieira, guarda melhor sintonia com as peculiaridades daquele órgão colegiado, ampliando o universo de escolha e ensejando oportunidade a que nele possam ser investidas pessoas de notórios conhecimentos nas áreas de desenvolvimento econômico e social e não somente oriundos dos setores que a Lei 7550/81, menciona.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

# ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica revogado o art. 2.º da Lei n.º 7550, de 17 de dezembro de 1981, e restaurada a seguinte redação do art. 6.º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 6407, de 07 de junho de 1973:

“Art. 6.º — O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado à qual estiver a mesma vinculada, que o presidirá, pelo Presidente da Fundação, como membros natos e por três outros membros, nomeados pelo Governador do Estado entre profissionais de notórios conhecimentos na área do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único — O mandato dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Governador do Estado será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 73/85.

Curitiba, 29 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador Dr. João Elísio Ferraz de Campos possa, eventualmente, se ausentar do País, com destino ao Japão, para representar o Governo do Estado na visita oficial àquele País, cumprindo a programação constante da Mensagem Governamental n.º 63/85, na hipótese de impossibilidade de meu afastamento, já devidamente autorizado por essa Augusta Casa de Leis, conforme ofício n.º 532/85, dessa Presidência.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO 590/85/DA/CEA/SC

Curitiba, 01 de abril de 1985

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento das Mensagens de Vossa Excelência, sob os números 72 e 73/85, de 28 do mês próximo passado, cujos planos de lei foram devidamente encaminhados nesta Casa.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus elevados protestos de alta estima e consideração.

(a) NILSO SGUAREZI

Presidente

Sob o n.º DTL/05/85, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.º 308/84, o qual convertido em Lei tomou o número 8071. — Anote-se. Arquite-se.

Sob o n.º 20/85, do Sr. Antonio Aparecido de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, datado de

21 do mês próximo passado, encaminhando moção de agradecimento a esta Casa de Leis, de iniciativa do Vereador José Neri das Chagas e aprovada por unanimidade nesse Legislativo, por ter aprovado o projeto de lei que emancipou o Distrito de São José. — Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com a presente tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, os nomes dos Srs. Deputados da Bancada do PFL, para comporem as respectivas Comissões Permanentes da Casa, como segue:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

<b>Efetivo</b>	<b>Suplente</b>
IVAN GUBERT	JORGE MAIA
BASÍLIO ZANUSSO	AUGUSTO CARNEIRO

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

AUGUSTO CARNEIRO	IVAN GUBERT
------------------	-------------

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

JORGE MAIA	FRANCISCO ESCORSIN
------------	--------------------

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

WERNER WANDERER	BASÍLIO ZANUSSO
-----------------	-----------------

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PÉRICLES PACHECO	WERNER WANDERER
------------------	-----------------

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

IVAN GUBERT	JORGE MAIA
-------------	------------

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

JORGE MAIA	IVAN GUBERT
------------	-------------

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

FRANCISCO ESCORSIN	BASÍLIO ZANUSSO
--------------------	-----------------

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

BASÍLIO ZANUSSO	WERNER WANDERER
-----------------	-----------------

#### COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

WERNER WANDERER	FRANCISCO ESCORSIN
-----------------	--------------------

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

AUGUSTO CARNEIRO

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

FRANCISCO ESCORSIN	JORGE MAIA
--------------------	------------

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

JORGE MAIA	IVAN GUBERT
------------	-------------

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

IVAN GUBERT	BASÍLIO ZANUSSO
-------------	-----------------

#### COMISSÃO DE TURISMO

WERNER WANDERER	FRANCISCO ESCORSIN
-----------------	--------------------

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PÉRICLES PACHECO	AUGUSTO CARNEIRO
------------------	------------------

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO-AMBIENTE

AUGUSTO CARNEIRO	WERNER WANDERER
------------------	-----------------

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas,

Cordiais Saudações

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Líder do P.F.L.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, regime de urgência na tramitação do projeto de lei n.º 162/84, originário da Mensagem n.º 135/84, do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O X Encontro dos Secretários de Administração dos Estados, Territórios e Distrito Federal, encerrado na semana que passou, em Foz do Iguaçu, em seu documento final, nomeado "Carta dos Secretários de Administração", aprovou uma série de conclusões destinadas a aperfeiçoar a política de administração de recursos humanos.

Dentre elas, é de se destacar a que recebeu o número 2, que citamos literalmente: "Democratizar o acesso a cargos, empregos e funções públicas, através de concurso público, ou de outras formas para admissão de servidores. Agilizar os processos de seleção, com a simplificação da legislação pertinente e a utilização de processos seletivos diferenciados, em função das peculiaridades de cada cargo, emprego ou função, com prioridades para a realização".

Na realidade, a austeridade e a moralidade administrativa, ingredientes fundamentais da nova filosofia de governo que impera no País e em alguns Estados, como o nosso, exigem uma real e concreta democratização no acesso aos cargos públicos. Daí o reconhecimento proporcionado pelo retro-mencionado conclave.

Neste sentido, em 25 de junho do ano que passou, o Governador José Richa enviou a esta Casa, através da Mensagem 135/84, o anteprojeto de lei que tomou o número 162/84, e que concretizará, quando promulgado aquele objetivo que, cremos, é do interesse de todo o povo do Paraná.

Nada mais justo e coerente, então, que tal anteprojeto tramite em regime de urgência, a fim de que as medidas ali preconizadas, de real e magno interesse público, entrem em vigor o mais depressa possível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n.º 319/84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PREVIDENCIÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS, Sucursal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n.º 339/84, que transfere à Mitra Diocesana de Paranaguá, terreno de propriedade do Estado, no Município de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de cinco (05) sessões, o Projeto de Resolução n.º 20/84, de autoria do Deputado Tércio Albuquerque, que cria na estrutura do Poder Legislativo, seis Gabinetes destinados às Vice-Lideranças.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA – Líder do PMDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Líder do PDS

GILBERTO CARVALHO – Líder do PFL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada e arquivamento dos Projetos de Lei n.ºs 116 e 37/83.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, sejam transformadas as Sessões Plenárias de terça e quarta-feira, dias 03 e 04 de abril, em reuniões das Comissões Técnicas, em virtude do acúmulo de projetos a serem apreciados.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA – Líder do PMDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Líder do PDS

GILBERTO CARVALHO – Líder do PFL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, interpartidária, destinada a promover estudos sobre a reforma administrativa do Tribunal de Contas do Estado e a viabilidade e oportunidade da criação de um Conselho de Contas Municipais.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ROBERTO REQUILÃO

Apoiamento:

Acir Mezzadri, Tadeu Lúcio Machado,  
Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka,

Sabino Campos, Tadeu França,

Caíto Quintana, Homero Oguido,

Nelson Vasconcellos, Irondi Pugliesi,

Eduardo Baggio e Edmar Luiz Costa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que a Comissão de Agricultura desta Augusta Casa de Leis, se faça representar, juntamente com a Comissão de Ecologia, através de quatro Srs. Deputados, e Secretário da Agricultura, Dr. Claus Germer, na audiência com o Sr. Ministro da Agricultura, Senador Pedro Simon, marcada para o dia 02 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB.

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se faz, em virtude de que, nesta audiência com o Ministro da Agricultura, serão abordados temas de relevância para a agricultura paranaense, e que influenciarão em muito a próxima safra. Assim sendo, entendemos ser medida coerente, a participação dos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Agricultura desta Casa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar, com inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Sr. OLÍMPIO CARDOSO MACHADO, ocorrido em data de 30 de março de 1985, na cidade de Colorado.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se para: Sr. Renato Cardoso Machado e familiares, sendo que o mesmo é Prefeito Municipal da Cidade de Colorado.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

De personalidade marcante, e sempre devotada às causas da comunidade, o Sr. Olimpio Cardoso Machado, mineiro de Alfenas, foi um dos fundadores e desbravadores da região de Colorado. Sendo que deixou um grande vácuo na comunidade coloradense, e quem o conheceu, guardará na lembrança a imagem sempre alegre e gentil que soube cativar a simpatia e amizade de todos.

O Sr. Olimpio Machado Cardoso contava com 88 anos de idade, é avô paterno do atual Prefeito Municipal de Colorado, Sr. Renato Cardoso Machado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTENOR CALLEFE, ocorrido no dia 31 de março, nesta Capital.

O extinto era conceituado comerciante, vindo o seu falecimento causar enorme consternação a seus amigos e familiares.

Requer, ainda, seja dada ciência desta decisão, à família enlutada, à Rua Portugal, 365, Curitiba, Pr.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IVAN GUBERT

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor, pesquisador e médico, Dr. MILTON GIOVANNI, professor da Universidade Federal do Paraná.

Dedicou-se à pesquisa, em especial sobre Toxoplasmose, mesmo após sua aposentadoria, chegando a ter mais de 200 trabalhos publicados.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja manifestado à pessoa do Dr. Osiris Stenghel Guimarães, votos de congratulações e cumprimentos, pela sua ascensão e posse à Presidência da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA, ocasião em que, ressalta a importância e o significado que representa para o Paraná e para a Nação, a participação daquela autoridade no Governo Federal.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência àquela Presidência.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja manifestado à pessoa do Dr. KARLOS RISCHBIETER, votos de congratulações e cumprimentos, pela sua ascensão e posse à Presidência do IBC — Instituto Brasileiro do Café, ocasião em que ressalta a importância e o significado que representa para o Paraná e para a Nação, a participação daquela autoridade no Governo Federal.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência àquela Presidência.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, votos de congratulações à Associação dos Servidores da Fundação de Saúde, pela eleição de sua nova Diretoria, com sede na municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Dr. José Ribeiro Ferraz.

As transformações dentro de qualquer sociedade só acontecem se, no seu bojo, ocorrerem também a expressão firme dos que integram tal coletividade, e isto só é possível se houver uma organização efetiva e uma união de todos.

A Nação brasileira vivencia uma perspectiva real de transformações que ela almeja, tendo em vista a chamada Nova República, exatamente pelo fato de que, anteriormente a este processo, se manifestou pacífica e ordeiramente, quando da campanha das diretas, sendo que tal fato só também foi possível por-

que o povo se organizou dentro de cada segmento existente.

Neste sentido, quando se instala uma nova fase de Governo, com a volta do Poder aos civis, espera-se que este novo período não seja apenas o significado do fim do regime militar, mas que seja efetivamente capaz de criar uma nova ordem social, política e econômica. Mas, para que um novo ordenamento possa existir, é imprescindível a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que dela resulte, por exemplo, a liberdade de manifestação e organização, o desenvolvimento e o bem-estar social.

Entretanto, para que isto seja possível como um todo, faz-se necessário que a sociedade brasileira tenha a capacidade de intervir numa Constituinte, e que ela retrate os seus verdadeiros anseios, se o mesmo estiver organizado dentro do setor em que atua.

Portanto, quando se toma conhecimento que aos poucos isto vem acontecendo, traz a todos muito estímulo oferecendo experiência a novas organizações ou a novas gestões que assumem frente a suas respectivas entidades.

No que diz respeito à Associação dos Servidores da Fundação de Saúde, sediada na cidade de Campo Mourão, não poderia deixar de dar o testemunho da força de vontade, da seriedade, da credibilidade e do conhecimento que vem sendo depositado pelos seus associados, muito bem demonstrada quando da eleição de sua nova diretoria, que aconteceu recentemente, que é a seguinte:

Presidente:	Dr. José Ribeiro Ferraz;
Vice-Presidente:	Dra. Maria das Graças Deliberador;
Secretária:	Ione Senandes S. Simon;
Segunda Secretária:	Lenilda de Assis;
Tesoureira:	Lourdes Aparecida Borges;
Segundo Tesoureiro:	Walter Salles Dahma;
Diretora Social:	Francisca Cavalcante Lopes;
Diretor de Esportes:	Manoel Pereira Martins;
Diretor de Esportes Feminino:	Elizabeth Mitiko Konno;
Presidente do Conselho Consultivo:	José Carlos Nogueira;
Conselheiros:	Irma Brunetta Baldissera, Geraldo Vieira da Silva, Neusa da Costa dos Anjos, Jair Estevan de Almeida e Fátima Terezinha C. dos Passos.

Fora de qualquer dúvida, que, no que depreender da contribuição dos funcionários da saúde de Campo Mourão para se buscar grandes transformações no setor de saúde, como também dos demais segmentos que integram nossa sociedade, muitos serão os resultados positivos.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem, nesta data, dos 95 anos de emancipação política.

Outrossim, requerem que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal, para que, em nome do Poder Legislativo paranaense, cumprimente a laboriosa população daquele município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear, através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de União da Vitória, que comemora com júbilo os seus 95 anos de existência politicamente emancipada.

Fundada pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, um verdadeiro bandeirante, que lançou as sementes do desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, promovendo, com seu pioneirismo, um surto de progresso incomparável, motivando o Governo, através do Decreto n.º 54, de 27 de março de 1890, a elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória à categoria de Vila, e pelo Decreto n.º 55, do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de Município, desmembrado do Município de Palmas.

Em 1895, José Cleto da Silva, fundou a primeira escola primária e o primeiro internato. Dez anos mais tarde, os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, atingiram a cidade, sendo inaugurada a primeira Estação Ferroviária.

O desenvolvimento da cidade, através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu em contrapartida esforços concentrados das administrações municipais, com execuções de obras de infraestrutura que objetivaram dar melhores condições de vida ao seu povo.

A força polarizadora do primitivo entreposto de Nossa Senhora da Vitória, atual União da Vitória, é um fato incontestável.

Possuindo funções definidas como centro de comercialização, entreposto de primeira ordem, entroncamento rodoviário estratégico, com estrada asfaltada ligando a Capital pela BR-476, ligando ao Sudoeste pela BR-280 e ao Sul do País pela BR-153 - Transbrasiliana.

Com abundante energia elétrica, projeta o município na vida econômica do Estado com um "rush" industrial que, aliado à modernização de sua agricultura e pecuária, e, somados com o esforço da população, formou-se uma das principais bacias leiteiras do Paraná, estimulando o pequeno proprietário rural e fixando o homem à terra como meta de valorização humana.

A passagem dos seus 95 anos, representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma União da Vitória renovada pela fibra de seu povo, ao longo da história, especialmente pelo desempenho na luta pela recuperação e construção da cidade com a participação efetiva e grandiosa de toda a comunidade, num esforço comum afinado com as metas traçadas por todos os segmentos da sociedade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação, na Ata da presente sessão, votos de congratulações ao jornal "Gazeta do Centro Oeste", pela comemoração, no dia de hoje, dos seus três anos de fundação, ocorrido na municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Redator-Chefe, Aroldo Tissot.

Por muitas vezes, os fatos que acontecem pode causar nas pessoas uma série de surpresas. Porém, isto pode ser apenas na aparência, pois nem todas as oportunidades se é permitido conhecer tudo com profundidade.

A referência feita acima, diz respeito à "Gazeta do Centro

Oeste", que, através de seu proprietário, Aroldo Tissot, e com o apoio de todas as horas, e de maneira especial da ilustríssima Sra. Sônia Sekscinski, tem dado uma oportunidade que há muito tempo na região de Campo Mourão não se sentia.

Estas brilhantes pessoas, com sua dedicação, firmeza nos ideais e com conhecimento de causa, fundaram aquele periódico com propósitos no sentido de dotar o Vale do Piquiri de um veículo à altura de suas inúmeras potencialidades.

A "Gazeta do Centro Oeste" nascia no bojo de muitas descrenças, de muitas dúvidas quanto a sua existência. Mas também surgia envolta de muita força de vontade e de estímulo, pois ao mesmo tempo que existiam dúvidas, existiam o apoio e o reconhecimento do que se pretendia.

Três anos podem não representar muito, é verdade, mas quantos órgãos que nem a este estágio conseguem chegar, ou até mesmo não passam da primeira edição? Ou quantos têm talvez, vários anos de existência, porém não possuem grandes significados, exatamente pelo fato de que pouco apresentam com relação à sua gente?

Ademais, não se pode medir a vida de um jornal, quanto à sua importância, pelos anos de sua fundação e funcionamento, mas o que deve ser considerado sempre é o comportamento adequado.

E a "Gazeta do Centro Oeste" já faz parte da vida daquela rica e imensa região polarizada por Campo Mourão. Sua atuação através de suas páginas, sempre teve como linha editorial independente de qualquer ingerência de ordem política, pessoal ou econômica. Durante estes anos todos, o comportamento daquele jornal foi o de defensor os verdadeiros e legítimos interesses do povo daquela terra, tendo inclusive se notabilizado por grandes campanhas que sempre objetivaram o bem-estar de sua população.

Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de, neste dia, cumprimentar a "Gazeta do Centro Oeste", pelos seus três anos, ao mesmo desejo que continue a realizar um trabalho jornalístico altamente profissional, amadurecido, sério e honesto, fazendo jus à dedicação do povo que tem podido encontrar em suas publicações, informações seguras e, por conseguinte, de credibilidade.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem ao Presidente da República, em exercício, José Sarney, sugerindo que Sua Excelência convide para participar do Governo da Nova República, mulheres que tenham expressão e representatividade no sexo feminino, isto é, que reúnam todas as qualidades essenciais para bem representar a mulher brasileira no novo estágio da vida pública nacional.

Este pedido é formulado tendo em vista que nas primeiras nomeações feitas pelo novo Governo que se instalou no Brasil, no último dia 15 de março, as mulheres ficaram alijadas das grandes decisões que serão tomadas no País, pois não tiveram o privilégio de verem alguma de suas representantes convocadas para o Ministério.

O fato causou frustração em todo o Brasil. As mulheres foram às praças públicas dar força para consolidar a vitória do novo governo, e, como é natural, esperavam que, finalmente,

não seriam esquecidas na hora da formação do primeiro escalão da Presidência da República. A decepção foi grande.

A falha ainda pode ser corrigida. Daí o apelo para que Presidente José Sarney convoque também a participação das mulheres em seu Governo.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao ilustre Sr. José Carlos Campos Hidalgo, Diretor-Presidente do Conglomerado BANESTADO — Banco do Estado do Paraná, através do Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja instalada agência na Comarca da Lapa.

Tal pedido se faz necessário para que aquele município possa contar com os bons préstimos do BANESTADO, dando atendimento aos nossos co-estaduanos daquela grande região, visto que nesta localidade há carência de agências bancárias.

Por estes motivos é que solicitamos a instalação dos escritórios, e temos certeza, nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem essa Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Francisco Dornelles, o seguinte telex: "A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, RECONHECENDO A IMPORTANCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO POR "REENCONTRO", OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS, QUE PRETENDE DISTRIBUIR, GRATUITAMENTE, 25 MILHÕES DE NOVOS TESTAMENTOS A CRISTÃOS DE NOSSA PÁTRIA, SOB A LIDERANÇA DO PASTOR NILSON DO AMARAL FANINI, SOLICITA DE VOSSA EXCELENCIA A NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO PARA QUE SEJA A REFERIDA ENTIDADE, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, LIBERADA DE TRIBUTOS ALFANDEGÁRIOS SOBRE OS MENCIONADOS LIVROS, DOS QUAIS 4 MILHÕES JÁ SE ENCONTRAM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO AGUARDANDO DECISÃO DO PROCESSO 021133/84 DE 23/10/84".

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Pastor NILSON DO AMARAL FANINI, Presidente de "Reencontro, Obras Sociais e Educacionais".

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. José Carlos Campos

Hidalgo, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, seja estudada a viabilidade de absorção dos funcionários dos Bancos Sulbrasileiro e HABITASUL, do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

### JUSTIFICATIVA:

Os funcionários do Banco Sulbrasileiro e HABITASUL dormiram tranqüilamente, após uma jornada laboriosa e digna e acordaram numa tempestade de incertezas e turbulências, vindo lhes ser tirado o sustento da própria família pela decretação de intervenção nas instituições expostas.

Agora clamam por justiça. Justiça esta que está demonstrando a ocorrer, deixando marcas profundas nas vidas desses bancários.

Se estamos gestionando ao BANESTADO, uma tomada de posicionamento, isso se deve ao montante injetado na instituição paranaense, da noite para o dia, com a liquidação do Crédito Imobiliário Sulbrasileiro e HABITASUL, sem que, em contrapartida, fosse movida uma palha em favor dos funcionários das duas instituições que captavam e manuseavam esses recursos.

Das agências de Maringá, que tomamos como exemplo, foram carreados, de graça, milhares de contas de poupança com bilhões de cruzeiros em depósitos; foram transferidas centenas, talvez milhares de casas, com baixíssimo índice de inadimplência.

A absorção pelo BANESTADO de todos os funcionários do Sulbrasileiro e HABITASUL, é o mínimo que deveria ocorrer em todas as cidades em que a instituição foi beneficiada, e é, também, o mínimo que se espera das outras instituições que graciosamente se beneficiaram do mesmo tipo de recursos financeiros.

Ora, se por um lado, é justo garantir o emprego destes funcionários, por outro lado é injusto manter um mesmo quadro de pessoal e exigir que ele se desdobre para manter e manusear esses recursos relevantes ora injetados nestas instituições financeiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, que seja enviado ofício à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, sugerindo que aquela pasta, através da FUNDEPAR, determine a construção, em caráter de urgência, de mais 15 (quinze) salas de aula na Escola Estadual "31 de Março", localizada na cidade de Ponta Grossa.

Aquele estabelecimento de ensino possui apenas 12 (doze) salas de aula, sendo que neste ano existem nada menos do que 37 turmas, fato que obrigou a escola a funcionar em quatro turnos: o primeiro, das 07:10 às 11:30 horas, com 11 turmas de quinta e sexta séries, com 385 alunos; o segundo, das 11:30 às 14:30 horas, abrangendo 10 turmas de terceiras e quartas séries, com 350 alunos; o terceiro, das 14:30 às 17:30 horas, com 12 turmas de primeiras e segundas séries, abrangendo 420 alunos, e o quarto, das 18:45 às 22:45 horas, com 4 turmas, de quintas e sextas séries, com 140 alunos. Além disso, tornou-se necessária a adoção do expediente aos sábados.

Considerando que nos dois próximos anos serão instaladas as sétimas e oitavas séries, é fácil prever que o número de



alunos continuará aumentando. A escola está instalada no Núcleo Habitacional "31 de Março", distante cerca de oito quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa, onde existe a escola mais próxima, que mantém aulas da quinta à oitava série. A distância e o preço da passagem de ônibus fatalmente determinarão que alunos que hoje frequentam o Colégio Estadual "Regente Feijó", façam suas matrículas a partir de 1986, na Escola Estadual "31 de Março".

Assim, a construção de novas salas é necessária, não apenas como prevenção para o futuro, mas como absoluta necessidade atual. É inconcebível que 1295 alunos disponham de apenas 12 salas de aula, que alunos sejam obrigados à prática de esportes nos horários compreendidos entre 11:30 às 14:30 horas e, finalmente, que as salas permaneçam sujas, pois é impossível limpá-las entre um período e outro.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e no uso de suas atribuições, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, sugerindo que sejam tomadas providências urgentes visando o encasalhamento de cerca de sete quilômetros da rodovia que liga Ipiranga a Ivaí, e que se encontra em péssimas condições de conservação.

Através do Programa PRÓ-RURAL, parte da estrada Ipiranga - Ivaí foi recentemente recuperada, restando porém sete quilômetros que estão intransitáveis, especialmente durante os dias chuvosos. No último final de semana, na região do Lustosa, a estrada ficou praticamente interditada e muitos usuários ficaram impedidos de utilizá-la.

A implantação de melhorias nesse trecho tem sido objeto de diversas reivindicações dos moradores da região. Infelizmente, até agora nada foi realizado, apesar de ter sido encaminhado às autoridades responsáveis um pedido assinado por 890 pessoas (fotocópias anexas).

Na região existem centenas de propriedades rurais responsáveis por apreciável produção agropecuária. É justo que a reivindicação desses produtores seja atendida com urgência, evitando-se novos prejuízos durante a próxima safra.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Sra. Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de recursos para a conclusão do muro que cercará o terreno da Escola Estadual São Luiz Gonzaga, localizada em Guarani, pertencente à municipalidade de Mamborê.

Tendo em vista a reconhecida necessidade, determinou, há poucos meses, o início da construção de um muro cercando aquele conceituado estabelecimento de ensino a nível de

primeiro grau, por entender que tal obra, quando pronta, virá oferecer maior segurança ao conjunto de professores e ao estudantado.

No entanto, face a ausência de recursos, a Administração Municipal determinou a suspensão daquela obra, sendo que tal motivo é que determinou que fosse formalizada a presente reivindicação, tomando como base a iniciativa contida em correspondência enviada e assinada pela Ilustríssima Sra. Isidora Korczonei, que é Inspetora Estadual, que está a pedir dessa Secretaria de Estado da Educação e FUNDEPAR, a liberação de recursos de ordem financeira que sejam capazes de assegurar o término do muro em Guarani.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido de que, mediante a disponibilidade de recursos, determine a realização de reformas gerais nas instalações do posto de saúde localizado na municipalidade de Iretama.

O posto de saúde existente na municipalidade de Iretama, foi edificado no ano de 1969, conforme informa o Excelentíssimo Sr. Humberto Gomes Martins, Prefeito daquela cidade, que afirma também que, face aos muitos anos de existência e de uso, a citada unidade sanitária vem apresentando uma série de problemas, decorrentes do estado precário de suas instalações.

Ademais, as reclamações feitas por parte da população têm sido muitas, já que, especialmente em se tratando de um local que tem por finalidade preservar e orientar tudo a respeito da saúde, deve sempre dar o exemplo.

É de capital importância que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social estude uma forma de, no menor espaço de tempo possível, garantir a realização de obras objetivando revitalizar as instalações do mencionado posto de saúde de Iretama.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo maior apoio na recuperação e conservação das estradas existentes na municipalidade de Quinta do Sol.

São diversas as estradas que interligam a região que constitui o município de Quinta do Sol, todas servindo sempre como canal de escoamento das riquezas lá produzidas, provenientes das propriedades rurais, destinadas ao consumo local ou para outros centros.

O estado de tais vias de ligação, no entanto, não é, de um modo geral, muito bom, conforme informa o Excelentíssimo



Sr. Prefeito Municipal, Solange Marques, que afirma inclusive que a Administração tem se esforçado no sentido de possibilitar que todas as estradas tenham condições mínimas, pelo menos, de utilização.

Entretanto, face a ausência de recursos, por muitas vezes certas estradas ficam sem o atendimento devido, o que tem gerado por parte de sua população, uma série de reclamações.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar dessa Secretaria de Estado dos Transportes, o necessário auxílio para Quinta do Sol, que, como solução de vários problemas, conforme anuncia o seu Prefeito, deve ser implantado o cascalhamento de muitos trechos de inúmeras estradas, o que por fim, em definitivo, nos problemas atualmente enfrentados.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível, assim como mais armamento, para a Delegacia de Polícia, localizada na municipalidade de Araruna.

A presente reivindicação está de acordo com o que tem afirmado o titular daquele organismo policial existente em Araruna. Ilustríssimo Sr. Euclides Correa, em que o mesmo informa ser de fundamental importância o reaparelhamento da Delegacia local, apresentando, como solução, o aumento da cota de combustível.

Com a cota destinada atualmente, é impossível percorrer todo o município, para coibir os atos que atentem contra a lei, já que são poucos os litros disponíveis.

Armamento é outro problema apontado, pois o mesmo é incompatível com o contingente policial, existindo também armas que há muito tempo estão sendo usadas, cuja eficiência deixa, às vezes, a desejar.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que esta Pasta, através de medidas cabíveis, atenda o que ora é postulado, tendo em vista o seu inquestionável benefício que trará a todo o povo trabalhador e honesto da progressista Araruna.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Santa Inês, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Santa Inês, conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais até a presente data, não vêm tirando proveito dos direitos que lhes são devidos como associados do IPE, visto que, não se encontra, no município, farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Sr. Prefeito, bem como pelos servidores públicos daquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD Secretário de Estado da Administração, a fim de que este determine a completa reforma junto ao Colégio Estadual José Siqueira Rosa, localizado no Distrito de Rosário. Município de Grandes Rios, bem como o restabelecimento do calçamento e cancha de esportes do colégio acima predito, visto que este encontra-se em péssimo estado de conservação

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

É o Colégio Estadual José Siqueira Rosa, o principal estabelecimento de ensino do Distrito de Rosário, sendo que o mesmo abriga a 1.200 alunos, entre os cursos de primeiro e segundo grau.

Acontece, porém, que ultimamente o referido Colégio, não vem contando com uma rigorosa inspeção em seu prédio, e sendo assim, o mesmo encontra-se em péssimo estado de conservação, tanto no seu prédio como em seu calçamento e sua cancha de esportes.

Sendo assim, esclarecem que sua reforma e da máxima urgência, para que futuramente, as aulas não venham a ser interrompidas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Nossa Senhora das Graças, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Nossa Senhora das Graças conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais, até a presente data, não vêm tirando proveito dos seus direitos, que lhe são devidos, como associados do IPE, visto que não se encontra no município farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Prefeito Municipal, bem como pelos seus servidores públicos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, solicitando do mesmo providências no sentido de que sejam viabilizados estudos visando promover alterações no Estatuto da Polícia Civil, de modo a permitir que os "Delegados Calças-Curtas" nomeados para os distritos administrativos possam vir a serem remunerados.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no exercício postulatório previsto pelo Regimento Interno, em favor dos interesses de segurança pública do povo de Medianeira, REQUER ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, pedindo-lhe que seja por ele tomadas providências junto ao Sr. Diretor do DETRAN, determinando a substituição do veículo destinado aos serviços da CIRETRAN de Medianeira, por outro veículo novo, que tenha condições de uso.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

## JUSTIFICATIVA:

1.— O veículo que está em serviço da CIRETRAN de Medianeira envergonha o serviço público da respectiva área, porque não tem mais condições de uso. E, veículo de CIRETRAN é instrumento de desempenho do poder público pela segurança da população no setor de trânsito. Por isso, é a imagem do Governo que acaba desmerecida, sempre que o agente do seu poder deixa de bem desempenhar as suas atribuições, porque o instrumental de serviço fica aquém da dinâmica do setor.

2.— Aliás, o Orçamento do Governo cobre os encargos da respectiva gestão. E se assim não o fora, a falência do Estado se imporia como medida saneadora. O que não é em absoluto, o caso do Paraná que usufrui a mais competente gestão governativa de toda a sua história. Donde temos de concluir que o caso motivador desta postulação, seja apenas um desentrosamento da gestão de patrimônio e instrumental, na área restrita da Segurança Pública.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no exercício postulatório previsto no Regimento Interno, em favor dos interesses de segurança pública do povo do Município de Medianeira, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação pelo Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, pedin-

do-lhe que seja empreendida pelo órgão próprio a AMPLIAÇÃO E REFORMA do prédio da Delegacia de Polícia da Comarca de Medianeira, com a cadeia anexa.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

## JUSTIFICATIVA:

1.— O prédio da Delegacia de Polícia da cidade e Comarca de Medianeira é um conjunto só com a cadeia, e é da mais péssima qualidade, tanto em sua estrutura de engenharia, quanto de materiais empregados. Construído ao tempo em que os efetivos de governo se locupletavam do erário público, onde quer que nele fosse mexido por alguma obra pública. Por isso, de tantos arrombamentos, o anexo da cadeia já não oferece segurança alguma.

2.— Da mesma forma, as dependências destinadas à administração e serviços policiais, não comporta mais o movimento e nem tem como abrigar os efetivos necessários. Fazendo-se por isso, necessária a ampliação e reforma de todo o prédio, para o que já se tem o amplo espaço do terreno.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, amparado pelos ideais políticos explicitados no Manifesto, no Programa, nos Estatutos e no Código de Ética do PMDB, em defesa dos quais, o povo paranaense lhe outorgou mandato parlamentar, conforme suas atribuições regimentais, atendendo aos interesses de SOCORRO RODOVIÁRIO do povo de Medianeira, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deny Lineu Schwartz, pedindo-lhe o fornecimento de uma PATRULHA MECANIZADA para realizar os trabalhos de melhorias e conservação das estradas do Município de Medianeira, as quais estão intransitáveis, em razão de a administração municipal não ter condições de empreender essa tarefa.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

## JUSTIFICATIVA:

1.— Já dando uma demonstração incontestável de não acreditar mais no poder político do Estado, o povo de Medianeira deixou o canal de comunicação com o Governo, que é o Partido do Governo e está promovendo um exercício postulatório direto, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira, advertindo que, na liderança de 35.000 pessoas, tem o convencimento de poder responder aos interesses políticos do Estado, com uma "greve contra o voto". O que pode ocorrer, porque essa é a única arma que o povo tem para questionar pelos seus interesses, quando não está sendo devidamente atendido.

2.— E, considerando-se o bom governo que o Dr. José Richa vem fazendo, temos de encarar, até pela nossa responsabilidade de aprovação do Orçamento do Governo destinado a cobrir todas as áreas da respectiva gestão, que a ocorrência é fato isolado da área dos transportes. É verdade que a responsabilidade primeira pela malha rodoviária municipal é da Pre-

feitura, mas, diante da atitude tomada pela população, só resta duas saídas: o apelo ao socorro do Estado, ou, a declaração de falência do município chamando à responsabilidade passiva indireta, os Governos do Estado e da União, pelo sistema de distribuição orçamentária vigente.

### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

Solicita informações ao Secretário Francisco Simeão sobre o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio em Londrina.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Francisco Simeão, MD. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando as seguintes informações:

- 1 - Quantos funcionários prestam serviços no Núcleo de Londrina?
- 2 - No atual Governo, quantos foram nomeados contratados e colocados à disposição do órgão em Londrina e região, no período de 15 de março de 1983 até a presente data?
- 3 - Relacionar nomes, função e salários dos mesmos.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, seja enviado expediente a Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, pedindo-lhe que empreenda a ampliação do ensino gratuito em todos os níveis, e principalmente a implantação do ensino de terceiro grau no Município de Medianeira, por ser tarefa que atende aos anseios de desenvolvimento de toda a região do extremo Oeste do Estado.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1.- A retomada do Governo da República, pela Nação em confronto político direto e decisivo contra os comandos militares que o detinham, é a prova insofismável do estado de miserabilidade econômica a que chegou o povo brasileiro. E por isso, desnecessário seria lembrar que a miséria aumenta na proporção direta do massacre dos trabalhadores, e na razão inversa ao locupletamento econômico das oligarquias do poder. E não há outro jeito de amenizarmos essa herança maldita, senão socorrendo as camadas da população trabalhadora que estão sem condições de darem a educação básica para os seus filhos, tal o estado de miséria em que se encontram.

E, o ensino de terceiro grau se impõe tanto como direito

da população e dever correspondente do Estado, visto que o melhor investimento de governo é o que se faz na educação, como, pelo porte populacional da região centralizada por Medianeira, pois, é o núcleo de cidades à pouca distância, facilitando o fluxo de estudantes, que de Céu Azul e São Miguel do Iguazu podem ir a Medianeira.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando do mesmo, providências no sentido da implantação de um maior número de ramais telefônicos no Distrito de Iguatemi, Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando do mesmo, providências no sentido de viabilizar a instalação de um módulo policial, com o respectivo destacamento, no Distrito de Iguatemi, no Município de Maringá.

A medida visa oferecer maior segurança à população daquele distrito, garantindo, desta forma, mais tranquilidade para aquela comunidade.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando do mesmo, providências no sentido da instalação de um aparelho telefônico para a Agência de Rendas da Cidade de Lobato.

A medida permitirá uma maior agilidade nos serviços prestados por aquela agência de rendas, contribuindo para uma sensível melhoria do trabalho de arrecadação daquele município.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência ao Sr. Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Lobato.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier, solicitando do mesmo, providências no sentido da realização de reformas na Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo, no Município de Fênix.

A situação do prédio onde funciona a referida escola encontra-se em condições bastante precárias, sendo que algumas salas de aula já se encontram interditadas pela Secretaria de Saúde, por risco de desabamento.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência ao Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB e ao Senhor Alcides Ferreira, Vice-Presidente do Diretório Municipal do PMDB.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os índios que já estavam nestas terras quando da chegada dos portugueses capitaneados por Pedro Álvares Cabral, desde então sofrem as dores e as agruras de um processo de colonização.

Desrespeitados em seus direitos, perseguidos como animais, vilipendiados em seu patrimônio, nossos silvícolas têm revelado a sua imensa reserva de força moral e capacidade de luta. É particularmente admirável a bravura, a valentia e a resistência que eles têm demonstrado nos últimos tempos.

Contudo, não existe desrespeito maior do que a tentativa de negar a origem deste brasileiro que há mais de 500 anos ocupa nossas terras.

Os índios, ao se matricularem nas universidades estaduais e federais são obrigados a escolher um segundo nome, dito civilizado e ocidental. Ora, isto não prova nada, a não ser uma grotesca tentativa de negar a sua identidade. Urge, portanto, mudar tal anacronismo.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, Dr. Ronaldo Costa Couto, solicitando do mesmo providências no sentido de que sejam realizados estudos visando alterar a legislação sobre a questão em pauta.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Dr. Marco Maciel, ao Sr. Superintendente da FUNAI e aos Senhores Líderes dos Partidos Políticos com assento na Câmara Federal e no Senado Federal.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando do mesmo, a realização de estudos visando a criação e construção de um posto da Polícia Rodoviária na BR-376, na área do Distrito de Iguatemi, Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deny Lineu Schwartz, pedindo-lhe que dê início às obras da Estrada do Colono, ligando Medianeira a Capanema, cujo projeto e respectivo processo burocrático já foram ultimados, e que seja este Poder informado sobre o que se pede neste.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. A obra, objeto do presente, constitui compromisso do Governo do Estado, assumido em campanha com todo o povo do Oeste do Paraná, que há mais de quarenta anos pleiteiam a Estrada do Colono ligando o extremo oeste do Estado entre si, onde se concentra atualmente a maior força de produção agrícola do Paraná, formada pelo sistema auto-constituído de pequenas propriedades rurais.

2. E, mostrando que quer cumprir com esse compromisso, o Governo do Estado já ultimou os preparativos burocráticos da obra. Falta agora, ser ela efetivamente empreendida. E como já estamos da metade para o final do atual governo, urge que os trabalhos de realização dessa obra sejam iniciados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, Dr. Nilton Friedrich, pedindo-lhe sejam aumentados os poços artesanais no Município de Medianeira, visto que os poços semi-artesianos perfurados pela SUREHMA já não atendem mais a demanda de água potável no município, dado o aumento populacional que vem se registrando.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. É por demais conhecido do Governo o fato da poluição das fontes naturais de água potável, principalmente nas regiões agrícolas do Estado; pois, a calamitosa situação acarretada às populações interioranas, pela poluição das águas de leitos naturais, gerou a Lei dos Agrotóxicos, como uma das medidas primeiras do Governo, em amparo à saúde da população do Estado. Por isso, é supérfluo lembrar que a solução do abastecimento de água está na perfuração de poços artesanais que vão buscá-la no subsolo onde a industrialização agrícola que herdamos da "Revolução Redentora" ainda não penetrou com os seus venenos.

2. É preciso que seja pelo menos aumentado o número dos poços semi-artesianos, no município, sob pena de a população ter de consumir água poluída, com conseqüente prejuízos de saúde.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assina-

do, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação pelo Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando-lhe informações sobre as razões que estão impedindo o reassentamento das famílias sem terras dos acampamentos de Medianeira e São Miguel do Iguaçu, que estavam incluídas entre as que devem ser colocadas nas áreas recentemente postas à administração do ITC e INCRA para essa finalidade de reassentar essas famílias.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. Não obstante já ter sido anunciado pelo Governo do Estado, conforme foi acertado no âmbito da administração fundiária do País, o socorro aos agricultores sem terra do Paraná, para cujo reassentamento foi desapropriada a Fazenda Imaribo, os Municípios de Medianeira e São Miguel do Iguaçu ainda vivem o drama dos agricultores acampados, à mercê da caridade pública dos municípios referidos, porque não foram dali retiradas e estão sem qualquer tipo de solução.

2. Como o problema é tão nutrido de interesse econômico de reintegração dessas populações na força de produção do Estado, quanto de sentido humano, urge uma providência de parte do Governo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Claus Magno Germer, pedindo-lhe o envio de uma quantidade que atenda às necessidades dos agricultores carentes do Município de Medianeira, de sementes de feijão, arroz e milho, para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira, conforme institui o Programa de Renovação Genética FINSOCIAL, da área da agricultura.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. Os pequenos agricultores que constituem a maior parcela dos produtores rurais de Medianeira, pela sua própria condição, não podem comprar sementes das culturas básicas de sustento, para plantarem, que são: feijão, arroz e milho. Por isso, mesmo tendo a terra, na qualidade de parceiros, meeiros e arrendatários, ou, mesmo como proprietários de pequenos lotes rurais, eles ficam sem plantar as culturas básicas de sustento próprio.

2. Por isso, é preciso que o FINSOCIAL os alcance não apenas no papel dos bons propósitos governamentais, mas sim, no amparo efetivo que eles precisam. Pois, na medida em que eles forem ajudados, todo o povo paranaense resulta socorrido, vez que são esses pequenos produtores que suprem a quota alimentar da nossa produção agrícola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração, Sr. José Olímpio de Paula Xavier, para que através da Superintendência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, informe a esta Casa, quais os critérios que vêm sendo adotados por aquele órgão previdenciário nos reajustes das pensões, com relação ao índice do aumento do funcionalismo público do Estado.

Tal pedido se faz, tendo em vista que muitas pensionistas não tiveram suas pensões reajustadas de acordo com o índice supracitado, e estão recebendo somente o salário-mínimo.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER, o envio de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, solicitando a construção de um prédio em alvenaria, com localização no Distrito de Rio Bonito, no Município de Laranjeiras do Sul, para abrigar a Subdelegacia de Polícia.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR JOSÉ RICHIA, Governador do Estado, e ao DOUTOR LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Rio Bonito, no Município de Laranjeiras do Sul, fica distante da sede do município, 21 quilômetros, o que tem tornado bastante deficiente o atendimento policial para o povo daquela localidade, exatamente pela falta de uma Subdelegacia de Polícia, com condições para atender as pessoas que ali se dirigem, visto a dificuldade encontrada para se conseguir a designação de policiais, visto a falta de condições físicas para abrigar a referida Subdelegacia de Polícia.

Em anexo, encaminhamos cópia de Ata da Associação de Moradores daquela localidade, que reclamam, e solicitam a imediata solução deste problema, por parte das autoridades competentes, para que aquela população pudesse viver com maior tranquilidade.

Solicitamos, também, o encaminhamento de cópias aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, DOUTOR JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, solicitando a construção de uma CANCHA ESPORTIVA (SISTEMA SOLO-CIMENTO), na Escola Estadual localizada no Conjunto Habitacional Vergílio Seco, na Cidade de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A Cidade de São Pedro do Ivaí, sediará a realização dos JOGOS ABERTOS DO VALE DO IVAÍ - JAVIS, e concentrará as atenções de centenas de jovens atletas da região que tomarão parte nas competições que ali terão lugar, no próximo mês de outubro de 1985.

Para tanto, é necessário que, com antecipação, as canchas de esportes mereçam as atenções no tocante ao aspecto físico para que as disputas esportivas transcorram normalmente e, tanto os atletas participantes como assistentes, contem com acomodações adequadas.

Entendemos que nosso País, cuja população é predominantemente jovem, precisa e merece toda a atenção possível, principalmente quando se trata de oferecer atividades esportivas que aliam saúde física e mental.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, a instalação de um aparelho telefônico, no Colégio Estadual "Professora Elzira Correia de Sá", no Conjunto Habitacional Santa Paula, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente reivindicação, pela necessidade comprovada e urgente, visto que o Conjunto Santa Paula, é o maior núcleo habitacional de Ponta Grossa, com mais de doze mil habitantes, e também o mais distante do centro e dos órgãos de ensino do município.

Considerando o elevado espírito comunitário da reivindicação em tela, solicitamos sua urgente e necessária aprovação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Marilândia do Sul, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Marilândia do Sul, conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais, até a presente data, não vêm tirando proveito dos seus direitos, que lhe são devidos, como associados do IPE, visto que não se encontra no município farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Prefeito Municipal, bem como pelos seus servidores públicos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Rio Bom, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Rio Bom, conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais, até a presente data, não vêm tirando proveito dos seus direitos, que lhe são devidos, como associados do IPE, visto que não se encontra no município farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Diretório Municipal do PMDB, como também pelos seus servidores públicos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Sabáudia, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Sabáudia, conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais, até a presente data, não vêm tirando proveito dos seus direitos, que lhe são devidos, como associados do IPE, visto que não se encontra no município farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Prefeito Municipal do PMDB, como também pelos seus servidores públicos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Iguaraçu, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Iguaraçu, conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais, até a presente data, não vêm tirando proveito dos seus direitos, que lhe são devidos, como associados do IPE, visto que não se encontra no município farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Diretório Municipal do PMDB, como também pelos seus servidores públicos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Olímpio de Paula Xavier, MD. Secretário de Estado da Administração, para que seja feito o credenciamento de uma farmácia no Município de Santo Inácio, a fim de que possa beneficiar os associados do IPE no predito município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Município de Santo Inácio, conta com um grande número de servidores públicos municipais e estaduais, os quais, até a presente data, não vêm tirando proveito dos seus direitos, que lhe são devidos, como associados do IPE, visto que não se encontra no município farmácia credenciada pelo referido órgão.

A presente solicitação está sendo feita pelo Diretório Municipal do PMDB, como também pelos seus servidores públicos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor FERNANDO GHIGNONE, M.D. Secretário de Estado da Cultura e Esporte, solicitando a construção de uma cancha esportiva polivalente, na localidade de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

A localidade de Campineiro do Sul, conta com uma população de aproximadamente 6.000 habitantes, sendo que esta, na maior parte de jovens, os quais não possuem a mínima chance de praticar esportes, por não haver, na referida localidade, nenhum local apropriado, ficando o mais próximo a uma distância de 62 km (Sede-Grandes Rios).

Esclarecemos que, o Sr. Benedito dos Santos Garcia -- Vice-Prefeito, fará a doação do terreno que destinará à construção da cancha acima predita.

A presente solicitação, está sendo feita pelo Prefeito e Vice-Prefeito de Grandes Rios, bem como pela comunidade que lá reside.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor LUIZ CORDONI JÚNIOR, MD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, a fim de que o mesmo elabore estudos sobre a implantação de um gabinete odontológico, junto ao Colégio Estadual José Siqueira Rosa, no Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual José Siqueira Rosa, ensino de primeiro e segundo graus, no Distrito de Rosário, conta com aproximadamente 1.200 alunos, sendo a maior parte, vindo da parte rural ou periférica da cidade.

A instalação de um gabinete odontológico junto ao Colégio, beneficiaria não só aos próprios alunos, como também a comunidade carente do município, visto que, esses, por extrema falta de recursos, jamais tomam a iniciativa de procurar um profissional nesse campo.

A presente solicitação está sendo feita pelo Prefeito Municipal, como também pelos líderes políticos do município.

Esclarecem desde já, que dispõem de local para a instalação do referido gabinete, como também do profissional capacitado para atendimentos no mesmo.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná e à Secretaria de Educação do Paraná, solicitando urgência na redefinição dos critérios de cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a realização de exames médicos em escolares para a prática de Educação Física.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Por estar se repetindo neste início de período letivo de 85 a mesma situação de anos anteriores, geradores de incômodo por parte de pais de alunos, professores e direções de escolas, na medida em que é problemático o cumprimento efetivo do disposto na Resolução da SEED 7.251/84, que aprovou o regulamento para o ensino e a prática de educação física nos estabelecimentos da rede estadual de ensino de primeiro e segundo graus, do Estado do Paraná, particularmente no que diz respeito ao disposto no art. 15: "A documentação comprobatória do exame médico renovado a cada ano letivo é imprescindível à prática da Educação Física..."

Por ser irreal a determinação contida em normas legais de âmbito federal, em particular o contido no art. 12, do Decreto n.º 69.450, de 01/11/1971: "Os alunos de qualquer nível serão submetidos a exame clínico no início de cada ano letivo e sempre que for julgado necessário pelo médico-assistente da instituição, que prescreverá o regime de atividades convenientes, se verificadas anormalidades orgânicas".

Verificamos que o fato do exame médico em escolares para a prática de educação física ser uma exigência legal, tem provocado temor nas escolas pelo seu não cumprimento. Não se trata simplesmente em não deixar de cumprir a lei, mas sim, questionar em que medida a exigência é de vital importância. Isto cria, nas direções das escolas, uma angústia no sentido de que seus alunos possam ter problemas, cujo risco de morte ao realizar a prática esportiva seja alto.

Em suma, as direções das escolas, ao não realizar o exame, sentem-se responsáveis pelo que vier a ocorrer com a criança.

Esta preocupação se dissipa após o exame, seja por acreditar que a criança está realmente a salvo de males maiores, seja pelo fato de que ao possuir um atestado médico, esteja isento de tal responsabilidade.

A primeira reflexão sobre o assunto deve partir do princípio de que tais exames são realizados, via de regra, nas próprias escolas, no tipo "mutirão", por médicos ou por vezes, por acadêmicos de medicina. O instrumental utilizado, via de regra, não ultrapassa ao esfigmomanômetro e estetoscópio ou tecnologia equivalente. O que equivale a dizer que os recursos diagnósticos estão aquém das expectativas de quem pretende surpreender algumas patologias que poderiam aflorar durante uma prática de educação física. Exemplo clássico são as patologias cardíacas e neurológicas em que o mesmo com a utilização de aparelhos mais sofisticados, nem sempre é possível tal prevenção.

Mesmo admitindo que a eficácia de tais exames seja razoável, cabe-nos refletir que se somente aos 7 anos (idade do ingresso escolar) uma criança tenha um diagnóstico firmado,

numa patologia que a impeça de prática de educação física isto, no mínimo, é indicador de que naquela região, o acesso da população em geral, ao serviço de saúde é precário. Como é óbvio, todos os esforços deverão estar concentrados na organização de saúde na região exemplificada.

Finalmente, o fato de a criança sofrer um exame médico ao iniciar o ano letivo, não significa em absoluto, a segurança de que ela possa praticar educação física durante todo aquele ano.

Poderíamos citar um número razoável de patologias que a incapacitará temporariamente de suas atividades escolares, apesar do exame realizado.

Por já existirem estudos no âmbito das equipes técnicas das Secretarias de Estado da Saúde e da Educação que, realística e cientificamente, questionam a validade desta exigência legal, dos quais transcrevemos os seguintes trechos: "A exigência das escolas públicas pela realização de exames médicos obrigatórios para a liberação da prática de Educação Física dos seus alunos, precisa ser debatida, já que da maneira como estes exames são habitualmente realizados, eles contribuem muito pouco, ou nada, para proteger a criança de episódios graves contra a saúde, além de criarem dificuldades administrativas para obter-se a participação do médico, e de criarem um nível de apreensão sobre a saúde do escolar geralmente injustificado ou com muitas distorções, como veremos a seguir.

De modo geral os chamados exames médicos obrigatórios constam de verificação de peso e estatura dos alunos, registrados em fichas e que não sofrem utilização posterior. Em seguida, realiza-se o exame propriamente dito, através de médicos ou estudantes de medicina, que geralmente constam de uma ausculta sumária de coração e pulmão, obedecendo à clássica estereotípia da profissão médica, onde invariavelmente se fixa a imagem do estetoscópio colocado ao peito do paciente.

A ausculta pulmonar geralmente confirma a existência freqüente de gripes, resfriados, bronquites, que sempre acompanham-se dos respectivos sintomas e por esta razão, são do conhecimento de pais e professores. Não representam situação de gravidade, e mesmo assim ficam sem orientação devido à subitaneidade e o grande número dos exames.

A ausculta cardíaca sumária (geralmente realizam-se 40-80 exames por hora) detecta anormalidades cardíacas do tipo que se acompanha de sopro moderado ao intenso e que em grande parte já foram detectados anteriormente por médicos, sendo do conhecimento dos pais, existindo já alguma forma de orientação ou acompanhamento.

Além do mais, a maioria dos sopros por anormalidades cardíacas, na criança assintomática, são decorrentes de anormalidades discretas, onde o risco de morte súbita decorrente da prática de educação física não está aumentando em relação à população infantil geral e não contra indicam a prática de atividade física.

"A morte súbita em escolares é rara e apresenta algumas peculiaridades importantes:

- a) ela pode ocorrer sem relação com esforços físicos;
- b) o grupo de doenças cardíacas que causam morte súbita geralmente é compreendido pelas anomalias cardíacas severas, que pela sobrecarga que ocasionam ao coração, já revelam sinais e sintomas evi-

dentes como cansaço excessivo, falta de ar, cianose (cor arroxeada de pele) palidez de pele, crescimento insatisfatório, que já chamaram a atenção dos pais e que provavelmente já foram motivos de consulta médica anterior”.

- c) A maior parcela de casos de morte súbita em crianças e adolescentes assintomáticas (do ponto de vista cardiológico), relacionado a esforço físico, é devido a anomalias cardíacas que na maioria das vezes não são detectadas pelos procedimentos habituais de exame físico”.

Por já existirem também estudos levantando a real significação dos exames médicos vigentes em escolas, e que se constituem das seguintes características:

- 1) São centrados na preocupação com o risco de vida durante a prática de exercícios físicos, apesar de tal risco não poder ser estimado apenas por uma ausculta sumária do coração.
- 2) Não são padronizados.
- 3) Exorbitam indevidamente as proibições e restrições para a prática de Educação Física dos alunos, em parte como resultado da preocupação da instituição em resguardar-se frente a eventuais ocorrências com os alunos, e em parte pela falta de critérios médicos mais uniformes para estabelecer tais restrições.
- 4) Apresentam dificuldades em coordenar a atividade ou presença do médico com as demais atividades de saúde dirigidas ao escolar.
- 5) Não levam em consideração a importância de conhecer os antecedentes e as queixas de saúde do aluno para avaliar sua condição atual.
- 6) Os seus resultados e observações não são registrados de modo adequado para serem utilizados em outras oportunidades.

Por tudo isso, se impõem rápidas providências: em primeiro lugar, desencadeando no Paraná e somando ao pensamento já existente em outros Estados, um amplo movimento pela imediata revogação da equivocada legislação federal existente; e, em segundo lugar, medidas e atos legais por parte da SEED e da SESB, visando redefinir critérios de cumprimento da legislação federal em vigor, concentrando esforços nos grupos de escolares de maior risco, ao mesmo tempo em que se providencie a implantação, no Paraná, de um verdadeiro e abrangente Programa de Saúde Escolar, cuja estratégia, em linhas gerais, já está delineada:

- 1) desenvolver o conteúdo de saúde dos currículos escolares;
- 2) elaborar ficha de saúde para anotação de antecedentes, dados antropométricos, realização de exames de triagem, encaminhamento, diagnósticos, tratamentos, ocorrências ou qualquer outra observação relativa à saúde do escolar;
- 3) elaborar material de orientação aos professores sobre a importância de determinadas alterações de saúde (causas, consequências, detecção, critérios para encaminhamento e controle) e realização de exames de triagem).

Somente com este entendimento é que será superada a lamentável situação hoje existente, em que a obrigatoriedade do exame médico em escolar para a prática de educação física camufla uma realidade de desatenção à saúde não só dos escolares, mas do conjunto da população.

A falsa tranquilidade, que esta irreal obrigatoriedade e seu mal disfarçado cumprimento acarretam, serve, isto sim, de cortina de fumaça para desviar a atenção dos responsáveis pela educação e pela saúde.

## REQUERIMENTO

### SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando urgência no encaminhamento à Assembléia Legislativa, de Projeto de Lei que reformulando dispositivos da Lei 7.208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior, a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando urgência no encaminhamento à Assembléia Legislativa, de projeto de lei que reformulando dispositivos da Lei n.º 7.208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

### JUSTIFICATIVA:

Embora a Lei n.º 7.208/79 tenha um elevado alcance social, que visava primordialmente contemplar com um cargo efetivo os professores suplementaristas com dois ou mais anos de exercício, que não detivessem nenhum outro cargo público, ela mesmo gerou, por outro lado, certas injustiças, como bem podemos constatar em seu § 1.º, o qual possibilitou que os suplementaristas que fossem ocupantes de outros cargos optassem pelo enquadramento da lei, desde que apresentassem os respectivos pedidos de exoneração do cargo anterior. O proibitivo isoladamente tem sua fundamentação e apoio jurídico, mas, no caso específico de professores e especialistas, em que além de ministrarem aulas suplementares, eram possuidoras de um outro cargo público efetivo do Magistério, a proibição não pode e nem deve prosperar.

Além de ferir um princípio legal, garantido pela Constituição Federal, ou seja, o direito de acumulação remunerada, a Lei n.º 7.208/79 ainda ocasionou outras injustiças como, por exemplo, o não atendimento a professores efetivos em um padrão, mas também portadoras de aulas suplementares, às vezes contando com mais de dez anos de exercício e sendo que alguns, pelas diversas circunstâncias, não estavam ministrando aulas suplementares em 16 de outubro de 1979. A referida lei permitiu, no entanto, que professores novos, recém-formados,

com apenas dois anos de suplementarista, conseguissem dois padrões em poucos meses, um pelo enquadramento e outro por nomeação imediata. É necessário lembrar que, grande parte desses professores, prejudicados pela Lei n.º 7.208/79, ministram aulas até a presente data; aulas extraordinárias que comportam perfeitamente um padrão.

Nosso envolvimento com o assunto data de março/abril de 1983. Portanto, desde o início do Governo.

Nestes dois anos, inúmeras foram as assembléias, comissões, audiências, pareceres e despachos (vide detalhes na correspondência em anexo, da Comissão Pró-Estabilidade).

A busca do entendimento, que sempre predominou no relacionamento entre o movimento dos professores pela estabilidade do 2.º padrão e os órgãos do Poder Executivo Estadual, particularmente as Secretarias da Educação e da Administração, levou a que hoje tenhamos a situação de existir na SEAD um anteprojeto de lei da SEED dispondo sobre o assunto, prestes a ser remetido à Casa Civil para preparo final da mensagem a ser dirigida à Assembléia Legislativa.

Considerando o tempo já decorrido suficiente para os aprofundados estudos técnicos necessários e levando em consideração a situação angustiante vivida por centenas de professores, nada mais justo que se dê caráter de urgência às providências finais de envio à Assembléia Legislativa do projeto de lei que é ansiosamente aguardado, inclusive pelas entidades representativas do magistério paranaense.

#### DA COMISSÃO PRÓ-ESTABILIDADE

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado,

DR. MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA

Assunto: ESTABILIDADE – 2.º PADRÃO

Ref. – Lei n.º 7.028/79

Senhor Deputado:

No apagar das luzes de 1979, mais precisamente no DIA DO MESTRE, 15 DE OUTUBRO DE 1979, editou o Estado a Lei n.º 7.208/79, para estabilizar professores que possuísem 02 (dois) anos de aulas suplementares até aquela data.

Através do Decreto 1.856/80, o Estado transformou 6.000 (seis mil) funções de pessoal suplementar em igual número de cargos da parte suplementar “DO QUADRO ÚNICO DO PODER EXECUTIVO” (6.508/73). Foi quando os professores de um só cargo ficaram à margem do édito.

Acontece que na ocasião deveria, para não se cometer injustiça, alinhá-los na esteira da Lei n.º 7.028/79, isto por que possuíam à época, isto é 15/10/79, direitos idênticos aos que nenhum cargo possuíam. E para que a Administração repare o fundamental ERRO JURÍDICO, porque não dizer sem abalozamento justo é necessário que Vossa Excelência advogue, junto a esta colenda Assembléia Legislativa, a nobre causa do HOMEM DA EDUCAÇÃO, carecedor de atenções para o sublime desempenho de sua função, porque não dizer, dar-lhe segurança, com uma remuneração justa, e isto significa legislar em torno do SEGUNDO CARGO.

Já percorreram um itinerário longo, os professores em busca desta paz e justiça social, sobretudo administrativa, e tudo em vão! É pois, o momento de, no final desta grande jornada,

ver solidificada a sua pretensão, e isto, com o apoio de Vossa Excelência, e dos nobres Pares do augusto e honrado Poder Legislativo do Paraná.

Em se dando o segundo cargo, estará o Estado completando a nobre função de EDUCADOR, proporcionando-lhe uma justa remuneração, que aliás, é meta do laborioso JOSÉ RICHIA.

Para que possam os nobres Deputados entender o fundamento do que se pede, passamos a alinhar as razões:

1. Professores com direito à ESTABILIDADE, 2.º padrão estão esperando pacientemente, desde 1981, que seja dada uma justa e merecedora solução, que incida na correção de uma cristalina injustiça, de um projeto já elaborado e aplicado pela Lei n.º 7.028/79.
2. A Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, elaborou em 20 de maio de 1983, um anteprojeto de lei para corrigir a propalada injustiça.
3. Em audiência com a Senhora Secretária e a A.P.P. ficou conhecendo-se alguns pontos do anteprojeto por ela própria e que resolveu, em ato contínuo, torná-lo sem efeito, alegando o mesmo ter sido feito para beneficiar 8 (oito) professores do PREMEM, entre estes, uns de CORNÉLIO PROCÓPIO, sua cidade. Dava, nessa ocasião, a sua palavra de que o caso ficava resolvido, ainda em 1983.
4. Em contato com o Sr. Governador JOSÉ RICHIA, no Aeroporto de Londrina, ocasião em que afirmou que o único impecilho para solucionar o problema seria o da verba, e que nada poderia fazer em virtude de o mesmo ter sido elaborado no Governo anterior, o que não permitia nem mesmo cobrir as despesas normais, — sentiram os professores, que havia dificuldades orçamentária para resolver o problema.
5. No mesmo aeroporto, em 1984, estando presente Vossa Excelência, Dr. MÁRCIO ALMEIDA, representante dos estáveis nesta luta, deu-nos detalhadas informações. Levou-nos posteriormente para um contato com a Professora JOVITA KAISER e MARIA EUNICE CAVIGLIONE, chefe e inspetora de Londrina, que juntamente com Avany Matos Cezar, esposa do Vice-Prefeito e alta funcionária da 18.ª IRE, a Senhora Secretária GILDA POLI noticiou uma Comissão formada por elementos do Governo, da A.P.P. e da Comissão Pró-Estabilidade, com sede em Londrina, e que este último segmento havia escolhido democraticamente, nos termos exatos de seu pronunciamento; foi então escolhida a Professora SHIRLEY DE OLIVEIRA. Notícia que teria dado o nosso Representante no Legislativo. E até hoje, isto não aconteceu.
6. No despontar de 1984, às portas da 18.ª IRE, conversamos com o Diretor da SEED, Professor Dr. GINO AZO-

LINI, que dizia haver tomado conhecimento do anteprojeto na sua Cidade de Cornélio Procopio, e que não concordava com o texto, por falhas técnicas, e que iria contactar sobre o caso, tão logo chegasse a Curitiba, com a Senhora Secretária da Educação.

7. Em novo contato com o Diretor-Geral tivemos notícia de que faria um novo anteprojeto, e quando estivesse pronto, levaria ao nosso conhecimento.
8. Novamente em contato com o Diretor-Geral, informou-nos ele, estar o projeto pronto e que deveríamos acionar a Secretaria da Administração para acelerar os seus estudos.
9. Passamos a notícia ao Deputado Márcio Almeida, e ele em seguida conseguiu uma audiência para 20/11/84, com a Secretária, estando ele presente. Na ocasião, disse à Secretária que necessitava de um levantamento dos beneficiados, pelas diferentes situações de magistério, porém, esse segundo anteprojeto, não é do nosso conhecimento.
10. Ao terminar o ano de 1984, fomos informados pelo Dr. GINO AZOLINI que tudo sobre a audiência lhe havia sido comunicado e que faria, incontinenti, o levantamento.
11. Encerra-se aqui, 1984. E, em 1985, novo contato foi feito por esta Comissão. Isto foi quando o Diretor-Geral informou que o levantamento estava completo, por amostragem, e que em março, acreditava ele, poder levá-lo ao Sr. Governador, para transformá-lo em mensagem ao Legislativo. A mesma notícia nos foi dada pelo Deputado JOSÉ TAVARES.

Após o desenho do caminho percorrido pelos professores que, desde 1980 vêm batendo às portas do Governo para, através de manifestação espontânea, conseguir o que entendem justo e legal, é de bom alvitre, nos fatos ali narrados, que os Senhores Deputados assinarão com certeza, o requerimento de Vossa Excelência ao Sr. Governador do Estado, pedindo o envio do anteprojeto, já elaborado pela Senhora Secretária.

É desnecessário dizer que a ajuda dos integrantes desta nobre Casa de Leis, é realmente indispensável, pois, todos os caminhos percorridos, até então, não deram resultado, daí o colocarmos todas as nossas esperanças no trabalho de Vossa Excelência, junto aos seus nobres Pares.

Na oportunidade, apresentamos protestos de verdadeira estima e total confiança no seu trabalho, juntamente com os Srs. Deputados de ambos os partidos. Agora nossas esperanças se voltam para a Assembléia Legislativa do Estado.

TEMOS FÉ E CERTEZA!

ATENCIOSAMENTE

(a) COMISSÃO "PRÓ-ESTABILIDADE"

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobera-

no Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo o aumento do número de policiais, bem como da cota de combustível para a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Janiópolis.

Tal reivindicação é de iniciativa do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, manifestada através da pessoa de seu Presidente, o Ilustríssimo Senhor Matias Reinaldo Sampaio, que informa ter consultado diversas lideranças da comunidade a respeito, colhendo diversas reclamações quanto a segurança no Município de Janiópolis.

Diante de inúmeras constatações, o Presidente daquela Agremiação Partidária chega a conclusão que, o mais breve possível, deve ser aumentado a cota de combustível, pois a mesma é insuficiente para percorrer todas as localidades de Janiópolis, que é uma região muito grande; o aumento do efetivo policial também é outra necessidade básica, já que o contingente atual não é compatível com as ocorrências que se fazem necessárias executar.

Espera-se, portanto, diante da exposição de motivos, que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine a adoção de medidas que venham de encontro ao que ora é preconizado, que, sem dúvida alguma, não representa apenas o interesse do Diretório local do PMDB, mas também de toda a coletividade de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a imediata realização de reformas gerais no Grupo Escolar General Carneiro, localizada na Municipalidade de Roncador.

A preocupação, quanto ao estado de precariedade daquele citado estabelecimento de ensino, é manifestado pelo Ilustríssimo Senhor Jair Becher, Inspetor Estadual de Ensino, que informa ainda que suas instalações apresentam até mesmo riscos à própria vida de alunos e professores.

Ademais, há muito tempo que a presente solicitação vem sendo formulada, mas no entanto, todas as gestões neste sentido foram infrutíferas, e, enquanto isto, a Escola tem seus problemas aumentados na medida que o tempo passa.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa EMOPAR, juntamente com a Secretaria de Estado da Administração, o encaminhamento de todas as medidas que se fizerem necessárias adotar para que, num menor espaço de tempo, o referido problema seja eliminado.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública objetivando a destinação de uma viatura devidamente equipada, assim como mais armamentos para a Delegacia de Polícia, localizada na Municipalidade de Terra Boa.

Tendo em vista o próprio porte da Cidade de Terra Boa, é de fundamental importância que a Delegacia de Polícia esteja aparelhada o suficiente para fazer frente às necessidades do setor de segurança, especialmente no que tange a ordem pública de uma maneira geral.

Para a superação de tal deficiência e de acordo com o que afirma o Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, é necessário que essa Secretaria de Estado, libere, o mais breve possível, uma viatura devidamente equipada e mais armamentos, para dar, enfim, condições reais de ação por parte daquele organismo policial existente.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a autorização de uma viatura, devidamente equipada, assim como mais policiais, para o Distrito Administrativo de IV Centenário, pertencente à Municipalidade de Goioerê.

A população que reside naquele progressista Distrito Administrativo de IV Centenário, tem se sentido bastante intranquila, tendo em vista que, naquela localidade, existe a falta de mais policiais (na verdade só existe um que permanece com frequência) bem como de uma viatura devidamente equipada para o transporte de detentos, quando acontecem ocorrências.

Ademais, em IV Centenário quando existe qualquer tipo de problema relacionado à segurança, o encaminhamento de qualquer medida acontece depois de muito tempo, tendo em vista que as providências serão tomadas pela unidade policial existente na sede do Município de Goioerê.

Faz-se necessário garantir a tranquilidade da população, a ordem pública e a ação com rigor, quando houver atos desrespeitosos ante à Lei. Para tanto, a participação dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública é indispensável, através do envio de uma viatura devidamente equipada e a designação de mais policiais para IV Centenário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-

-Estar Social objetivando a realização de estudos no sentido de implantar um programa de fluoretação na rede de distribuição de água da Municipalidade de Peabiru.

Fora de qualquer dúvida que um dos maiores problemas existentes em decorrência da falta de condições acessíveis de saúde, refere-se à questão dos altos índices de dentes cariados. Tal problemática se verifica pelo fato de que as pessoas atingidas não dispõem de recursos para o tratamento dentário, tendo em vista que o mesmo é muito caro, e os órgãos previdenciários muito ou quase nada ajudam.

Por outro lado, a forma mais racional de se adotar medidas que venham efetivamente procurar reverter este quadro, deveras muito crítico, se dá de forma a atingir as crianças, especialmente as de idade escolar, procurando despertar nelas a higiene bucal. Mais do que isto, torna-se imprescindível implementar programas amplos capazes de atacar o problema de frente.

Neste sentido e tomando como parâmetro os excelentes resultados conseguidos em outras cidades que o adotaram, o programa de fluoretação contribui significativamente para diminuir pelo menos o número de dentes cariados, sendo este o motivo maior para que tal planificação seja também posta em prática na Cidade de Peabiru.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo a realização de reformas gerais na Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Sertãoópolis.

A iniciativa da presente reivindicação, é do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Sertãoópolis, José Aparecido Rafaeli, que tem manifestado sua preocupação ante ao estado de precariedade existente nas instalações da Delegacia de Polícia daquele progressista Município.

Neste sentido, faz-se necessária a realização de reformas gerais o mais urgente possível sendo imprescindível a participação dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, assegurando a liberação dos recursos para tal.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano para o Distrito Administrativo de Santo Rei, pertencente à Municipalidade de Nova Cantu.

Fora de qualquer dúvida que a presente reivindicação quanto a necessidade de se perfurar um poço artesiano no progressista Distrito de Santo Rei, que aliás é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Walmick Pereira é a das mais importantes, pois trata-se de uma antiga aspiração dos moradores daquela localidade.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado do Interior e dessa SUREHMA, a adoção de medidas que possam efetivamente vir de encontro ao que ora é preconizado, já que trará grandes benefícios a Santo Rei.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que, mediante as possibilidades, determine a ampliação do atendimento às estradas de leito natural existentes na Municipalidade de Moreira Sales.

Primeiramente, toma-se indispensável destacar que, essa Secretaria de Estado dos Transportes, através de sua equipe de trabalho, vem desenvolvendo um bom trabalho na região de Moreira Sales. No entanto, face à própria constituição do solo, que é arenoso, e que, portanto, apresenta muitas facilidades de desintegração, os problemas com relação as estradas são muito freqüentes, havendo a real necessidade de existir maior atenção quanto aos seus respectivos estados de utilização.

Maior atenção nas referidas vias é o que está a reivindicar o Excelentíssimo Senhor Adalberto Pronsati, integrante do Poder Legislativo Municipal, que afirma, inclusive, que tem havido reclamações por parte das pessoas que trafegam pelas inúmeras estradas que cortam o Município, que são, em sua maioria, agricultores.

Ademais, a Administração Municipal, em que pese todo o esforço e pela falta de recursos, tem encontrado dificuldades de manter em bom estado de conservação as principais ligações de Moreira Sales, sendo também este o motivo de necessitar maior apoio por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que autorize a realização de estudos apropriados visando avaliar quais são as reais possibilidades da construção de uma Subdelegacia para o Distrito Administrativo de São Luiz, pertencente à Municipalidade de Mariluz.

O Ilustríssimo Senhor Manoel Neto de Lima, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício neste sentido, está a reivindicar

dessa Secretaria de Estado de Segurança Pública a construção de uma unidade policial para o progressista Distrito de São Luiz, apresentando como justificativa o fato de que, atualmente, aquela localidade apresenta um grande contingente de pessoal.

Ademais, tem ocorrido ultimamente uma série de transtornos, decorrentes da ausência de um organismo policial capaz de coibir os atos de desrespeito a ordem pública de um modo em geral.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes visando a melhoria das condições de tráfego da estrada que serve de ligação entre o Distrito Administrativo de Paranaguá a Municipalidade de Boa Esperança.

A estrada que liga Boa Esperança ao seu Distrito de Paranaguá é, sem dúvida alguma, uma das mais importantes ligações existentes na região, tendo em vista que, através da mesma, é escoada grande parcela de produção provenientes das atividades agrícolas, que aliás, dão sustentação sócio-econômica.

No entanto, dado a sua situação, faz-se necessário, o mais breve possível recuperar aquela via, já que, conforme informa o Ilustríssimo Senhor João Colombari, antigo morador de Boa Esperança, seu estado é muito ruim, notadamente em dias chuvosos, o que não permite o fluxo normal de veículos.

Espera-se, portanto, dessa Secretaria de Estado dos Transportes, o encaminhamento rápido, pondo fim aos problemas atualmente vivenciados.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Secretaria de Estado da Cultura e Esporte visando a liberação de recursos orçamentários para a construção de um campo de futebol na Municipalidade de Juranda.

O Município de Juranda foi criado a menos de cinco anos, tendo, portanto, uma série de dificuldades decorrentes de sua emancipação, muitos dos quais sendo resolvidos na medida do possível pela atual Administração Municipal, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei.

No setor de recreação, mais precisamente no que diz respeito a questão do esporte, Juranda não conta com um local onde a sua população possa participar para a prática do desporto.

Neste sentido, para a construção de um local, com campo de futebol e pista de atletismo, por exemplo, faz-se necessária a colaboração dessa Pasta liberando os recursos para que tal obra se realize.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO



Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Cohapar-Companhia de Habilitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que, mediante estudos apropriados, seja determinada a criação e instalação de um escritório dessa Companhia, na Municipalidade de Ubitatã.

O Ilustríssimo Senhor Antônio Santo Graff, antigo morador da cidade de Ubitatã, conhece com profundidade os problemas existentes naquela Municipalidade, tendo, além das atividades como bancário, se destacado na militância política, tendo sido inclusive Vereador, onde sempre teve uma atuação voltada para os verdadeiros interesses de sua gente. Como homem dotado de profunda sensibilidade, ante as diversas realidades de Ubitatã, o Senhor Antônio Santo Graff, tem, por inúmeras vezes, dado significativas contribuições no sentido do desenvolvimento mais harmonioso daquela rica e imensa região.

Justamente dentro dessa preocupação, aquele ex-Integrante do Poder Legislativo Ubitatanense está a reivindicar a criação e instalação de um escritório dessa Cohapar. A argumentação apresentada se dá pelo fato de que, além do grande número de residências construídas em Ubitatã, este mesmo Município faz divisa com diversos outros, que por sua vez, têm também grande número de casas populares.

Ademais, além de levar em consideração os conjuntos residenciais existentes, a implantação de um escritório da Cohapar em Ubitatã permitirá oferecer uma melhor assistência aos mutuários, dando-lhes maior orientação e assistência, especialmente no que se referir a própria estrutura dos núcleos habitacionais.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte.

Senhor Presidente.

Nosso Brasil de todas as cores e todos os credos, se apresenta aos olhos de quem o considera um país capaz de atingir a soberania, como o campo primordial de atuação do político cultural.

Do grande mosaico que caracteriza o continente mestiço, haveremos de considerar todo o conjunto de complexos de cultura com deveres de lealdade recíproca, baseada na consciência de raízes, interesses e destinos comuns, levando-se em conta a especificidade das diversas regiões e suas dominantes, para que se consolide a democracia.

Julgamos de fundamental importância, sejam acionados todos os recursos disponíveis, no sentido de resgatar nossas raízes culturais, nossa identidade usurpada.

Criou-se, para comodidade dos "donos eternos e provisórios da cultura", a idéia de que ninguém discute essas ações porque ninguém entende do assunto.

A comunidade perdeu o costume de recorrer aos técnicos que se instalam em elegantes gabinetes onde pelo menos três belas recepcionistas interpretam o caminho do tão propagado diálogo.

A política cultural do nosso Estado, tem decepcionado

a todos que ansiavam por mudança e o que temos assistido são atos de desordenados que denotam um pálido continuísmo das gestões anteriores, onde o discurso não corresponde à ação e as contradições são constantes.

As contradições se tornam evidentes nas distorções do próprio conceito de cultura, por tanto tempo considerada como luxo. O Estado tem buscado explicar que cultura não é supérfluo (porque na verdade não o crê) justificando a restauração dos bens tombados, pela obtenção de divisas através do turismo.

Veja-se o exemplo de Vila Velha, onde foram aplicados todos os equipamentos de lazer julgados atraentes para o grande público. Imaginem, piscina, cartódromo, restaurante, caminhos asfaltados e cancela para cobrança de pedágio e mais sapos tocando flautas e anões de gesso pintado — poder-se-ia até dispensar as formações areníticas. Os ecologistas recorreram à Justiça e ganharam, para alívio daqueles que amam aquele lugar privilegiado. Agora cada extrato deverá ser reassentado, camada por camada, depois de demolidas as Construções estranhas. A restauração daquela área custará muita vezes o que custou sua invasão.

Quem pagará?

Quem é o responsável?

O Patrimônio Histórico e Artístico do Pr., na época procedeu o tombamento de forma imprópria, e desde aquela época (1966) não se elaboraram as normas para prover sua defesa, ou corrigir aquele erro. No Livro I, do Tombo, registrado sob n.º 05 de Janeiro de 1966, está discriminado: "Conjunto de Vila Velha; Furnas e Lagoa Dourada".

Mais recentemente temos assistido aos reclamos insistentes da população pedindo providências no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis para conter a degradação acelerada da Ilha do Mel e da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, esta, um dos mais significativos monumentos do nosso acervo histórico-cultural.

Para construir a Fortaleza da Barra de Paranaguá, por ordens do Rei D. José e do Marquês de Pombal, chegou Afonso Botelho de S. Paio e Souza, em 1767 e além de edificá-la, fundou as novas vilas do litoral, enviando condições para o seu desenvolvimento, bem como das comunicações terrestres até as vilas nascentes do planalto — sendo portanto um marco desse eixo de crescimento.

Fonte e lugar de fatos históricos importantes, a velha fortaleza, de feição arquitetônica excepcional, exige a atenção do órgão tutelar para a sua preservação e providências para a destinação de uso daquelas dependências, em benefício da comunidade.

É sabido que uma das condições de preservação de um edifício é a sua utilização adequada.

Ilha e fortaleza são monumentos tombados, porém, só o registro nos respectivos livros do Tombo, não impedem que ambos - bem natural e bem cultural - se degradem.

Estranhamos o fato da Secretaria da Cultura ter se omitido em assumir a responsabilidade, por ocasião dos chamamentos da população.

Foi bastante comentado o roubo do Bom Jesus do Saivá, da Capela do mesmo nome, em Antonina.

É sabido que se trata de uma das mais antigas capelas, sendo a imagem roubada, de grande valor artístico e histórico; era tombada, porém sem uma documentação que permitisse seu resgate, o que é comum em nossas igrejas.

Tendo sido por tantas gerações, suporte de fé naquela comunidade - ao lado da Nossa Senhora do Pilar cujas festas, no séc. XVIII, motivaram a organização da Freguesia da Graci-



osá - não mereceu do órgão tutelar maiores esforços no sentido da sua recuperação.

O comércio rendoso de imagens sacras, no Brasil, se faz livremente a ponto de restar muito poucos exemplares daquelas, tipicamente, brasileiras.

O que julgamos mais grave porém, é o descaso e a substituição pura e simples, como foi o caso de Antonina, criando-se assim, uma falsa idéia de substituição.

No nosso Estado, nos últimos vinte anos, desapareceram mais de trinta imagens.

Nosso povo é místico e essas imagens representam, na maioria dos casos, o referencial máximo de integração das vizinhanças - em geral são imagens de andor que percorrem os sítios, nas festas do santo, há mais de um século.

Constam do livro do Patrimônio, algumas poucas imagens, que esperamos sejam conservadas - para tal é necessário contar com uma eficiente atuação da Secretaria da Cultura e também com a vigilância da comunidade a que pertencem.

Pelas mesmas razões o nosso patrimônio artístico tem sofrido constantes baixas e substituições, acusadas na CPI, realizada nesta Assembléia Legislativa e pelas pessoas que têm um contato direto com esses objetos.

Esperamos que o inventário que está sendo realizado pela Secretaria da Cultura, anunciado pelo Senhor Secretário, seja executado com a técnica de registro que permita a sua preservação e eventualmente seu resgate.

Sabemos que muitas das obras pertencentes ao acervo público, principalmente pintura, têm nos últimos anos sido roubadas ou substituídas, e as pessoas que se ressentem dessa apropriação não têm como provar esses fatos porque a documentação é falha, quando não existente.

Os arquivos vulneráveis e os próprios documentos passíveis de substituição ou alteração.

Desse modo tem sido comum, que algumas pessoas inescrupulosas, escolham, em fim de governo, um quadro, uma escultura, um móvel, um relógio antigo, aumentando seu acervo particular ou vendendo essas obras.

Como acusar essas baixas, se o registro é inadequado e vulnerável?

Uma técnica usada com frequência, é colocar a obra em depósito por estar "estragada", onde é esquecida e logo arranja dono. Acontece que não há bens culturais descartáveis ou substituíveis, é necessário que alguém se responsabilize efetivamente - afinal a população paga seus impostos, tem o direito de saber o que lhe pertence e exigir que esse legado seja assegurado às gerações futuras.

Outro ponto que merece a nossa reflexão é a cartilha anunciada pela Secretaria da Cultura e também pelo Jornal Educação, intitulada Gralha Azul.

Questionamos a validade de um instrumento didático - cultural - desta natureza, por contrariar os princípios de respeito à heterogeneidade do nosso complexo cultural e por termos conhecimento de métodos mais adequados para a finalidade alegada de resgate da memória cultural.

A cartilha nos parece mais um instrumento de padronização, já que os núcleos referenciais diferem de forma notável.

Entendemos que administrar projetos culturais não seja tarefa fácil, após tantos anos do vício do clientelismo cultural e da interferência desastrosa do Estado, durante o período da ditadura, na produção cultural. Consideramos ainda a carência de técnicos para a área; mesmo assim a Secretaria da Cultura tem sido pródiga em expulsá-los.

Acreditamos no engajamento sócio-cultural de todos os cidadãos, na construção da democracia, exercido pela crítica, auto-crítica, defesa do seu patrimônio e liberdade de criação e expressão.

É preciso curar a doença do clientelismo e do colonialismo cultural a que temos sido submetidos.

Para que sejam erradicadas as atitudes ditatoriais e a continuidade dos vícios colonialistas, advogamos uma co-administração da - cultura que faça da diversidade a unidade, e seja capaz de abranger desde a tecnologia autóctone até a mais requintada obra de arte, sem separatismos.

Falamos muito em democratização, mas estigmatizamos o popular, confundimos com medíocre, cuidamos de separar essas manifestações daquelas ditas eruditas. Afinal se atingiram a qualidade artística, porque separá-las?

Nossa gente tem tido poucas oportunidades de vivenciar sua própria cultura.

Da época dos Santos Ofícios aos dias da restauração do Patrimônio, se tem aperfeiçoado fórmulas de manter a nossa dependência sócio-cultural, para as benesses das sociedades dominantes, interna e externamente.

Um dos delegados da Conferência inter-governamental da UNESCO, sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, havida em 1970, em Veneza, encerrou seu pronunciamento dizendo: "Nutrir-se só de uma cultura emprestada, é como viver a vida de outro".

- Por ser a Secretaria da Cultura, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, o órgão responsável pela observância da Lei 1211 de 16 de setembro de 1953, que: "Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná".

- Por ter acreditado no plano de ação divulgado pela Secretaria da Cultura;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, o pedido de informações que segue:

1- Inventário, Tombamento, Registro Técnico, Conservação e Restauração:

a) Que métodos são utilizados para proceder o inventário cultural do Estado do Paraná?

b) No fichamento técnico, que medidas de legitimidade são tomadas, no sentido de preservar sua inviolabilidade?

c) Quais os critérios de prioridade que têm sido adotados nas intervenções de restauração dos bens tombados?

d) Quem aprova as propostas de restauração apresentadas, e qual a participação da comunidade interessada?

2 - Ilha do Mel e Fortaleza da Barra de Paranaguá:

a) Quais as medidas adotadas para a preservação daquele monumento natural e sobre aquela área de cultura diferenciada, no que tange à vida dos ilhéus?

b) Existem projetos de restauração e propostas de uso para a Fortaleza da Barra de Paranaguá, e quais as iniciativas para a obtenção dos recursos?

c) Quais as intervenções de emergência, adotadas para preservar a integridade do monumento?

3 - Cartilha ou Revista Lúdica Gralha Azul:

a) Qual a tiragem e custo da edição?

b) Quais os pareceres sobre esse material?

c) Qual o método de aplicação desse instru-

mento didático-cultural?

Estas são as informações que pedimos, de conformidade com a Constituição Estadual, Art. 16, inciso V.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 27/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Prado Ferreira, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Mirassol, e divisas constantes do atual Distrito Administrativo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) HOMERO OGUIDO

#### JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Prado Ferreira, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais expressivos nos últimos anos.

Os aspectos sócio-econômico, político e cultural estruturados, não só na zona urbana como na zona rural de Prado Ferreira, oferecem condições básicas para que aquela comuna seja elevada à condição de Município, uma das grandes aspirações da sua laboriosa população.

O relatório circunstanciado do futuro Município de Prado Ferreira que anexamos ao presente, vem de comprovar a existência dos requisitos necessários para que esta Casa torne realidade o anseio daquela população, o que estamos propondo através deste Plano de Lei, que temos a certeza receberá o integral apoio dos nobres Pares com assento neste augusto Poder representativo do povo paranaense.

##### PROJETO DE LEI Nº 28/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL OFICINA" — ASSEDOF, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

Apoio: ACIR MEZZADRI.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1981, nesta Capital, a Associação Educacional Oficina é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com as finalidades de: promover estudos e pesquisas educacionais, editar estudos pedagógicos educacionais e principalmente, manter um centro experimental de aprendizagem destinados aos filhos dos seus associados.

##### PROJETO DE LEI Nº 29/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Jesus de Nazaré", com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A sociedade Beneficente Jesus de Nazaré, sociedade civil, de caráter beneficente, foi fundada na cidade de Cascavel, em 1978, e desde a sua formação vem cumprindo com as finalidades a que foi proposta, ou seja a de promover a solidariedade humana, auxiliar as famílias, e pessoas que estejam necessitando de ajuda financeira, social, cultural, educativa, etc.

A documentação anexa, preenche, todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, que regula a matéria de Utilidade Pública em nosso Estado.

##### PROJETO DE LEI Nº 30/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS" (APEF), com sede e foro na Cidade de Curitiba — Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS (APEF), fundada em 24 de outubro de 1967, é uma Entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade e objetivos principais, congregar a classe de Engenheiros Florestais; trabalhar no equacionamento e na solução dos problemas florestais, defendendo os interesses, promovendo a defesa e a valorização da profissão, além de promover intercâmbio social, cultural e científico entre instituições congêneres do País e do estrangeiro.

Propõe-se, igualmente, a prestar colaboração técnica a qualquer órgão que a solicite. A APEF, através dos seus membros, atua à nível de Estado, Prefeituras, Entidades de Classe e comunidade em geral, na conscientização florestal, na defesa do meio-ambiente, na preservação da fauna e da flora, interessando-se por todos os assuntos que se referem a conservação da natureza. A proposição do presente Projeto de Lei, virá, por certo, ao encontro dos nobres e elevados propósitos da entidade, o que esperamos uma boa acolhida por parte desta Augusta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI Nº 31/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Aos interesses no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida a redução sobre multa, juros e correção monetária incidentes, nas seguintes condições:

I — Redução de 90 por cento aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei;

II — redução de 70 por cento aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei; e

III — redução de 50 por cento aos que salda-

rem seus débitos dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei não beneficiará aqueles serventuários que já utilizaram das anistias anteriores, concedidas pelas Leis n.ºs 7.210 de 17 de outubro de 1979 e 7.498 de 1.º de outubro de 1981.

Art. 3º - O IPE expedirá, em 15 (quinze) dias as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA e GILBERTO CARVALHO

PROJETO DE LEI N.º 32/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada de "Guilherme Kantor", estrada que liga São Mateus do Sul/Palmeira - Via São João do Triunfo (PR - 151) neste Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/04/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

SENHOR GUILHERME KANTOR

O PIONEIRO DO TRANSPORTE COLETIVO  
DE SÃO MATEUS DO SUL - PARANÁ

ÁUSTRIA, situada na Europa Central, em plena região andina, fronteira com a POLÔNIA, berço de grandes artistas e vultos que engrandeceram a humanidade, viu nascer a cinco de outubro de mil oitocentos e noventa, GUILHERME KANTOR, filho do casal BASÍLIO KANTOR e MARIA AMÁLIA KANTOR.

Aos cinco anos de idade, em companhia de seus pais e três irmãs, veio para o Brasil, de navio, escapando da guerra da Rússia. Em alto mar, perdeu uma irmã por doença grave, que foi lançada às águas. Viajando em navio cargueiro de última classe de passageiros, sofrendo as consequências, confortava apenas esperança de dias melhores. Desembarcou em Paranaguá, juntamente com sua família, vindo morar em Curitiba. Posteriormente, veio para a cidade de ANTONIO OLINTO, neste Estado, onde seu pai, Basílio Kantor, ajudou a construir a igreja matriz, na mesma cidade de ANTONIO OLINTO.

Voltando a Curitiba, juntamente com sua mãe e duas irmãs, começou a luta para manutenção da família. Sua mãe, ótima cozinheira, era disputada para fazer jantares à nobreza curitibana. Com 10 anos de idade, Guilherme Kantor, já enfrentava o trabalho dos mais variados. Foi até jóquei no "JOQUEI CLUBE PARANAENSE", por pouco tempo. Com sua força de vontade e inteligência, ingressou no comércio, paralelamente, dedicou-se ao estudo musical. Estu-

dou violino com os professores BENEDITO OGG e EUGÊNIO DO ROSÁRIO, este último renomado musicista parnanguara. Participou de várias orquestras em Curitiba, uma delas a de Benedito Ogg, onde tocavam, também, no cinema mudo. Não se ambientando no comércio (de entregador de pacotes, faxineiro por dia), foi aprender ofício de marceneiro. Casou-se na data de 05 de janeiro de 1912, em Curitiba, com a senhora EMILIA BIANCOLINI KANTOR, nascendo dois filhos JORGE KANTOR e AMANZOR ORLANDO KANTOR. Mudou-se para a cidade de Campo Largo, onde trabalhou com seu cunhado e muito amigo, Senhor HEITOR BIANCOLINI, continuando na profissão de marceneiro e a noite tocava violino nas festas, casamentos, bailes. Nessa cidade nasceram mais dois filhos LEONILDA e GUILHERME KANTOR JÚNIOR. Com notícias animadoras que chegavam a Campo Largo, resolveu mudar-se com a família para SÃO MATEUS DO SUL, vindo de carroça até Balsa Nova, tomando o trem para PORTO AMAZONAS, descendo o RIO IGUAÇU, pelo vapor - PALMAS, até chegar a SÃO MATEUS DO SUL, cidade que o acolheu carinhosamente e que jamais desejou mudar-se; seu pedido constante para que os restos mortais permanecessem nesta cidade, o que foi atendido. Estabeleceu-se nesta cidade, com uma fábrica de torrefação e moagem de café, chamado "CAFÉ SOL", adquirida esta fábrica do Senhor PLÍNIO VALENTE, sendo que em seguida vendeu-a. Comprou o botequim do CLUBE IDEAL, atendendo à noite com a colaboração de sua esposa, e de dia continuava na profissão de marceneiro. Na compra desse botequim, teve a colaboração de bons amigos principalmente, dos Senhores AGENOR CUNHA NASCIMENTO e BERNARDO AMARAL WOLFF.

Depois de dois anos de luta, estabeleceu-se com o primeiro hotel da cidade, denominado HOTEL KANTOR, onde inclusive hospedou os engenheiros Doutor FUSTIER e Doutor BADESCO, que iniciaram a prospecção e exploração do petróleo, xisto para firma HENRIQUE LAGE.

Após um ano vendeu o hotel e botequim, e começou outra atividade.

#### INÍCIO DAS ATIVIDADES NO TRANSPORTE MOTORIZADO E COLETIVO EM SÃO MATEUS DO SUL

Seu espírito progressista e amor a SÃO MATEUS DO SUL, levou-o a comprar um veículo motorizado do Senhor LUIZ CORDEIRO, pessoa riquíssima na região e um dos primeiros automóveis na região, com o qual faz o primeiro transporte de erva-mate, e posteriormente, a fundar uma empresa de transportes coletivos, com jardineiras (DILIGÊNCIAS), sendo, portanto, "O PIONEIRO NO TRANSPORTE COLETIVO DE SÃO MATEUS DO SUL - PR.

A viagem inaugural, deu-se em 30.08.1921, entre SÃO MATEUS DO SUL e TRÊS BARRAS, continuando as terças-quintas-feiras e sábado. Foram passageiros dessa pri-

meira viagem (inaugural), os Senhores PEDRO BANDEIRA, PAULINO VAZ DA SILVA e ALBINO PROHMANN. O veículo era de marca FORD sem bateria, funcionando só no magneto. As rodas eram maciças e sem câmaras de ar. Atravessava naquela época duas balsas sobre os rios IGUAÇU e RIO NEGRO, respectivamente. As balsas eram tocadas a varejo, pois, não tinha cabos de aço. Quando das enchentes periódicas, em ambos os rios, a travessia era feita de canoa (passageiros e malas postais), isto porque, um veículo ia até a pedreira, outro veículo do lado oposto do rio Iguaçu conduzia até balsa de rio Negro, e no lado oposto do rio Negro até Três Barras geralmente os passageiros iam a pé. Em tempo normal, a JARDINEIRA (DILIGÊNCIA) partia às 05 horas da manhã de São Mateus do Sul, chegando em Três Barras-SC. às 10 horas aproximadamente, quando tudo corria bem e o tempo firme. Saía de Três Barras - SC. após a chegada do trem de Curitiba, às 16:45h da tarde, chegando em São Mateus do Sul - Pr., geralmente após às 22 horas, quando chovia o que era constante, então o horário era prorrogado.

Em 1923, já fazia o transporte de mala de correio sendo nomeado estafeta em 1924. Em março de 1924, com a revolução de HEZIDORO LOPES, foi pelo Exército Nacional, requisitado seu veículo e levado para a cidade de CAÇADOR - SC. (veículo principal), e lá ficou por mais de dois meses. Ocasão que quase quase pereceu sua família, pois, era essa JARDINEIRA (DILIGÊNCIA) o se "ganha-pão". Em 1928 foi registrado na SECRETARIA DA FAZENDA em Curitiba, a linha de SÃO MATEUS DO SUL A PALMEIRA - Pr., via SÃO JOÃO DO TRIUNFO - Pr., tendo como sócio o Senhor HEITOR BIANCOLINI, seu grande amigo, e falecido em 1930 nesta cidade.

Com a valiosa colaboração de seus filhos Senhor JORGE KANTOR (15 anos) e AMANZOR ORLANDO KANTOR (14 anos) ainda na adolescência, foram indiscutivelmente, as vigas mestras de toda sua empresa, pois, pelo esforço, dedicação, e trabalho, de ambos, foi possível manter sua empresa. Pois, além dos mesmos obedecerem rigorosamente aos horários das jardineiras (DILIGÊNCIAS), e ainda eram motoristas de carros de aluguel, trabalho esse extra-horário. Em 02 de junho de 1938, inaugurou a linha SÃO MATEUS DO SUL A CURITIBA (via Palmeira), com um veículo também mais moderno nessa viagem inaugural. Com verdadeiro heroísmo pai e filhos, mantiveram essas linhas, por muitos anos, pois na época as estradas eram precaríssimas, quase intransitáveis, e os veículos não dispunham do apetrechamento dos nossos dias. Entre São Mateus do Sul e Palmeira, toda viagem à jardineira (DILIGÊNCIA) encalhava várias vezes, isto porque, com chuva pela estrada lamacenta e com seca, pelo areão

pesado na estrada além São João do Triunfo.

Em 01 de junho de 1942, vende sua empresa ao Senhor JOCELYM FURTADO NEVES, pela importância de Cr\$60.000.000, constituída pelos seguintes veículos:

- a) um ônibus marca chevrolet - 1938 com carroceria chapeada de azul e alumínio lotação para 16 passageiros chapa nr.52256 - nr. motor - 115 - 40750;
- b) um ônibus com igual número de passageiros, chapa nr. 52401, nr. motor nr. 11394573;
- c) um ônibus carroceria de madeira, para lotação de 10 passageiros, chapa nr. 52251 - motor nr. 251745;
- d) um ônibus comercial com lotação para 05 passageiros, chapa nr. 52254 - motor nr. 198022561, com carroceria de madeira tipo leve, e permitido e adequado as circunstâncias das estradas. O pagamento foi estabelecido da seguinte forma: Cr\$ 20.000.0000 (VINTE CONTOS DE REIS) à vista e o restante Cr\$ 40.000.000 representados por 40 letras de câmbio no valor de Cr\$1.000.000 cada. Foram testemunhas do negócio os Senhores JOÃO BATISTA DISTÉFANO e FRANCISCO DE ABREU SANTOS.

O importante que, enquanto manteve sua empresa de transportes coletivos, a família toda teve um papel preponderante. O Senhor GUILHERME KANTOR além de supervisor geral, ainda guiava os veículos quando na falta de um motorista. Os Senhores JORGE KANTOR e AMANZOR ORLANDO KANTOR, faziam, o primeiro, a linha de SÃO MATEUS DO SUL a TRÊS BARRAS, e o segundo, de SÃO MATEUS DO SUL a CURITIBA. Os Senhores GUILHERME KANTOR JUNIOR e OSMAR KANTOR entendiam a parte contábil. As Senhoras LEONILDA KANTOR e CELIA KANTOR, além de serem funcionárias públicas, atendiam em casa, a venda de passagens, encomendas, cartas etc. Os jovens OLDEMAR KANTOS, DEZIR MARCELO KANTOR, JOÃO ALBERTO KANTOR, eram responsáveis pela entrega de encomendas e pacotes nesta cidade. O Senhor ORLEI KANTOR era responsável pelas entregas de encomenda e compras em geral em Curitiba, no período de aulas ginasiais, quando em férias, viajava de ajudante, para abrir portões, encorrentar as rodas, carregar malas, sempre viajando no "salão de cargas". Somente a menor MARIA AMÁLIA KANTOR (Rita) não participava porque tinha apenas dois anos de idade. O principal papel era de dona EMILIA BIANCOLINI KANTOR, esposa do empresário, que além de todas as ocupações caseiras, fazia lanches e refeições para os passageiros que normalmente chegavam fora de horas. Outro detalhe importante, que os passageiros eram apanhados em casa, sujeitando-se muitas vezes a demorada espera para que os mesmos fizessem barbas, arrumassem malas, etc. No retorno o mesmo acontecia com a entrega em casa dos referidos passageiros.

O Senhor GUILHERME KANTOR, era amigo pessoal do Senhor ROBERTO ANGEWITZ, ( o perna de pau), este "PIONEIRO DA EXPLORAÇÃO DO XISTO NESTA REGIÃO". Consumia toda produção de gasolina de sua fábrica nos veículos de passageiros.

#### OUTRAS ATIVIDADES

##### PRINCIPALMENTE NO SETOR MUSICAL.

Entretanto, com tantas atividades, sempre cultivou a música com muita dedicação; dedicação essa que sempre teve com sua família, pois sua prole foi numerosa do feliz matrimônio com dona EMILIA BIANCOLINI KANTOR, nascendo em SÃO MATEUS DO SUL- Pr., os seguintes filhos: CELIA, RUBENS (falecido com 04 anos) OSMAR, ORLEI, OLDEMAR, DEZIR, JOÃO ALBERTO e MARIA AMÁLIA (Rita).

Em 1922 formou-se a orquestra para tocar no CINE BRASIL, sob a direção de GUILHERME KANTOR. Os músicos eram os Senhores, FRANCISCO ABREU SANTOS (seu Chiquinho da Tipografia), AUGUSTO MEIRA, JOÃO MASCARENHAS, JOSÉ SCHDEN ( autor da música do HINO SÃO MATEUENSE) e outros que não nos ocorre os nomes. Um deles que deve ser mencionado é do Senhor JOÃO BIENTINEZ, tocador de violão. Em 1928- SÃO MATEUS DO SUL- Pr., ouviu pela vez primeira "OS TANGARAS" orquestra de danças, também organizada por GUILHERME KANTOR, a qual era composta pelos músicos: - Prof. FLAVIO AMARAL WOLFF- Prof. BERNARDO AMARAL WOLFF, JOSÉ BASTOS PEQUENO- JORGE KANTOR - SR. PENTER - HEITOR BIANCOLINI - WENCESLAU CZAR - SR. ESPÍNDOLA- Esta excelente orquestra, durante muitos anos tocou em diversas cidades paranaenses e também no vizinho Estado de Santa Catarina. Foi professor de violino, além de outros, do jovem MARIO CARNEIRO PORTES ( Hoje General-ex-Secretário de Segurança Pública do Paraná). Em 1939, organizou a orquestra dos "KANTOR", constituída somente por seus filhos, pois, a maioria são excelentes músicos, como por exemplo o Sr. OSMAR KANTOR, que participa do CONJUNTO SERENATA DO SESI, e da ORQUESTRA SINFÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - o Sr. JORGE KANTOR músico responsável pelo CONJUNTO SERENATA DE SÃO MATEUS DO SUL, exibindo-se em várias cidades do Paraná.

Foi GUILHERME KANTOR o inspirador e membro da primeira comissão que organizou a FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, marcando época na ocasião ( 1939). Foi tesoureiro geral da Diretoria da Comissão Pró-Construção de Igreja Matriz, cujo maior sonho era ver realizado a construção de uma nova Igreja (1940/1954).

Em 16 de setembro de 1972 por ocasião do V ENCONTRO DE CONJUNTOS DE SERENATA DO PARANÁ, promovido pelo SESI (Serviço Social da Indústria) do Paraná, realizado em SÃO MATEUS DO SUL, o falecido Sr. GUILHERME KANTOR, recebeu uma homenagem póstuma especial do referido SESI, à noite no CLU-

BE IDEAL SÃO MATEUENSE com a participação de oito conjuntos serenatas de diversas cidades e à tarde foi inaugurada uma placa de bronze no seu túmulo nesta cidade, com os seguintes dizeres: "AO MAESTRO GUILHERME KANTOR- HOMENAGEM DO SESI - E DOS CONJUNTOS SERENATAS DO PARANÁ- S.MATEUS SUL, 16.09.1972.

Em 29 de julho de 1964 - por proposição do atuante, dedicado e honrado Vereador SR. CELSO DE PAULA SANTOS LIMA, foi proposto à CÂMARA DE VEREADORES, e APROVADO o nome de uma rua nesta cidade, perpetuando assim o nome do Sr. GUILHERME KANTOR, numa das vias públicas.

Em 29 de setembro de 1941, na conformidade dos §§ 2.º e 3.º do art. 90 do Decreto-lei n. 1.202, de 08 de abril de 1939, foi concedido pelo Excelentíssimo Senhor GETÚLIO DORNELLES, VARGAS, D.D. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, o TÍTULO DE NATURALIZAÇÃO, conforme documento registrado no REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO 2.º DISTRITO DA COMARCA DA CAPITAL- CURITIBA - Pr., sob n.º 3827 - livro B-9, em 13.05.1942.

#### OUTRAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Em 1944, nesta cidade, à Rua Luiz Damaso dos Santos Lima, esquina com a Rua Cel. João Gabriel Martins, construiu um moinho de cereais, vendendo dois anos depois.

Em 1941, foi nomeado representante do IAPETC ( Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas), nesta cidade.

Também, em data de 17 de julho de 1942, foi nomeado representante do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes).

Em 1945, estabeleceu-se nesta cidade, com uma indústria madeireira, com muita dificuldade, pelos poucos recursos que possuía. A razão social era KANTOR & FILHOS, constituída além do Sr. GUILHERME KANTOR- mais os seguintes sócios e filhos: JORGE KANTOR- AMAZOR ORLANDO KANTOR- GUILHERME KANTOR JÚNIOR - OSMAR KANTOR, posteriormente DEZIR MARCELO KANTOR.

O maestro ( pois compôs várias músicas entre elas a Valsa EMILIA), o músico, o empresário, o grande chefe de família que soube crescer na UNIVERSIDADE DA VIDA, seus onze filhos, sem nenhum desmerecê-lo, faleceu em SÃO MATEUS DO SUL, no dia nove de setembro de mil novecentos e cinquenta e seis, deixando a sua esposa, filhos, demais familiares e amigos, a mais profunda saudade, por tanto bem que sempre espargiu a mãos cheias.

Em 1940- inaugurou a Linha de Ônibus- Curitiba- Rio Branco.

Em 1941- inaugurou a Linha de Ônibus- Ponta Grossa- Imbituva.

Em 1942- Comprou uma Garagem perto do

Passeio Público- Curitiba- vendendo tudo em 1942. 29.07.1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI N.º 3/64

A Câmara Municipal de São Mateus do Sul, Estado do Paraná,

D E C R E T A

Art.1.º- A atual rua Conselheiro Ruy Barbosa, desta cidade, passa a denominar-se GUILHERME KANTOR.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1964.

(a) CELSO SANTOS LIMA  
Vereador

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI, APRESENTADA PELO VEREADOR CELSO SANTOS LIMA, E APROVADO PELA CÂMARA DE VEREADORES, DANDO O NOME DE "GUILHERME KANTOR" A UMA DAS RUAS NESTA CIDADE.

JUSTIFICATIVA:

Ao levar a apreciação de meus colegas este projeto de lei, eu não quero apenas prestar uma homenagem a um dos mais destemidos jogadores da história de São Mateus, que no passado com sua coragem, seu pioneirismo, sua fé, abriu as comportas que nos isolava dos centros mais evoluídos, mas prestar, na pessoa de GUILHERME KANTOR, uma homenagem ao homem que confiou prematuramente no poder da máquina, ao homem que enfrentou os carregadores do sertão, o homem a quem nas frágeis balsas nunca o atemorizaram, e SÃO MATEUS, outrora milagrosamente tinha sua linha de diligências. Este homem que só deixou a luta vencido pelo esgotamento físico de tantos anos de trabalho, pelo nosso povo, a quem hoje se descortina um futuro promissor. NÃO EXISTIAM ESTRADAS, NÃO EXISTIAM CARROS APERFEIÇOADOS, NÃO EXISTIA NA HISTÓRIA DE SÃO MATEUS, um GUILHERME KANTOR, daquela têmpera dos velhos bandeirantes que realmente descobriram o Brasil e ditaram os rumos do seu destino. Este o NOSSO BANDEIRANTE, aqui veio, VIU, LUTOU e VENCEU entregando esta VITÓRIA AO POVO DE NOSSA TERRA, que distante, rende-lhe esta homenagem dando ao seu nome uma das principais ruas de nossa cidade.

PROJETO APRESENTADO E APROVADO PELA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MATEUS DO SUL- Pr., PELO DINÂMICO E HONRADO VEREADOR- SR. CELSO SANTOS DE PAULA E SILVA- EM DATA DE

PROJETO DE LEI N.º 03 de 1984.

SÚMULA: DENOMINA DE "ESTAÇÃO RODOVIÁRIA GUILHERME KANTOR" a Estação Rodoviária Municipal.

Art.1.º- Fica denominada de "ESTAÇÃO RODOVIÁRIA GUILHERME KANTOR" a Estação Rodoviária Municipal, sita entre as ruas Ozy Mendonça de Lima, Altino Pereira Lima e Tenente Max Wolff Filho.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Mateus do Sul, 05 de setembro de 1984.

(aa) DERALDO MOLETA

Vereador PMDB

MATEUS S. N. SILVA

Vereador PMDB

ROBERTO GUIMARÃES

Vereador PDS

RIVADÁVIA LIMA

Vereador PMDB

BELMIRO S.GOMES

Vereador PDS

ADÃO FERREIRA

Vereador PMDB

PEDRO CRUZ SOBRINHO

Vereador PDS

MIGUEL PICHET

Vereador PMDB

Ilegível

Justificativa: O Sr. Guilherme Kantor, de saudosa memória, foi o pioneiro dos transportes coletivos em nossa cidade.

Cidadão ilustre e trabalhador, sempre colaborou ativamente para o progresso de nosso Município.

PROPOSIÇÃO: Vereador DERALDO MOLETA

APROVAÇÃO: UNANIMIDADE DE VOTOS.

Município de São Mateus do Sul

LEI N.º 710/84

SÚMULA: Denomina de "Estação Rodoviária Guilherme Kantor", a Estação Rodoviária Municipal.

A Câmara Municipal de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º- Fica denominada de "ESTAÇÃO RODOVIÁRIA GUILHERME KANTOR" a estação rodoviária municipal, sita entre as ruas Ozy Mendonça de Lima, Altino Pereira Lima e Tenente Max Wolff Filho.

Artigo 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de São Mateus do Sul, em 02 de outubro de 1984.

(a) LAURIVAL K. MAYER  
Prefeito Municipal.

Estado do Paraná

D E C R E T A:

PROJETO DE LEI N.º 33/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica criado o Município de SANTA BÁRBARA, desmembrado dos Municípios de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO e SÃO JERÔNIMO DA SERRA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- Começa no Rio São Jerônimo na foz do Córrego Sabiá, sobe por este até sua nascente, de onde segue pelas divisas entre os lotes 35-47, 38-47, 31-39, 30-39 e 28-29, todas da Fazenda Santa Bárbara, atingindo aí o divisor das águas do Rio Congonhas com o Rio São Jerônimo, seguindo por este divisor rumo Sul até confrontar com a nascente do Rio Santa Bárbara pelo qual desce até sua foz no Rio São Jerônimo e por este abaixo até a barra do Córrego Caratua, subindo por este até cruzar a divisa entre as Glebas n.º 5-1.º parte com a Gleba n.º 3- Colônia São Jerônimo, seguindo por esta divisa sentido Oeste e posteriormente entre as Glebas 5 e 3 - Colônia São Jerônimo até a Água do Campolim, descendo por esta até sua foz no Rio São Jerônimo pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Sabiá; ponto de partida.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) HOMERO OGUIDO.

## JUSTIFICATIVA:

A localidade de Santa Bárbara está situada numa região que atualmente vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais marcantes nestes últimos anos, ocasionando condições para que a sua laboriosa população venha a aspirar a sua elevação à categoria de Município.

Tanto os aspectos sócio-econômicos, como político e cultural, se encontram em pleno desenvolvimento marcando condições das mais favoráveis para sua elevação à categoria de Município.

O relatório circunstanciado que anexo apresentamos, bem como a documentação juntada, melhor caracterizam a pretensão daquela população, o que estamos apresentando à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 34/85

A Assembléia Legislativa do

Art.1.º- Fica instituída a partir da 1986, a CAIXA DE TRANSPORTE COLETIVO POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ, que terá por finalidade prestar o meio de condução nos centros urbanos de cidades do Estado, sem quaisquer objetivos de lucros;

Art.2.º- A entidade que trata o artigo anterior, manterá convênios com as Prefeituras interessadas pela extensão do citado benefício aos seus municípios;

Art.3.º- Na implantação do sistema de Transporte Coletivo Urbano previsto nesta Lei, será observada a forma mais econômica possível, de preferência movido à eletricidade;

Art.4.º- As tarifas serão calculadas levando em conta os rendimentos das categorias profissionais ou atividades exercidas pela maioria dos mutuários do transporte coletivo, com a participação dos competentes órgãos de classe ou de seus respectivos sindicatos;

Art.5.º- Para a economia de tempo a que se refere o artigo anterior, poderão ser adotados talões de passagens aos veículos, a serem adquiridos por antecipação nas bancas em geral das cidades;

Art.6.º- A Caixa de Transporte Coletivo Popular do Estado, poderá estabelecer convênios com Empresas particulares dentro do esquema previsto na presente lei, visando sempre, antes e acima de tudo, o melhor atendimento dos usuários, especialmente os que, como empregados necessitam desse meio de transporte para o cumprimento de suas obrigações perante as firmas empregadas patronais;

Art.7.º- Para a manutenção dos fins previstos nesta lei, o Estado preverá os recursos necessários no Orçamento para o exercício financeiro do próximo ano.

Art.8.º- Deverá ser gratuito o transporte a todos quantos comprovadamente forem necessitados, desempregados, deficientes físicos e os idosos com mais de 65 anos;

Art.9.º- O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias regulamentará a presente Lei.

Art.10- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei está calcado no que foi já apresentado nesta Casa de Leis, pelo ex-Deputado Constituinte de 12 de julho de 1947, conforme consta em seus anais a 27 de julho de 1949, Aldo Laval,



que na sequência de seu velho ideal cristão e legal, conseguiu já 4 (quatro) pareceres favoráveis à sua implantação, assim enumerados, na sequência como Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR":

1.º - Em data de 24 de outubro de 1962, sob n.º 191, dado pelo ilustre Procurador ou seja, advogado da douta Consultoria Geral do Estado, Doutor Jacob Holzmann Netto;

2.º - Em data de 6 de julho de 1961, sob n.º 677, proferido pelo ilustre advogado Doutor Carlos Borges de Macedo Ribas, que em três laudas, houve por bem acatar o trabalho em questão, desde que mantidos convênios com as Prefeituras interessadas;

3.º - Não obstante, a informação n.º 7/65, prestada pelo ilustre Diretor do antigo Órgão Doutor Cid Ferreira da Luz, em data de 8 de outubro de 1965, da Comissão de Planejamento Econômico do Estado (PLADEP), solicitando os pareceres das Assessorias Jurídicas do Palácio do Governo e do Departamento de Serviço de Trânsito, à propósito do brilhante parecer n.º 677 supra aludido, somente 18 (dezoito) anos após, é que foram atendidos, tendo sido na época determinado o arquivamento da matéria sem os quisitos apontados;

4.º - Em data de 28 de março de 1983, portanto 18 (dezoito) anos decorridos, foi pela douta Procuradoria Geral do Estado, opinião pelo mesmo Parecerista anterior, o ilustre advogado Doutor Carlos E.J. Borges de Macedo Ribas, como Procurador da Douta Procuradoria Geral do Estado, confirmado o seu primeiro parecer proferido sobre a matéria a 6 de julho de 1961, portanto, por mais de 22 (vinte e dois) anos, por autêntica determinação Divina, sendo mais brilhante face a situação deveras lamentável por que atravessa o sistema de Transporte Coletivo;

5.º - Em data de 21 de junho de 1983, parecer favorável proferido pela douta Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado dos Transportes, sob n.º 182/83, que após examinada a matéria, em três laudas, reconheceu a legitimidade do projeto, aprovando-o inteiramente;

6.º - Em data de 24 de setembro do ano p.findo, após profundamente avisada a matéria em lide, proferiu a Assistência Técnica Jurídica da Casa Civil do Governador, o parecer sob n.º 742/84, que após examinar os pareceres acima citados, houve por bem aprovar, dependendo apenas de ser o projeto em causa, apreciado e opinado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sob a alegação de estar o problema relacionado, com o Transporte Coletivo afeto à área municipalista;

7.º - Em data de 11 de outubro de 1983, foi o Senhor Aldo Laval, como Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR", infor-

mado pelo ofício n.º 688/83, da mencionada data, face o protocolado de n.º 17.654/84, da Prefeitura local, que lhe foi dirigido pelo ilustre Prefeito Municipal de Curitiba, Deputado Maurício Fruet, de que o referido projeto merecerá a melhor apreciação, que em vista dos pareceres já recebidos, por certo seria acatado pelas demais autoridades sobre tão almejado plano de âmbito estadual; (inclusa a cópia do ofício 688/83).

A documentação supra referida está a-pensa no presente projeto de lei, infelizmente, menosprezados os primeiros pareceres desde 1961, portanto, por mais de 24 anos, levados para o arquivamento, quando o seu destino deveria ser a douta Assembleia Legislativa do Estado, se é que na verdade, com a graça de Deus, vivemos em regime democrático.

Quanto à legalidade e oportunidade do projeto, para sua aprovação, não existe o menor óbice, mormente em se tratando de um serviço de caráter privado, distorcido como sendo público para ser interpretado falsamente, ilegal, grosseiramente, como sendo de âmbito municipal e sem condições de, por tal motivo, encontrar solução, a não ser para pior, conforme se verifica desde os idos de 1947.

8.º - Veja-se pelo protocolo n.º 22.122 da Casa Civil do Governo e do Pladep (antigo), sob n.º 132/65, respectivamente, de 11 de setembro e 7 de outubro de 1965, o requerimento enviado ao ex-Governador Ney Braga, que Aldo Laval, como Presidente da Fundação Casa do Trabalhador, capeando o aludido parecer n.º 677/61, da douta P.G.E., citando inclusive os maiores juristas sobre a matéria, como J.M. de Carvalho Santos- Vol.III fls. 336, de que esse importante serviço privado, deve ser tratado na forma da Lei e não de meras maneiras de pensar.

9.º - Junta-se aqui uma cópia da capa do volumoso processo encaminhado ao Pladep em data de 06.10.65 e, não obstante, o parecer opinando para o seu prosseguimento, impiedosamente, foi ao contrário, remetido ao arquivamento em data de 13 do dito mês e ano.

10.º - Segue igualmente incluso, um relatório das leis e das Constituições, bem como de nossos vários códigos, inclusive o do Nacional de Trânsito, cujo artigo 65, é claro, pertencer ao Serviço de Transporte de passageiros, permitindo fosse delegado aos Estados e não aos municípios, a competência para autorizar esse serviço aos municípios.

11.º - A Constituição Federal também é clara e patente desde a de 1934, artigo 13, Item III, já previa os mesmos termos, assim como a de 1937, artigo 26, letra "e"; a Constituição, de 24 de janeiro de

1967, em seu artigo 8.º - Item XVII - letra "n" do § 2.º declarando que a competência da União não excluiria a dos Estados, para legislar supletivamente o transporte coletivo.

12.º - Também, na Constituição vigente, em seu artigo 8.º, item XXVII, letra "n", reproduz a referida competência, sendo portanto, absurda, nociva e ilegal o que vêm as Prefeituras invocando para o direito em manobrar com contratos, concessões, etc., com terceiros, o que na expressão da verdade é tudo nulo e por isso, grandemente prejudicial aos interesses do povo ou dos mutuários que sofrem as consequências de tão baixo e vil julgamento político administrativo, com os operários etc.,

Vejam-se, ainda, os crimes relacionados já naquele projeto, de 1965, arquivado, juntando-se aqui uma cópia de 120 nomes de pessoas vitimadas por falta de transporte coletivo adequado, quando forçados à manobrar sobre duas rodas, quais artistas circenses, especialmente, pelas vias das grandes cidades e quantos milhares desses nossos irmãos, que a partir de 1965 para cá, tombaram pelos mesmos motivos, tanto mais levados pelas propagandas comerciais, sempre que as tarifas dos coletivos sofrem aumento?

13.º - Vejam-se ainda, senhores Deputados, o que declara o nosso Código Penal Brasileiro, no Capítulo Sobre Incolumidade Pública, os crimes puníveis citados pelos artigos 260 e 263 daquele capítulo, quando taxativamente declaram:

"Expor outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento" (pena de um a 2 anos de cadeia). O mais sério e até incrível foi o telegrama enviado pelo referido Aldo Laval, como Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR", como homenagem ao Dia Internacional do Trabalho, ocorrido no Dia PRIMEIRO DE MAIO, com 500 (quinhentas) palavras, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, suplicando, em louvor e reconhecimento aos Trabalhadores em geral, fosse encaminhado o processo ali protocolado sob n.º 6614/82, de todos os pareceres já favoráveis acima referidos, até agora sem solução.

Abaixo as novas tarifas e, basta de matanças à inocentes.

Cumpra-se a Lei DIVINA, fazendo com que o SEMELHANTE, ou o que tem condução própria, socorra os que dela dependem.

Realmente, a Lei do Semelhante, vem sendo substituída pela do amor próprio, dos interesses mesquinhos, alimentados e sustentados pelo materialismo, destruidor da Paz, da Saúde e do Progresso, deitando por terra o preceito cívico e moral tão bem demonstrado e imperecível dentro da Bandeira Nacional de "ORDEM E PROGRESSO".

Para que tão nobre e divinal lema possa ser realmente cumprido, mister se faz seja ele praticado na defesa da família e da sociedade, ora invadida pelo crime bárbaro resultante de um sistema de transporte coletivo, que por sua denominação e finalidade, não pode continuar sob o controle e predomínio de alguns que exploram em detrimento dos explorados, não raro vítimas fatais ou aleijadas para o resto da vida, só porque tenham de sofrer sérios castigos pelo crime do cumprimento do dever. Fala-se muito no combate a pena de morte, que não deve de fato ser aplicada mesmo aos maiores condenados, por que então permitirmos seja ela liberada aos inocentes como os trabalhadores ou estudantes? Não estareis vós como governantes ou representantes do povo, assumindo a responsabilidade por tão bárbaros atentados à vida, à segurança, à liberdade e à propriedade ao lhes cercear o direito de viver? Desconheceis vós, por ventura o artigo 153 que os assegura?

Pelo longo tempo que vimos nos dedicando no combate à essa guerra fria e covarde, nos autorisa a oferecer a solução condigna, legal e humana, para que, não inovando, mas sim, interpretando a lei tal como ela está patente na Constituição Federal e nos Códigos, seja o Nacional de Trânsito, Penal, ou mesmo o Civil, em que pesem os de caráter religiosos bem pouco conhecidos e praticados pelos detentores do Poder, cujas preocupações sempre foram e continuam a ser mais de ordem política partidária do que na preservação da pessoa humana, criada a imagem e semelhança de Deus.

Houve já por volta de 1960, em nosso Estado, um feliz e rápido momento quanto então o governador Moyses Lupion, face já o arcaico, calamitoso, grave, caótico, terrível sistema de transporte coletivo, tal como já afirmou o ex-Ministro dos Transportes General Dirceu Nogueira, a 16 de maio de 1975, em descobrir que o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, contribuíra para que o Código Nacional de Trânsito, em seu artigo 65, determinasse a competência dos Estados em disciplinar o funcionamento desse importante e indispensável serviço social do País, tendo então aquele incansável e zeloso ex-Governador Lupion, chamado a si a responsabilidade pela moralização e legalização da matéria. (referido no item 10).

Foi então quando os jornais do tempo declaravam: - "LUPION FICOU LOUCO?". Mas, é o velho refão popular: - alegria em casa de gente pobre dura pouco", vencendo meia dúzia de exploradores do povo, fazendo prevalecer o sistema, embora já muito bem batizado pelo ex-Ministro dos Transportes, sem a coragem e a lucidez em

dar ao tão degradante e criminoso sistema de condução, o destino certo, e desviado pelos que, esses sim, continuam loucos, em considerá-lo como de simples autonomia municipal, quando o transporte de massas, pela lógica e bom senso, mesmo que fosse olvidado pela lei maior o que não acontece, de que cumpre aos governos federais e estaduais a sua movimentação. E aqui, fazemos um desafio aos órgãos municipais do País, que comprovem o contrário. A fim de que, em nossa querida Pátria seja de uma vez por todas eliminada essa fantástica e cruel guerra interna, desimando milhares de preciosas vidas, enlutando lares já empobrecidos pelas injustiças sociais e ainda, a cada passo, a sepultarem seus amados pais, irmãos, filhos, etc., só porque não raro, são atropelados ao manobram sobre duas rodas, quando são eles artista de fábricas, da lavoura, do comércio e não de trapêsios circences. Quanta ignorância, meu Deus!

Esses são na verdade, analfabetos, de letras e de coração, ou melhor, os maiores surdos ou cegos, porque não desejam ver e nem ouvir, segundo afirmou o Cristo, que faltam apenas 15 anos para ser elevado nosso pensamento de gratidão a Deus, ao completar dois mil anos de sua Divina e Sacrossanta vinda a este mundo de misérias e de injustiças.

O valor, portanto, que se pretende cobrar dos semelhantes, ou seja, dos que têm condução em favor dos que não possuem, é irrisória, face os crimes que praticam, não raro esfacelando nossos irmãos, fugindo em seguida, sem sequer serem identificados.

Seja-nos permitido aqui citarmos o que a imprensa local já afirmou no dia 24 de junho de 1973, sob o título: - "Bicicletas no centro motivo para acidentes", mostrando um ciclista trafegando pela rua da cidade, em meio a um movimento intenso de veículos motorizados, alertando, como nós, o grande risco e a causa do elevado número de atropelamentos, mormente dos jovens, incidindo nas proibições e penalidades estabelecidas pelo Código Penal antes citadas.

Isto, já decorrido doze anos, quando o surto automobilístico vem tornando cada vez mais elevado. Outro artigo divulgado pela Gazeta do Povo, na edição de 5 de agosto do ano passado, sob o título "Automóvel mata muito mais que o conhecido" segue afirmando que tal acontece por estas duas razões:-

- 1) - pelos acidentes que correm;
- 2) - pelos efeitos das poluições do ar e do som, atacando os ouvidos, os pulmões, a vista, não raro causando o câncer." Cita ali, que segundo os dados a respeito da "Agência Telegráfica Suíça", das 3.121

mortes por câncer nos pulmões, verificadas em 1982, pelo Departamento Federal de Estatística, 1.820 são causadas pelo fumo do cigarro, e 1.301, pela contaminação dos veículos motorizados. E acrescenta: - Este número é comparável como se disse, aos das mortes causadas em Acidentes de Trânsito.

Sobre esse mesmo aspecto do acelerado aumento automobilístico das Cidades, também já se pronunciou o ex-prefeito Municipal de Nova York, dos Estados Unidos Doutor John Lindsay, em entrevista com o jornalista Paulo Francis, divulgada na Revista VEJA, de agosto de 1976, quando lamentava tão grande tolerância no uso indiscriminado de automóveis nos centros urbanos, transformando-os como propriedade sua, impedindo os pedestres, que representam os legítimos donos das Cidades, de poderem, sem os riscos e os atropelamentos, como de fato vem acontecendo nas grandes Metrópoles, como em Curitiba, etc.

Aquele ilustre e douto homem Público norte-americano, explica e justifica, que tudo poderia ser perfeitamente evitado, se ao contrário, houvesse por parte de nossas autoridades, maior zelo e empenho por UM SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO NÃO EXPLORADO, PORÉM, ASSISTIDO, e vai Sua Excelência mais longe além de nosso projeto, estabelecendo, que o certo mesmo, seria manter até de GRAÇA AOS MENOS FAVORECIDOS O SEU MEIO DE CONDUÇÃO OU DE IDA E VINDA AO TRABALHO.

Mas, se assim fosse, prossegue o ex-Prefeito Municipal de Nova York, de que, com um sistema de condução decente, condigno, confortável e rápido, muitos haveriam de preferi-lo, deixando os seus carros nas garagens, contribuindo desse modo para diminuir os catastróficos efeitos produzidos pela loucura automobilística, que aos poucos iria sendo utilizados, preferencialmente para viagens, passeios distantes, não infestando as Cidades de venenos, de mortes, tal como vem sucedendo em número cada vez mais horripilante.

Configurando a causa principal de tão hediondos crimes, nos bastará lembrar das expressões do Grande Justista JOÃO MANGA-BEIRA, quando afirmou:-

"Para o comerciante ou intermediário explorador, tanto faz vender berços ou caixões de defuntos: - para eles o importante é que haja lucros."

Enquanto para nós idealistas cristãos, o amor ao nosso semelhante está sempre colocado antes e acima de tudo, porque habitamos a terra, como fiéis interpretes de Deus e não dos homens, que na maioria o desobedecem, colocando os seus mesquinhos interesses pessoais ou grupais num egoísmo desenfreado.

O Serviço do Transporte Coletivo, pois, de todo o País, está fraudando a Lei

e a própria Constituição, considerando-o farsamente como se fosse de autonomia municipal, e, para justificar essa nossa velha luta já trintenária, nos seja permitido buscar os mais renomados juristas sobre a matéria, como a seguir:-

Não obstante as citações já prestadas neste projeto de lei, às fls. II, itens 10, 11, 12 e 13, colocando-o dentro da mais luminosa legalidade, em primeiro lugar, nos cumpre rememorar um fato inédito sobre o assunto, ocorrido quando pela segunda vez era investido no Poder Executivo do Estado do Paraná, o eminente ex-Governador MOISÉS LUPION, que ao findar essa sua fecunda etapa administrativa, nos idos de 1960, portanto, já decorridos 25 (vinte e cinco) anos, decretou a competência do Estado em promover o Serviço de Transporte Coletivo, com fundamento nos mais legítimos direitos legais e constitucionais como veremos:-

Comprovaesse histórico e saudoso acontecimento, a página do jornal "O DIA", no tempo circulante em nossa Capital, cuja cópia instrue também o documentário incluso, quando o já Saudoso e brilhante Jurista Doutor Manoel Linhares de Lacerda, defensor da nobre atitude tomada por aquele Emérito ex-Governador contra a Prefeitura Municipal de Curitiba, que se opunha a tão salutar medida, também já sustentada desde quando o autor destas justificativas - Aldo Laval, era ocupante de uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, de 1947/51.

Nos limitaremos a transcrever daquela 4.<sup>a</sup> página supra citada do jornal "O DIA", o texto ali impresso do Decreto Federal n. 3.651, de 25 de setembro de 1951, que criou o Código Nacional de Trânsito, graças à iniciativa feliz e deveras cristã do fecundo Governo do Saudoso Getúlio Vargas e para tanto transcrevemos o seguinte trecho:-

"LEGITIMIDADE DA INTERVENÇÃO DO ESTADO"

"A esse respeito, alias, BIELSA, no seu substancial e erudito tratado - Estudio de Derecho Público, I Derecho Administrativo, Pág. 179, Editora de PALMA, Buenos Aires, 1950 elucida a questão demonstrando que a Legitimidade da Intervenção do Estado, para manter SERVIÇOS COLETIVOS.

Não vai ao ponto de transformar o Serviço Coletivo em Serviço Público: - Público orpza. (reprodução em Português):-

A lição é lúcida e completa, pois é possível dizer que o Serviço Coletivo deve ser tratado como Serviço Privado, pois o interesse público em mantê-lo, regulamentá-lo fiscalizando sua execução em benefício do povo é muito caro:- Mas afirmar diante desse simples dever do Estado e

também direito, quando a regulamentação do exercício de um Serviço Coletivo, ou de Utilidade Coletiva que ele converte os serviços, simplesmente coletivos em Serviços Públicos, isto é, advogar uma teratologia jurídica."

"PENSAMENTO DO LEGISLADOR NACIONAL"

"Continuando a desenvolver o raciocínio o Doutor Manoel Linhares de Lacerda acentuou ainda:

Os Serviços Públicos são em suma, os serviços organizados pelo Estado para desempenho da Administração como regra e por exceção os que o Estado reservar, além disso, por expressa disposição Constitucional ou de lei, para sua própria execução com a prerrogativa de conceder a particulares. Foi nessa doutrina que se inspirou o legislador nacional Constituinte ao elaborar o inciso XII do artigo 5 da Magna Carta. Se, pois em face desse dispositivo os Serviços de Telégrafos (Do Departamento dos Correios e Telégrafos) são de exploração exclusiva da União, como Serviços Públicos, bem como os Serviços de Telégrafos executados pelas Empresas Particulares como a WESTERN e outras também são em virtude de concessão; se a rádio comunicação, a rádio Difusão, os Telégrafos Inter-Estaduais e Internacionais:- se a navegação Aérea e as Vias Férreas que ligam Portos Marítimos, as fronteiras nacionais ou transpõem os limites de uma unidade da Federação, constituem, por exploração direta ou concessão, sempre, serviços públicos já o transporte motor, de cargas e de passageiros, coletivos ou não, foram excluídos dessa classe, sendo agora apenas, SERVIÇOS COLETIVOS necessariamente subordinados a licença e a fiscalização dos Poderes Públicos, porque interessam ao povo e devem ser mantidos.

SERVIÇOS COLETIVOS E NÃO PÚBLICOS, ora - continua o Doutor Linhares de Lacerda - a Constituição é obra de Juristas.

Os termos usados na sua redação foram empregados depois de meticoloso exame de uma Comissão de Redação que funcionou no Congresso Constituinte. Onde nela se lê que o Município é autônomo quanto a organização de Serviços Públicos locais, deve-se ler, mesmo como ali está escrito a expressão SERVIÇOS PÚBLICOS, com o autêntico significado jurídico.

Que os Transportes Coletivos são, apenas, Serviços Coletivos e não Serviços Públicos, não há como incluí-los entre Serviços Públicos Municipais, nem em que determine a conversão expressa de serviço coletivo em serviço reservado a exploração ou concessão municipal, que é, na Técnica Legislativa, adotada na Constituição Federal o modo de convertê-los a essa categoria.

CONSTITUIÇÕES ANTERIORES - (Prossegue o

Doutor Linhares de Lacerda) - Observe-se que a Constituição de 1934, (artigo 13, II-D já previa nos mesmos termos, a autonomia municipal e que a Constituição de 1937 (artigo 26 - letra "e"), não somente a previa, mas ainda traduzia a tal autonomia nos mesmíssimos termos da atual Carta Magna, o que não impediu que o Código Nacional de Trânsito (artigo 65), delegasse aos Estados e não aos municípios a competência para autorizar os Transportes Coletivos municipais:- (Artigo 65 - para efeito da concessão da licença, os transportes Coletivos dividir-se-ão em:-

- a) - Municipais;
  - b) - Intermunicipais;
  - c) - Interestaduais.
- § Único.

Compete a União, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, dar concessão para os Transportes coletivos nas Estradas e de jurisdição Federal.

- Os Estados regularão a competência para a outorga da concessão nos demais casos. (O grifo é nosso).

#### A SITUAÇÃO DO PARANÁ

A Concessão de Licença para os Transportes coletivos Municipais assim, só pertencerá aos municípios quando o Estado lhes atribuir, para isso a necessária competência.

No Paraná havia o Poder Executivo, pelo Decreto do respectivo Governador, n. 217, de 19 de fevereiro de 1942 permitido aos municípios o licenciamento ou autorização dos Transportes Coletivos locais, artigo 92, § 2.º, mas agora resolveu revogar essa outorga dentro dos estritos termos da Constituição da citada lei Federal, que é o Código Nacional de Trânsito (Decreto Lei n. 3651 de 25 de setembro de 1951) que foi obra do fecundo Governo Getúlio Vargas, de modo que não há mais como discutir esse assunto. (O grifo é nosso).

Concluindo, o Doutor Manoel Linhares de Lacerda afirmou: - Os Transportes Coletivos de Curitiba estão com quem deveriam estar, isto é, com o Estado, sob cuja jurisdição estão o Trânsito, da Capital, o licenciamento dos veículos, automóveis e habilitação dos motoristas que trafegam pelas nossas ruas."

(Esta oportuna e brilhante reportagem deve ser bem aproveitada) - (Transcrito do Jornal "O DIA", Edição de 30 de Abril de 1960).

#### MISTERIOSO E INÉDITO ACONTECIMENTO

Face a longa e necessária exposição de motivos que o Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR" - o ex-Deputado Aldo Laval, vem servindo como substancial razão de aprovação do presente projeto de lei, agora, envolvendo matéria de moral administrativa, passaremos a narar para conhecimento público o mais lamentável episódio

ocorrido naquela sua luta iniciada a 27 de junho de 1949 por um sistema de Transporte Coletivo de ÂMBITO ESTADUAL, MOVIDO DE PREFERÊNCIA À ELETRICIDADE E, ASSISTIDO E NÃO EXPLORADO;

O referido fato foi acontecido da seguinte maneira:-

Segundo foi exposto nos itens 6 e 7 - de fls. I, bem como relacionados os vários pareceres favoráveis, que desde os idos de 1961 vem merecendo o presente projeto de lei, proferidos pelas doudas Procuradoria Geral do Estado e por outros órgãos jurídicos, a referida Fundação "CASA DO TRABALHADOR" supra, por seu Presidente, reitero ao governo o acatamento de tão prioritário problema social, pelo Protocolo n. 6614/82, nele anexando novamente os aludidos Pareceres, a fim de que, democraticamente, fosse enviado à indispensável apreciação, discussão e votação pela douda Assembléia Legislativa do Estado, segundo é estabelecido por lei.

Depois de pertinaz esforço e persistência junto ao Poder Executivo, foi conseguido o seu abalizado Parecer sob número 742/84, dado pela douda Divisão Técnico-Jurídica da Casa Civil, após examinado o inteiro teor do mencionado Protocolo acima referido n. 6614/82, cujo Parecer foi inteiramente favorável pela implantação desse novo sistema de Transporte Coletivo, com a única restrição de que fosse tão importante assunto submetido à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba - Deputado Maurício Fruet, isto em data de 24 de setembro do ano p. findo.

De imediato foi o processo em causa enviado aquela respeitável autoridade de nossa Capital para o mencionado fim naquela data, sem que até o momento houvesse chegado aos canais competentes da Prefeitura Municipal local, conforme se poderá comprovar pelo inteiro teor do ofício n. 026/85- EMG, datado de 14 de janeiro do corrente ano, dirigido ao Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR" - Aldo Laval, nos seguintes termos:-

"Senhor Presidente.

Referindo-nos aos of. 133/85 de Vossa Senhoria, protocolado nesta Prefeitura sob o n. 001356/85, informa o Departamento de Administração desta Prefeitura:-

Atendendo a solicitação, informamos que nada consta com relação a entrada do expediente citado.

Sempre a disposição, dentro de nossas possibilidades, reiteramos a Vossa Senhoria nossas considerações de apreço. Atenciosamente ass. ) - RICARDO MAC DONALD GHIST - CHEFE DO GABINETE."

Este triste ocorrido contra os magnos interesses dos trabalhadores e do povo corrente de condução da Capital e das princi-

país Cidades do Interior, nos deixa com razão preocupado com a existência de "FORÇAS OCULTAS".

Mas, azar desses possíveis inimigos da Paz Social, quando já bem antes mesmo, o autor dos protocolados mencionados, já estava de posse da confirmação que lhe foi prestada pelo ínclito Prefeito Municipal de Curitiba Deputado Maurício Fruet, conforme o ofício que se dignou-lhe sob o n.º 688/83 - EM, com data de 11 de setembro de 1983, portanto, um ano antes daquele eventual/sequestro" sofrido na viagem do aludido processo do Palácio Iguagu até a Prefeitura Municipal, sendo lícito transcrevermos o inteiro teor do ofício em apreço, concebido neste termos:-

"Prezado Aldo.

Agradecendo a sua correspondência, apresento-lhe meus cumprimentos pela expressiva abordagem sobre os problemas de Transporte Coletivo de âmbito estadual, que mereceu a nossa melhor apreciação e temos certeza, terá o melhor acolhimento pelas autoridades responsáveis pelo assunto, de vez que já obteve os mais favoráveis pareceres. Esperando que as causas públicas possam contar sempre com a sua contribuição, envio-lhe o meu coridial abraço.

Atenciosamente  
ass) - Maurício Fruet  
Prefeito Municipal

Ao Ilustríssimo Senhor

Aldo Laval

Fundação CASA DO TRABALHADOR

Rua 15 de Novembro n.º 570 - Conj.302 - Nesta Capital".

Os documentos citados e transcritos estão aqui anexados. Portanto, nada mais poderá ser exigido para que o presente projeto de lei mereça da parte do Egrégio Poder Legislativo, o lugar certo que lhe está destinado, cujos representantes do povo, sem quaisquer razões de ordem partidária, o examinem e hajam por bem dar-lhe aprovação, como sendo o Paraná, o vanguardeiro, o arauto, o paladino de tão elevada aspiração de ordem cristã, social, econômica e, sobretudo, como condição primeira da Justiça Social, tão badalada e prometida, mas muito pouco respeitada em prol dos oprimidos.

Não fosse já o triste precedente surgido no ano de 1965, com a extinção da ex-caixa de habitação Popular, que instituída pela lei n.º 360 de 5 de julho de 1950, pelo autor desta justificativa, quando com assento na Assembléia Legislativa, depois de atendidas milhões de famílias carentes de moradias, sem quaisquer objetivos de lucros, durante os seus 15 (quinze) anos de sucessivas atividades assistenciais, foram seus nobres e elevados fins transferidos para o famigerado Banco Nacional de

Habitação, o tal B.N.H., hoje, o maior câncer da família humilde em todo o País, quando, se houvessem HOMENS de amor aos injustiçados, e essa autarquia, estaria hoje, sendo modelo em TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

Na verdade, o combate a lei ao semelhante, isto é de quem tem condução própria, cooperar pelos que não a possuem; os já proprietários de seus patrimônios habitacionais, viessem em socorro dos que não o tem, como efetivamente sustentou a referida Caixa de Habitação Popular e a futura CAIXA DE TRANSPORTES COLETIVO POPULAR DO ESTADO, proposta por este projeto de lei, procurem agora, a meditar sobre as consequências funestas a que tornaram o povo, especialmente os mais humildes, aos mais atrozes sofrimentos, não raro morrendo nas favelas em que residem, nos bairros e mais perigosos lugares, nos morros, dali expulsos piores que animais! Vinte e duas pessoas no dia 3 último tombaram no Rio.

Isso parece não interessar aos nossos principais líderes, que correm em busca de posições de mando, como Ministérios, etc., deixando de assegurar ao nosso Estado o direito de iniciativas as mais felizes como as que acima apontamos, quando ambas poderiam ser já modelo nacional na solução de tão graves e sérios problemas.

É o velho adágio popular de que "NINGUÉM É PROFETA EM SUA PRÓPRIA TERRA" e aí está o exemplo perfeito e acabado.

Mas, ao falar em Ministério, de que pouco ou nada vale a quem não tem o sentimento de amor voltado para SEU SEMELHANTE, o hilariante gesto do ex-Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, como homenagem ao DIA PRIMEIRO DE MAIO DE 1977, montado em cima de uma bicicleta, como se vê estampado na Revista "VEJA", do dia 4 daquele mesmo mês e ano, ladeado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Baretto, firmaram um convênio para financiamento aos trabalhadores dos recursos à aquisição de bicicletas, para desconto em folha de pagamento, sob o título "VAMOS PEDALAR".

O Ministro, assim entendeu que estaria prestando grande auxílio aos carentes de condução, ignorando a Lei a Constituição e os Códigos que proibem tais veículos, nos centros urbanos, dados os perigos que correm, já como causa de milhares de mortes e aleijamentos, como atestam os meios de comunicação do conhecimento de todos, menos daquele ex-Ministro do Trabalho. Junto aqui uma foto da comédia.

Sempre a sanha de lucros colocada acima da pessoa humana!

OS CAMINHÕES COMO MEIOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Outro bárbaro crime praticado contra



os pequenos pelos grande sem nenhuma contestação por parte de nossas autoridades, até pelas criminais, eis que a cada passo as manchetes dos jornais aparecem vermelhas de sangue, divulgando tragédias horripáveis, como citamos as seguintes:

"Folha de São Paulo - edição de 6 de abril de 1984: - CAMINHÃO TOMBA E MATA 30 BÓIAS FRIAS;

Tribuna do Paraná, edição de 12 de maio de 1984: - CHOQUE DE CAMINHÕES MATA 8 E DEIXA 5 EM ESTADO GRAVE;

Gazeta do Povo, edição de 10 de outubro de 1984: - ACIDENTE FAZ 150 VÍTIMAS NO NORTE, COM CAMINHÃO EM MARINGÁ;

Tribuna do Paraná, edição de 7 de janeiro de 1985: - CAMINHÃO CAPOTOU E 22 FICARAM FERIDOS;

Gazeta do Povo, edição de 18 de fevereiro de 1985: - CHOQUE DE KOMBI E CAMINHÃO MATA 14 PESSOAS NO RIO".

Esses, são alguns acontecimentos anotados durante dez (10) meses, sendo ainda certo a multidão de trabalhadores já tombados nas zonas rurais,, sob o nosso veemente protesto, não apenas como fazem muitos políticos às vésperas de eleições, ludibriando o povo, mas sim, como quem, já editou três obras sobre tão brutais abusos governamentais citando-as nas datas seguintes:

"1) - Plano Sobre Transporte Coletivo Urbano e Interurbano do Estado, apresentado na Assembléia Legislativa do Estado, por Aldo Laval, autor destas justificativas, contendo 17 páginas, no tempo, impressa e distribuída as autoridades governamentais e entidades particulares: Data:- 27.06.1949;

2) - A SOCIALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO, trazendo na capa o corpo de um operário ciclista esfacelado na rua, obra essa impressa e distribuída em data de 25.11.1961; contendo 48 páginas.

3) - CIRCULAR NÚMERO 5, contendo (17) dezessete págs. sob a denominação de ELES RECLAMAM "JUSTIÇA", trazendo na capa, uma foto de um operário também esfacelado na rua, com sua bicicleta ao lado, em meio de poça de sangue e de muitos em pé assistindo o trágico acontecimento. Esta obra foi divulgada em data de 13 de maio de 1963."

Milhares de trabalhadores até então já tinham sido vitimados por essa trama maldita de exploração e jamais de assistência ao meio de Transporte de que, hoje mais que nunca imploram às autoridades pelo menos segurança do direito à vida, já que o salário é de fome.

Como desempregados, conseguiram por muito favor, passes livres para procurarem emprego, mas, segundo se ouve ou se lê, até essa concessão, os concessionários reagem contra a sua continuidade!

## ALGUNS TRECHOS DAS CITADAS OBRAS

Os assassinatos ou execuções à pena de morte imposta aos humildes, enlutando seus lares já bastante empobrecidos, já dissemos o seguinte a propósito dessas chacinas governamentais em nosso País.

Dissemos o seguinte:

"Diga-se, estarmos frente a quadro horripilante, em que o nosso irmão menos feliz, é executado pelo crime de se achar em caminho do trabalho, portanto, sem a menor culpa, em condições mil vezes mais atrosas do que aquelas outras, pelas quais, é levado o assassino, o ladrão, o tirano, à forca, à cadeira elétrica, a guilhotina e as câmaras de gaz, no velho mundo e na América do Norte.

Porém, qualquer lei tendente é implantar no Brasil, a barbara e diabólica pena de morte, ficará envergonhada, quando souber, que milhares de pessoas, antes de sua decretação, foram já banidas, sem processo e nem julgamento, que comesçassem tão estranha espécie de carnificina". (Data: 25/11/1961).

(2ª Obra de Aldo Laval, "Socialização do Transporte Coletivo Fls. 19).

Mas, complementando o ciclista e ex-Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, referido às fls. VIII e IX deste trabalho, quando pedalando uma bicicleta, recomendando seu uso pelos operários, cumpre aqui ainda acrescentar o que diz aquela mesma obra supra citada, as suas fls. 9:

"E graças à tantas desgraças, locupletam-se de rendimentos as firmas crediárias do ramo, enquanto alguns políticos menos visados, brincam com isenções de impostos e taxas para libertação e desenvolvimento de tão criminosos instrumentos, fazendo médias com seus eleitores! (inclusive créditos com a Caixa Econômica).

(2ª Obra "Socialização do Transporte Coletivo" fls. 9 de 25/11/1961).

E, acrescente-se nos atuais dias de hoje, quando são decorridos já 25 (vinte e cinco) anos daquela obra e 38 (trinta e oito) da 1ª datada de 27 de junho de 1949, quando na Assembléia Legislativa, em cujo texto, sem ser profeta, o seu autor deixou escrito o seguinte:

1º - NA CAPA - "Este trabalho é ainda a demonstração irrefutável de que somente pela Coragem Moral e Espírito de Organização, se poderá evidentemente, levar o necessário combate ao alastramento da miséria, fruto funesto da exploração crescente do homem pelo homem. De pouco valerão os esforços dispendidos na luta contra os efeitos, produzidos por uma causa, cujas raízes, continuam solapando a humanidade, enquanto não se oferecer ao povo, os meios de, por si mesmo, poder se defender dos que o absorvem no suor, no sangue e nas lágrimas na mais triste ilusão, de construírem seu reinado na terra".

2º - Disse o referido autor, às fls. 15 daquele 1º Projeto - "Vemos ser lógico e notório o único meio de barateamento nos preços de tarifas, imprescindíveis aos operários, sempre mal assalariados, ser o uso de veículo movido à eletricidade, o mais aconselhável, por isso que, para sua movimentação, é bastante rico em potencial hidráulico o nosso Estado. Eis aí mais uma razão, da premência, em se organizar o plano pretendido por esta lei, capaz de manter, não somente nesta Capital, mas, nas principais Cidades do Interior, essa modalidade de Transporte Coletivo, impedindo dessa arte, o sufocar dos parques recursos de nossos coestadanos, que percebem míngua dos salários. Enquanto que o uso de Ônibus, sem bem



tracos pelos seus preços atuais e futuros, não poderão servir, aos que, mais que outros quaisquer, precisam dos transportes coletivos, pois que residem nos bairros distantes e não terão outro recurso, senão em demandarem o trajeto a pé". (Plano sobre Transporte Coletivo Urbano e Inter-Urbano do Estado 27/06/1949).

3ª Obra - ELES RECLAMAM JUSTIÇA - 17 pgs. Data 13/05/1963, às fls. 3. — "Relembramos as expressões de RUY BARBOSA, afirmando: Já se entoeu no Parlamento Republicano o panagérico do jogo; Já se lavrou na imprensa da atualidade a apologia da perfídia. Ainda não se ensaiou, numa tribuna ou na outra, a glorificação da mentira. Mas há de vir. Há de estar próxima já tarda. Não se concebe que se haja demorado tanto. É a justiça de nossa época a si mesma. Pela hábito de preterir a tudo, acabe ela sem fim, destarte, preterindo a si própria". (Conferência promovida na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em data de 8 de março de 1919, Literatura - Antologia Mundial. Famosos Discursos Brasileiros. Vol. II fls. 153).

Tardou, mas enfim, concretizou-se a profecia do GRANDE RUY que naquela sua Monumental obra, às fls. 150, disse mais o seguinte: - (Falando sobre as corrupções governamentais de seu tempo).

"Não seriam de certo eles os que o pagassem, os que, por quaisquer dessas coisas respondessem. Qual pagar. Qual responder. Neste regime são os bons os que pagam pelos maus; são os inocentes os que respondem pelos culpados. São as vítimas as que expiam os crimes dos verdugos. O ladrão rouba: — O roubado indeniza. O Poder extorcionário esbulha: — Extermina-se o esbulhado. As malversações, os "atentados", os opróbrios, não inhabilitam ninguém. Os grandes homens do regime, são as vezes a que todo mundo está vendo na cara os gílvezes de mil vergonhas. Quanto mais cádimos na imoralidade, mais graduado nas posições.

Nessa 3ª Obra acima referida, o Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR" - Aldo Laval, formulou 21 (vinte e uma) perguntas e respostas, devendo aqui, transcrever apenas a última nestes termos: PERGUNTA:

"Finalmente, pode Vossa Senhoria, nos esclarecer em que consistem os pontos ou fatos, apontados, como inéditos pelo vosso trabalho perante a opinião pública? Resposta:

É com prazer que faço, recapitulando em síntese a presente Reportagem, dentro dos itens abaixo:

1º - O Transporte Coletivo, como a rigor, toda e qualquer outra natureza de transporte, e livre em todo o território nacional, sendo por isso, VEDADOS OS ENTRAVES, barreiras ou obstáculos que venham dificultar ou embarçar a vida das populações. Veja-se as Constituições Federais de 1891 - Art. 11, Item I; de 1934 - Art. 17 item IX; de 1937 - art. 25 - e de 1946, art 27.

2º - Na parte referente aos crimes contra os Meios de Transporte e Comunicações, em seus artigos n.ºs 262 e 263, o Código Penal Brasileiro, estabelece com clareza meridiana, as PUNIÇÕES aos atentados e danos culposa ou dolosamente praticados no Transporte Coletivo, pondo em perigo de vida os seus usuários;

3º - O Transporte Coletivo, por seus métodos impopulares e ilegais, na cobrança de elevadas taxas aos trabalhadores mais humildes, que nem sequer a indigência é poupada, vem concorrendo para o malfadado uso de ciclismo, responsabilizando-o portanto, pelo surto de acidentes que matam e ensanguentam em nossas ruas, jogando, não raro, já sem vida,

muitos dos que se servem de tão frágil quão criminoso processo de locomoção;

4º - Tão infestante e contagiosa epidemia social, começou a se alastrar, muito particularmente em Curitiba, desde quando, da maneira mais impiedosa e cruel, lhe foram arrancados os Bondes, como Transporte Popular ou mais econômico, paradoxalmente, num Estado, onde o Potencial Hidráulico, o maior do Brasil, que poderá obter, objetivando o incremento desse relevante serviço, movido à eletricidade;

5º - Se o Transporte Coletivo, tal como se apresenta, fosse pessoa física ou individual, uma existência inteira de cadeia, muito pouco seria, para reparar os crimes e atentados já cometidos contra milhares de criaturas, quando em busca do ganha-pão honrado de cada dia, num desafio às disposições Constitucionais e Penais do País que fazem estremecer o mais vulgar sentimento de fraternidade de Justiça;

6º - Portanto, é imperioso, seja instituído o Fundo de Assistência ao acidentado, à funcionar dentro do Plano de Socialização por nós, apresentado, visando por seu turno, a Justa e Indispensável reparação ou indenização às vítimas ou às famílias, pelos danos que lhes foram causados por meio do Trânsito em geral de todo o Estado;

7º - Ao nosso modo de ver e de sentir, os milhares de trabalhadores, que não podendo suportar as humilhações e os ônus que lhes são impostos no Transporte Coletivo, são forçados ao equilíbrio sobre duas rodas, formando ali, BOSSA NOVA DE FAVELADOS, portadora de males muitas vezes mais graves dos que aqueles experimentados nas famosas favelas de habitações;

8º - Por essas e outras razões, somos de opinião, que tão somente as bicicletas não careçam de faróis, mas, especialmente os nossos homens públicos, devem trazê-los bem acesos na consciência, a fim de que, movidos por meros interesses políticos, não mais votem ou sancionem leis atentatórias a segurança da comunidade, como as que isentam de taxas e impostos tão condenáveis veículos, ressalvadas raras e imprescindíveis exceções;

9º - O maior contraste, é ver-se a cada passo, o ônibus (para todos) segundo o Latim, menos para o pobre, a esmagar-lhe o crânio, exatamente por ser obrigado a dele desertar para os improvisados sistemas de condução, cujo uso, representa a mais sórdida negação de UM DIREITO, assegurado dentro da moral, da Religião e da Lei, em cujas bases se assenta o nosso incomparável Regime Democrático e Cristão;

10º - Oxalá, possa o Governo Federal, pelo seu recente Conselho de Transporte do possível Ministério, a desdobrar-se para tal fim, deitar por terra, as falsas e perniciosas autonomias municipais desse relevante Serviço Público, que mais Monopólios, vivem a sacrificar e a comprometer a liberdade dos que Trabalham e Estudam, na missão sagrada de se locomoverem, sem os riscos a que são constrangidos a enfrentarem;

11º - O Transporte Coletivo, inapelavelmente indefensável assassino número UM, já de centenas e centenas de vidas roubadas aos humildes, é uma Instituição fora da lei, segundo temos insistentemente apelado perante os Primeiro e Segundo Congressos Sindicais, do Paraná, e finalmente, agora, o fazemos na forma do mais comovedor apelo.

As Comissões Internas de Prevenções de Acidentes ou CIPAS, no ensejo de seu Primeiro Congresso Nacional já estabelecido para o mês de julho próximo, em Curitiba;

12º - Em vão, será o mundo Espiritualista ou Cristão, assistir dramas assim tão dolorosos, como as Execuções de KARYL CHESSMANN, de ADELPHO FICHMANN e de tantos

outros seres humanos, num contraste aberrante como as que se processam frente aos nossos olhos, vendo massacrados Trabalhadores, até de menores de idade, sem **QUAISQUER JULGAMENTO OU CONDENAÇÕES**, enquanto a hipocrisia vibra pela conquista do Poder, ardidamente conquistado, graças a Tantas Desgraças. **CAMPANHA DA ENERGIA A CUSTO ZERO FEITA PELA GAZETA DO POVO**. O Item n.º 4, de nossas afirmações já feitas a 13 de maio de 1923, de que o Paraná é rico em potencial hidráulico, foi, até o momento de perder ele uma das dez maiores maravilhas do mundo - as Sete Quedas, **ONDE FUNCIONA HOJE as Usinas Elétricas de ITAIPU**, tendo a conceituada Gazeta do Povo, iniciado uma Campanha denominada "**ENERGIA CUSTO ZERO**" ao nosso Estado, como modesta, legal e justa contribuição por tão extraordinária conquista.

Mas, nada mais se falou a respeito ao que nos parece ficou resumida à Campanha ZERO, por enquanto, dependendo é claro, que as nossas autoridades legislativas e executivas, sejam menos Ministeriáveis e mais reivindicatórias daquele que nos pertence.

Dando sequência aos elevados propósitos deste projeto de lei, passaremos agora em dar abaixo transcrito um de nossos inúmeros artigos publicados naquele tradicional órgão de imprensa Paranaense, a Gazeta do Povo, sob o título **NEM ISSO FAZEM**, de 02/02/1976:

"Leitor Aldo Laval, residente na Rua Buenos Aires, em nossa Cidade:

"Na qualidade de autor de vários trabalhos e de uma velha e incessante luta em favor do povo, em particular, dos Trabalhadores, e sem favor algum, deveriam a muito tempo, já terem servidos de um meio de condução à altura de suas reais necessidades, isto desde quando no exercício como Deputado Estadual na Assembléia Legislativa do Paraná, portanto, por mais de 28 (vinte e oito) anos consecutivos, não nos será lícito deixar de lamentar profundamente, que as nossas autoridades, **QUE NEM ISSO FAZEM**, em torno do momentoso problema sobre o Transporte Coletivo Urbano.

Sim, nem mesmo preocupa os responsáveis pelos destinos do povo nesse particular, isto é, pondo de lado, a solução condigna de que vem se rescentindo o meio indispensável de locomoção dos que dependem desse importante serviço público, pelo menos se tornasse capazes de solucionar a **VERGONHOSA E ESCABROSA QUESTÃO**, de passagem adotada pelos usuários, evitando-se os mais sérios aborrecimentos, perda de tempo, discussões estereis, falta de educação perante os passageiros e mais que isso, até falta de retidão na devolução do troco, muito comum entre alguns cobradores.

Pelo menos isso, repetimos, se conscientissem os comandantes desse terrível, arcaico, caótico e calamitoso sistema de Transporte Coletivo (lá assim considerado pelo ex-Ministro dos Transportes Dirceu Nogueira), principalmente nos trânsitos indisciplinados dos grandes centros, como sóe acontecer em nossa Capital.

Dirão - "A lei não permite o uso de blocos de passagem". Mas, indagamos nós: "Estaremos em Regime de Ditadura, sem representantes dos Poderes Legislativos Municipais, Estaduais ou Federais? . . . Isso não é justificativa, porém, desculpa esfarrapada, cujas consequências, as classes modestas são as eternas vítimas.

A muitos anos passados, lembro-me existirem tais passagens para os Ônibus. Mas, como tudo progrediu: - acidentes de trânsito, favelas, mendicância, assaltos, desquites, como caminhos para o divórcio, crimes passionais, sobre pretexto

de ofensas morais, quem já não a possuía nem para o gasto, etc., também deixe-se que o povo brigue dentro dos coletivos, ter que pagar caro o transporte e ainda ouvir desaforos de cobradores.

Isso, caros leitores, significa triste calamidade pública, provocada, não por fenômenos da natureza, como enchentes, secas, vendavais, etc., mas sim, da ordem puramente evitável, se no coração de nossos representantes fosse cultivado mais amor ao próximo e menos, arte de fazer política! . . .

Para os usuários, perpétuos do Transporte Coletivo, sabemos como o povo ficará contente, vendo todos passarem as roletas, sem embarços, as filas adentrarem os ônibus com rapidez, muitas vezes sobre chuvas, frio ou ventos, muito embora seja para ficar apinhado, pois infelizmente, até a própria denominação, agora é transporte de "massas e não de pessoas!"

Não vamos perder mais tempo com tal situação que parece não encontrar eco na consciência dos super que dirigem tais serviços, que **NEM ISSO FAZEM**, que é facilitar o pagamento por meio de passagens, como acontece nos demais sistemas de transportes interestaduais, ferroviários, etc. Saibam eles, que o tempo representa dinheiro, mormente para os que vivem de mingua dos vencimentos e, por essas e outras razões, se obrigam à contra-gosto a desertarem dos Ônibus, adquirindo cada um, segundo suas posses, embora com grandes sacrifícios, seus automóveis, ou o que é ainda muito mais grave, improvisando processo de condução, já condenado por lei, enquanto por isso, desgraçadamente, se eleva cada vez mais, a já alarmante cifra de acidentes. Neste século das luzes, abram os olhos senhores políticos e salvadores em vésperas de eleições a fim de perceberem, quanta coisa injusta anda por aí, concorrendo para a miséria moral e material de nossa gente, quando de vós depende o fortalecimento de nosso incomparável Regime Democrático, alicerçado, não apenas na letra que mata, mas, no espírito cristão, exemplificando pelo Mestre Jesus, a quase dois mil anos". (segue junto o recorte do referido artigo de 1.º/02/1976).

E, agora pasmem, Senhores com o triste quadro que em seguida passaremos a transcrever ocorrido na Cidade de **CASCAVEL**, no último dia 22 de fevereiro do corrente ano de 1985, após (nove) anos da publicação do artigo supra, integralmente lembrado, para comprovar que até o impossível acontece:

#### **MORTO AO RECLAMAR O TROCO DO DINHEIRO**

O lavador de carros Ednaldo Perreira de Novais, de 26 anos, acabou sendo assassinado a golpe de faca, ao reclamar a falta de troco no interior de um Ônibus da Empresa Miotto. O crime aconteceu em Cascavel e o autor identificado como Adão Sáttil, ainda não foi localizado pela polícia local. Sua prisão preventiva deverá ser decretada nos próximos dias. Ednaldo Pereira era funcionário no Posto Inomata, e ao retornar para casa após o serviço, embarcou no Ônibus que faz a linha Praça Wilson Jofre - Jardim Santa Felicidade. Estendeu uma nota de 5 mil cruzeiros para o cobrador descontar sua passagem. O cobrador, Darci Conning, combinou então com Ednaldo que o coletivo pararia no ponto seguinte na altura do Mercado Inácio, onde o dinheiro seria trocado. Porém, o Ônibus não parou conforme o combinado e Ednaldo então se rebelou e gritou: - "Será que não tem motorista neste ônibus? Foi o que bastou para que o motorista Gilmar Graeffe da Costa, parasse o coletivo e partisse para cima de Ednaldo.

Os dois se atracaram em violenta luta corporal quando

outro cobrador da empresa, Adão Sátíl, entrou no Ônibus armado com uma faca, e atingiu o passageiro com violento golpe no braço. Enquanto o autor empreendia fuga, a vítima foi socorrida por populares e conduzida ao Hospital Policlínica, onde acabou morrendo logo depois. Os policiais tão logo souberam da ocorrência, foram ao encalço do autor, mas não obtiveram sucesso". (Gazeta do Povo de 22 de fevereiro de 1985).

Quantos crimes e conflitos, senão iguais, mas aparentes a esse, não estarão acontecendo por aí afora; quantas crianças exercitando a escravatura, tendo de baixar-se para passar as roletas; fumaças, ruídos e poluições: não estarão causando até o cancer, infecção da vista e ouvidos, quando se houvesse um Transporte Coletivo humano e organizado, muita gente o preferiria aos seus automóveis. Louvados sejam os mensageiros de Deus, Bispos e o Papa João Paulo II, em suas freqüentes pregações; Evangélicos, Espíritas, etc., enquanto a maioria dos políticos não as vê e nem as ouvem!

Ao encerrarmos estas justificativas do projeto de lei propondo a criação da CAIXA DE TRANSPORTE COLETIVO POPULAR DO ESTADO, a fim de poder atender tão imperativo e indispensável Serviço, destinado aos que dele possam servir-se, de modo todo especial aos Trabalhadores, Estudantes, enfim, todos quantos estejam obrigados ao cumprimento de horários, dentro da maior segurança, conforto e economia, quer de tempo, quer de custos de tarifas, cumpre registrar dois fatos acontecidos e divulgados na imprensa no último dia 26 do corrente mês de fevereiro:

1.<sup>o</sup> - O motociclista Daniel Salik, de 22 anos, morreu vítima ao bater-se contra um Ônibus, no centro da cidade, tendo a cabeça esfacelada tal como se vê nas capas deste trabalho, mostrando para sensibilizar os "respeitadores da lei";

2.<sup>o</sup> - Outro foi o operário que tombou de um caminhão que lhe ofereceu carona por falta de condução, falecendo imediatamente;

3.<sup>o</sup> - Na Tribuna do Paraná, que noticiou dia 26 os dois acidentes fatais de ontem, também a de hoje, dia 27/02/1985, divulga a morte de outro motociclista jovem, de 18 anos de idade, de nome Ewandro Roberto Kalinski, quando acidentado no último sábado, acabou a falecer no Pronto Socorro Municipal de Curitiba.

Como essas, milhares e milhares de outras pessoas humanas, vivem enlutando seus pobres lares, quando forçados pelas circunstâncias, apelam para os improvisados e perigosos veículos de duas rodas, proibidos pelos Códigos Penais Brasileiros e pela lógica, de que, representam um risco de vida sem tamanho, quando nas grandes cidades.

Senhores representantes do povo, Prefeitos, Governadores, por favor, levantem seus pensamentos ao alto, rogando à proteção Divina para o exercício de suas nobilitantes funções, a fim de que este trabalho, nascido de um ex-Parlamentar de nosso Estado, apresentado, pela primeira vez, nos idos de 27 de junho de 1949, conforme se vê pela CAPA estampando sua fotografia daquele tempo, quando hoje, após 36 (trinta e seis) anos já decorridos, as razões então apresentadas, foram multiplicadas por muitas vezes, face a gigantesco progresso havido no surto automobilístico e nas conseqüências fatais, muitas, que poderiam perfeitamente ser evitadas dentro das normas deste trabalho.

#### DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Os nosso maiores e mais renomados Juristas CRIMINALISTAS, como os Doutores Renê Ariel Dotti, José Maria de Paula Correia e tantos outros não menos abalisados na

prioritária matéria sobre o crime, vêm de a muito, apelando para as nossas autoridades em geral, Prefeitos, Vereadores, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Governadores é que procurem, ante suas elevadas funções legislativas ou executivas, "darem fiel cumprimento aos dispositivos Constitucionais", referentes aos nossos Códigos Penais e Cíveis, no sentido de concorrerem pela diminuição da onda de criminalidade existente em nosso Estado e no País.

Na Gazeta do Povo de 1.<sup>o</sup> de agosto de 1982, aqueles ilustres Criminalistas, sob o título "Criminalidade, Problema longe de Solução, lançam tão importante apelo como agora, na Edição de 1.<sup>o</sup> do corrente mês de março, sobre o título - "PODER EXECUTIVO OMISSO NA TAREFA DE AJUDAR NA EXECUÇÃO DA LEI PENAL", deixam bem claro as recomendações desses ilustres Criminalistas, como do Professor Francisco Acioly Rodrigues da Costa, da Universidade Federal do Paraná, quando afirma:

"O Poder Executivo tem se omitido ao longo dos anos, na tarefa de fornecer os recursos materiais e humanos destinados à propiciar condições a que haja plena execução da Lei Penal".

Não obstante, o autor destas Justificativas, ser leigo em matéria Jurídica, mas, sempre alimentado pelo bom senso, pela lógica e pelo Amor ao Semelhante, vem procurando se espelhar em opiniões desses cultos e abnegados profissionais, especializados no combate contra essa tenebrosa onda criminalística, mormente conseqüente de um "Sistema de Transporte Coletivo desumano, cruel e além de tudo, explorado, tornando-o cada vez mais arcaico e horrível", tal como já afirmou o ex-Ministro de Transporte, General Dirceu Nogueira, a muitos anos.

O Capítulo de nosso Código Penal, intitulado "DAS INCOLUMIDADES PÚBLICAS", vem se convertendo num dos maiores crimes quando a falta de respeito e observância por parte dos Poderes Públicos, aos seus artigos e recomendações, sequer conhecidos ou praticados, como por outro lado, vêm desmoralizando também o nosso respeitável CÓDIGO ELEITORAL.

Na verdade, as eleições de muitos de nossos homens públicos, se processam tal como já afirmou o Cristo: - "Muitos serão chamados, mas bem poucos os escolhidos", daí, decorrendo a insensibilidade, a ignorância, o desamor à causa pública, por fim, a maldita subserviência.

Mas, citaremos duas obras governamentais contra o presente projeto:

1.<sup>a</sup> - O despacho dado pelo ex-Secretário da Casa Civil, Felipe Aristides Simão, proferido no processo de n.<sup>o</sup> 21.122/PG. protocolado n.<sup>o</sup> 132/65, na informação n.<sup>o</sup> 7/65, do antigo Pladep, em data de 13/10/65, "Arquive-se no Pladep em vista da Informação".

Dita informação acompanha estas justificativas, cujos termos foram desacetados, quando se referia ao abalizado Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, de n.<sup>o</sup> 677/61 no tempo, já favorável à matéria, sendo que as demais providências ali solicitadas, seguidas, confirmadas por aquele respeitável órgão jurídico no Parecer 154/83, de 28 de março de 1983, todos aqui anexados, dadas suas relevâncias;

2.<sup>a</sup> - Reconstituindo o aludido processo, já assim, como novos e os mais brilhantes pareceres, inclusive do Senhor Prefeito Municipal de Curitiba - Deputado Maurício Fruet e da própria Assessoria - do Palácio, solicitados pela referida Informação n.<sup>o</sup> 7/65, todos aprovando e até aplaudindo o "trabalho inédito sobre o Transporte Coletivo Estadualizado, assistido

e não explorado", ao ser encaminhado pela Casa Civil do Governador para apreciação final do Senhor Prefeito Municipal, "pelo protocolo n.º 6614/82, agora, em data de 26 de setembro do ano p. passado, desapareceu em meio do caminho, por incrível que pareça!"

Forças Ocultas talvez, comprova esse vergonhoso segundo ato praticado contra os carentes de transportes, "o ofício sob número 026/85, datado de 14 de janeiro do corrente ano, que também se encontra aqui anexado, afirmando nada haver chegado àquela Prefeitura," dando assim mais essa decepção noticiada ao autor e atual Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR", o ex-Deputado Constituinte de 12 de julho de 1947, ALDO LAVAL.

"Tais as razões que o levaram a bater às portas do Colégio do Poder Legislativo, donde se originou já a 27 de junho de 1949, a fim de que, os seus ilustres e nobres membros, possam avaliar o quanto é difícil a luta cruel e eterna do Capital contra o Trabalho", ora no maior e mais nefando e diabólico desequilíbrio sem precedentes na história de nossa amada Pátria Brasileira.

"Será isso Justiça Social; Democracia; Amor ao próximo; respeito à Lei e à Constituição?" Esses sagrados direitos dos homens estão sendo as maiores vítimas dos falsos cristos e falsos profetas!

"Basta de abuso do Poder e de matanças à inocentes!"

Finalmente, sempre esta tradicional Fundação "CASA DO TRABALHADOR", por seu autor Aldo Laval, pela Lei n.º 603, de 27 de janeiro de 1951, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 14.128 de 29 do dito mês e ano, com a finalidade de dar seqüência nas diversas obras então instituídas e dispostas e vilmente destruídas, como a "ex-Caixa de Habitação Popular do Estado" e outros importantes trabalhos, aguarda com segurança e fé em Deus, que este momentoso problema social de assistência aos trabalhadores e estudantes, na sua nobre missão de ir e vir na formação da riqueza, no afã de produzirem e cultivarem seu saber, recebam o integral apoio, como mais uma feliz iniciativa de nosso querido Paraná.

A referida Fundação, está hoje aqui representada por seu Conselho Deliberativo e Fiscal, composto por 3 (três) "ex-Deputados Constituintes de 12 de julho de 1947", por seu Presidente e pelos ilustres batalhadores Doutores Júlio Rocha Xavier e José Machoca, fazendo parte também, os antigos e incansáveis companheiros Diretores - e os médicos Doutores Lúcio Pinto Ribeiro e Ismael Fabrício Zanardini e pela perseverante e competente Conselheira, a Economista Doutora Ciza Machado Landvoigt.

Antes de encerrarmos o presente trabalho, cumpre voltar a tese sobre AS INCOLUMIDADES PÚBLICAS, a respeito à segurança da pessoa humana, em primeiro lugar os trabalhadores e estudantes, como já deixou recomendado S.S. o Papa Leão XIII, em suas Encyclicas, denominadas "RERUM NOVARUM", ditadas ao mundo pagão a 15 de maio de 1891, lamentavelmente não acolhidas ou até desconhecidas pelos poderes políticos ou econômicos, com raras e honrosas exceções. Tais exceções, vemo-las por enquanto apenas nos dois GRANDES VULTOS DE NOSSA HISTÓRIA, que foram: RUY BARBOSA e o imortal Presidente GETÚLIO DORNELES VARGAS, cujas obras aí estão a quantos as negam ante o egoísmo, o materialismo, a prepotência e o orgulho, desses que colocam o dinheiro acima da pessoa humana.

Mas, dentro deste claro, meridiano e superior capítulo de nosso Código Penal Brasileiro, em seus bem colocados

Títulos e Artigos, negados ou omitidos, premeditadamente ou não, pedimos permissão para despertar a consciência de nossos homens públicos, a que consultem a enciclopédia, o que significa a palavra INCÓLUME: "São e Salvo, Ileso, Livre de perigo, Intecto".

Na verdade além de ser uma vergonha, um escândalo, uma mentira, falta de religião e de amor ao próximo, não raro até de má fé, por parte de muitos desses que se encontram como defensores dos humildes e injustiçados da sociedade, negando ou se omitindo no cumprimento desse luminoso preceito, já também por nós, quando Constituinte, gravado no texto de nossas Constituições Federal e Estadual.

Lá está patente o que reafirmamos, os termos de nosso primeiro trabalho sobre a reforma desse arcaico e terrível sistema de Transportes Coletivo Urbano, quando dentro dessa Augusta Casa de Leis, deixamos em seus Anais, a 27 de junho de 1949, estas palavras:

"Vemos ainda ser lógico e notório, o único meio de barateamento nos preços de tarifas, imprescindíveis aos OPERÁRIOS, sempre mal assalariados, ser o uso de veículos MOVIDOS À ELETRICIDADE O MAIS ACONSELHÁVEL, por isso que, para sua movimentação e bastante RICO O NOSSO ESTADO, EM POTENCIAL HIDRAULICO.

EIS AÍ, MAIS UMA RAZÃO DA PREMÊNCIA, em se organizar o PLANO PRETENDIDO POR ESTA LEI, CAPAZ DE MANTER, NÃO SOMENTE NESTA CAPITAL, MAS, NAS PRINCIPAIS CIDADES DO INTERIOR ESSA MODALIDADE DE TRANSPORTE COLETIVO, IMPEDINDO DESS'ARTE, O SUFOCAR DOS PARCOS RECURSOS DE NOSSOS COESTADANOS, QUE PERCEBEM MINGUADOS SALÁRIOS.

ENQUANTO QUE O USO DE ÔNIBUS, SENDO BEM FRANCOS, PELOS SEUS PREÇOS ATUAIS E FUTUROS, NÃO PODERÃO SERVIR, AOS QUE, MAIS QUE OUTROS QUAISQUER, PRECISAM DOS TRANSPORTES COLETIVOS, POIS QUE RESIDEM NOS BAIRROS DISTANTES E NÃO TERÃO OUTRO RECURSO, SENÃO EM DEMANDAREM O TRAJETO A PÉ".

Tal obra foi em seguida, por nós levado à imprensa e editada sob a CAPA que instrue este projeto de lei, isto a 36 longos anos, distribuído até ao ex-Presidente Getúlio Vargas, que se muito o emocionou, por reconhecê-la, como já naquele tempo, como legítima.

Portanto, naquele tempo, tudo isso era por nós sustentado da tribuna contra o mais veemente protesto contra a retirada dos BONDES ELÉTRICOS, que circulavam na Capital, apesar de não sermos profetas, o resultado aí está.

Quase diariamente aqui e nas Cidades de nosso Estado, que tiveram grande progresso, hoje, os acidentados como trabalhadores, no uso improvisado de transportes, como as tais motos, bicicletas, etc. na maior parte fatais, deixando-os aleijados para o resto da vida, são os milhares, enquanto lucraram com isso os seus fabricantes e as empresas concessionárias desse malogrado Serviço de Transporte Coletivo, as funerárias, Cemitérios, etc.

Enquanto os nossos principais homens públicos se limitam em discutirem autonomias de municípios para controle da condução aos que constroem a riqueza e vivem na miséria; levantam arranha céus e habitam nas favelas. Quanta ignorância e maldade, Santo Deus.

Agora, se a questão é de interpretação legal, examinem este nosso trabalho, devidamente apoiado pelos mais célebres juristas e nas mais brilhantes Jurisprudência sobre a matéria,

que compõem este rápido trabalho.

# **NOSSO MAIS COMOVEDOR APELO AOS ILUSTRES PARES DESSA DOUTA CASA DE LEIS:**

Neste momento solene, quando a Maior riqueza do Paraná, ou uma das dez maiores maravilhas do Mundo, as ex-Sete Quedas, ora transformada NAS GRANDES USINAS ELÉTRICAS DE ITAIPU, a que, dêem seqüência à Campanha do conceituado e tradicional órgão de imprensa do Paraná - "GAZETA DO POVO", a fim de que essa Empresa, como modesta compensação à essa perda irreparável, sem mais demora, LIBERE A CUSTO ZERO essa Força que começa a ser destruída e negociada com vários Estados.

Não é favor algum, mas obrigação, a que compete aos nossos homens públicos e dignos representantes do povo, a levarem avante essa justa cobrança, em favor da movimentação de nosso Transporte Coletivo, Estadualizado, assistido e não mais explorado, eis que dele dependem os homens, quer das Cidades, quer dos campos, para o desempenho de suas nobres, naturais e sacrossantas atividades.

Basta de humilhações, colocando esses nossos verdadeiros Soldados anônimos da Pátria, quais mendigos à esmola a Empresas Concessionárias, a concessão de passes livres aos desempregados, quando ao contrário, são os humildes, que estão abrindo mão do que lhes pertence, como esmolas aos que "tem muito bom estômago, mas, péssimo coração", tal, como já assim afirmou o Imortal Patriarca da Independência - José Bonifácio de Andrade e Silva.

## **AGRADECIMENTO**

É oportuno e feliz o ensejo, em poder nesta gloriosa data, render os mais profundos agradecimentos a esses abnegados companheiros, pela valiosa colaboração que vêm prestando à esta Fundação, órgão sancionado pelo ínclito amigo dos oprimidos, o ex-Governador Moisés Lupion; por cujas finalidades assistenciais a que ininterruptamente vem como seu Presidente, tudo fazendo para legar aos homens que trabalham, os benefícios a que fazem jus;

Extensivos estes agradecimentos ao Eminentíssimo Vulto e mérito de Curitiba - Doutor Arlindo Ribas de Oliveira, portador de 25 e consecutivos anos de bons serviços que já prestou ao grande povo Curitibano, como seu honrado e probo Vereador à Câmara Municipal, pela iniciativa que tomou na lei outorgando a este modesto idealista cristão, o Título de Cidadão Honorário de Curitiba; também ao gesto seguido pelos Deputados Igo Ivant Losso e Ezequias Losso, quando na Assembléia Legislativa do Estado, como autores do projeto de lei, ali aprovado, concedendo-nos a Diploma de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, a nossa imorredoura GRATIDÃO.

Essas duas gratas honrarias foram solenemente dedicadas nos dias 12 de agosto de 1975 e 28 de março de 1978, respectivamente quando da passagem dos aniversários natalícios do casal ALDO e LUIZA DE OLIVEIRA LAVAL, com a presença de seus diletos amigos e parentes, como das mais Ilustres autoridades civis, militares e religiosas, que os homenageados saberão Conservar em seu relicário como um dos maiores e faustos acontecimentos nos anos de SUA JÁ LONGA VIDA CONJUGAL E FAMILIAR.

A Justificativa do presente projeto de lei, é firmada pelo autor da iniciativa, como Presidente da Fundação "CASA DO TRABALHADOR".

Sala das Sessões, em de março de 1985.

DEDICAMOS o presente trabalho em homenagem ao dia Internacional da Mulher que a 8 do corrente, transcorre.

EZEQUIAS LOSSO - Deputado Estadual.

ALDO LAVAL - Constituinte de 12/07/1947.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo seria outro. Mas, o fato de surgirem fatos novos é apelar para o nosso companheiro, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que cesse com suas impertinências; que cesse para que ele não caia no ridículo com seus companheiros. Porque, como ele, todos nós queremos trabalhar pelo bem-estar do Paraná e de sua gente. Quizilas particulares, Deputado Alencar Furtado, a gente resolve pessoalmente.

Perdoe-me, porque Vossa Excelência está sendo intransigente. Vossa Excelência está extrapolando do que nos permite o companheirismo desta Assembléia Legislativa. Vossa Excelência está se expondo ao ridículo com seus companheiros.

Queria agora, neste instante, ao cumprimentar, dizer que amanhã o grande chefe, o ex-Governador Jayme Canet e futuro Governador do Estado, estará em Carlópolis a receber o Título de Cidadão Honorário daquela cidade. E nós, humildemente, estaremos lá, para estimularmos Jayme Canet, um dos melhores governadores que o Paraná teve, para que escute a voz do povo, porque a voz do povo é a voz de Deus. E o povo quer Canet, e amanhã ele receberá em praça pública que nós, humildemente, fomos convidados para o recebimento do título a Jayme Canet Júnior, o futuro Governador do Paraná.

Queria neste instante, Sr. Presidente, dizer aos homens de boa vontade do meu Partido, para que somássemos, ao lado deste homem, este homem que é de confiança absoluta, esse homem que precisa ser candidato para ser Governador do Estado.

Em Carlópolis, amanhã, será homenageado por todas as correntes do Norte Pioneiro. E é isto aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos trouxe à tribuna, hoje, para dizer aos companheiros do meu Partido, que sem Jayme Canet, não há salvação para o Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tumultuar é próprio de arraceiros. No nosso entender, tumultuar ou tumultuação é praticada e foi praticada, muitas vezes, neste Plenário, exatamente por aqueles que não mantiveram a postura exigida por esta instituição. Quando se comportando indevidamente usaram palavras de baixo calão, ou até mesmo partiram para agressões físicas.

Quando, porém, um Deputado, usando das prerrogativas regimentais e parlamentares que lhe assegura a lei, requer a verificação da presença de número legal para aprovação de matéria que está sendo votada, não cumpre mais do que sua obrigação.

E o que eu tenho feito e pretendo fazer, até porque a exigência mínima que se faz ao Deputado, é de que ele compareça ao plenário para discutir e votar as matérias em tramitação no Parlamento.

Todavia, tendo presenciado algumas atitudes até mesmo arbitrárias, ferindo o Regimento Interno e até mesmo com a pretensa e utilizada cassação da nossa palavra.

Não estou para tumultuar, mas estou para cumprir o Regi-



mento Interno que me assegura o direito de Parlamentar. Não ouço e não ouvirei mais qualquer palavra que desabone a nossa conduta, porque mesmo que eu venha a cair no ridículo perante os meus Pares, tenho certeza e estes Pares que aqui não comparecem para trabalhar, cairão no ridículo quando da apreciação popular.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós gostaríamos de registrar, hoje, nesta Assembléia Legislativa, o nosso voto de repúdio, contra a violência praticada com o Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, Jurandir Romero. O mesmo foi atingido por um balaço no peito por marginais, que "o fizeram" em sua residência.

Nós tivemos na Nova República, quando o Ministro da Justiça, Fernando Lira, fez um chamamento à sociedade brasileira, para eliminar a violência no País.

E nós que acompanhamos esse fato ocorrido em Cianorte, solicitamos do Secretário de Segurança, medidas emergentes e nós prontamente fomos atendidos pelo Secretário da Segurança: designou um delegado especial e mais dois agentes para Cianorte, para apurar esses fatos.

Nós queremos, nesta oportunidade, agradecer ao Secretário da Segurança, ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Raul V. Lopes e ao Delegado-Chefe da Polícia Civil do Paraná, Dr. Rubens de Quadros, pela atenção dispensada quando solicitamos recursos para apurar os fatos, e nós entendemos que o Paraná, hoje, é um dos Estados felizes, porque, através do trabalho dessas três figuras importantes da Segurança do nosso Estado, diminuiu sensivelmente a violência no Paraná.

Queremos acreditar que com o apoio dos Srs. Parlamentares, com o apoio do Governo José Richa, dando à Secretaria da Segurança, à Polícia Militar, à Polícia Civil, tanto em viaturas e armamentos e às pessoas para que nós possamos desenvolver um trabalho, melhor ainda, para que possamos chegar aos nossos objetivos no Paraná.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como nós conhecemos o Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, um jovem de princípios religiosos, sempre voltado aos interesses da comunidade cianortense, e que fatos dessa natureza venham a acontecer a um chefe de família, em busca das melhores condições para o Poder Legislativo de Cianorte, quando aqueles marginais, procurando tirar vidas de pessoas íntegras, procurando o bem-estar da sociedade.

Aqui fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à imprensa do Paraná, o meu voto de repúdio, e espero que este fato seja apurado pelas autoridades para que tragam ao conhecimento de Cianorte e deste Deputado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A grande expectativa de milhões de trabalhadores assala-

riados deste País é com a decretação do novo salário família a vigorar a partir de 01 de maio. E o nosso desejo é de que não haja uma frustração nesse clima de ansiedade, de expectativa de milhões de pais de família que têm sido as maiores vítimas de uma inflação de 230 por cento ao ano, em nosso País.

De muitos anos para cá, o salário do trabalhador está sendo absorvido pela inflação e a cada dia o pai de família se angustia, se desespera, cai no desespero diante de um custo de vida tão elevado. O nosso apoio ao DIESE, que está reivindicando do Governo da Nova República, um salário-mínimo de Cr\$ 886.000. É só se fazer um cálculo e facilmente se chegará à conclusão que para um pai de família pagar água, luz, transporte, roupa, calçado, comida, escola para os filhos, é humanamente impossível que tenha um salário abaixo de 886.000.

E nós desejamos que o Governo da Nova República não cause decepção aos milhões de pais de família, concedendo-lhes este salário que é reivindicado pelo DIESE, que é o mínimo necessário para uma vida de menos sufoco no lar do trabalhador brasileiro.

O segundo assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebemos com muita alegria dois jovens dinâmicos Vereadores de Santa Cecília do Pavão — Julio Bittencourt, Presidente da Câmara Municipal e o comerciante Eodes Pereira Araújo. Eles estão trazendo a cada parlamentar desta Casa de Leis um amplo trabalho, visando conseguir emancipação política do Distrito de Santa Bárbara.

É um distrito de um povo laborioso, trabalhador, de um bom comércio, de uma agricultura que efetivamente produz e a expectativa ali é muito grande. O desejo de toda população de Santa Bárbara, é que este projeto a ser apreciado nesta Assembléia, seja aprovado.

Houve, inclusive, a união de políticos do PMDB e do PDS, da comunidade de um modo geral e o resultado desse movimento é trazido por esses dois grandes Vereadores — Júlio Bittencourt e Eodes Pereira Araújo. O nosso desejo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que Santa Bárbara consiga a sua emancipação, para que a receita, para que o imposto pago pelo seu povo se reverta em mais obras, num benefício e num progresso mais rápido e efetivo a esse distrito que nós conhecemos muito bem e conhecemos a grande luta do seu povo. Se Santa Bárbara se firmou, cresceu, não foi pela ajuda do Governo, que praticamente é zero, é quase nula a presença do Governo na vida e no desenvolvimento de Santa Bárbara. O Distrito cresceu até hoje pela luta e pelo trabalho de sua gente, que é, verdadeiramente, trabalhadora.

O nosso desejo que os Vereadores Júlio Bittencourt e Eodes Pereira Araújo, representando aqui a população de Santa Bárbara, sejam felizes, e que a população possa em breve comemorar a aprovação desta Lei, com a emancipação e a eleição de prefeito e vereadores só para aquela comunidade.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao mesmo tempo em que para todos nós é uma grande honra poder contar com a presença no plenário desta Casa do Sr. Deputado Federal Alencar Furtado, nós estendemos os nossos cumprimentos, mesmo porque para nós paranaense a sua expressiva votação para a Presidência da Câmara de Deputados soou para todos nós como um verdadeiro reconhecimento,

com a efetiva consagração de toda uma existência parlamentar voltada e caracterizada, não apenas pelo heroísmo até em termos de resistência democrática durante todos os anos do arbítrio, mas acima de tudo voltado para uma defesa intransigente em todas as questões paranaenses.

Nossas boas vindas, portanto, e a certeza de que o Paraná sempre se rejubila e se orgulha pelo seu representante cassado pelo arbítrio uma vez, mas sempre sufragado por nossa gente e reconhecido em termos de galhardia pelos seus Pares, em Brasília.

Nós gostaríamos de enfatizar um apelo e a certeza de que haverá de encontrar ressonância junto ao Governador José Richa.

Nós recebíamos ainda anteontem durante um Encontro de Prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, uma reivindicação que com toda a certeza haverá de encontrar eco: ressonância o mais breve possível pelo Governo Richa.

Trata-se da nomeação de 120 escrivães de polícia, 395 agentes de segurança pela modalidade masculina e 15 agentes pela modalidade feminina. E esse concurso realizado em 84, está toda a equipe de aprovados à espera de uma nomeação. Vale salientar que é justa a angústia e é até de se compreender.

Estas centenas de jovens tiveram que desincompatibilizar-se dos seus empregos para que pudessem realizar o tratamento escola, o que foi no período de 15/08/ a 20/12/84.

É por esta razão que nós estamos fazendo nosso apelo destas centenas de jovens que estão vivendo um drama angustiante, praticamente desempregados, vários deles já às portas do desespero, porque em função de uma aprovação que reflete a necessidade dos quadros da Segurança Pública de nosso Estado, estão aguardando uma resposta a esse anseio, de imediato.

Por esta razão, por entendermos o espírito da Secretaria da Segurança Pública e do Governador José Richa que nós temos absoluta certeza que esse nosso requerimento haverá de obter a resposta, e para nossa satisfação, num futuro bem propício, nós poderemos ver através do Diário Oficial a nomeação desses jovens que são tão necessários para o preenchimento de funções nos quadros da Secretaria da Segurança Pública.

Gostaríamos de enfatizar uma preocupação caracterizada por uma luta em bastidores de pequenos contra grandes municípios.

Nós já tivemos oportunidade de ver de que mais do que nunca é da união dos grandes, pequenos e médios municípios para que a reforma tributária já venha ser concretizada.

Lembramos ainda que a atenção concentrada para os problemas de uns contra os de outros simplesmente viria a redundar em prejuízos para a conquista urgente, imediata e que não pode ser adiada em termos de dizer um basta à política centralista e dar a todos os municípios o que de fato merecem.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador, inscrito no Pequeno Expediente Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encerrou-se no final da semana, em Foz do Iguaçu, o X Encontro Nacional de Secretários de Administração dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Com a presença do Sr. Ministro da Administração, Aluísio Alves, uma declaração

de princípios e uma carta de conclusões foram aprovadas no referido Encontro. Com destaque neste documento, situo o item dois que passo a ler na íntegra: "Os Secretários da Administração dos Estados, Distrito Federal e Territórios decidem que é fundamental a democratização do acesso a cargos, empregos e funções públicas através de concurso público e outras formas éticas e legais para admissão de servidores; agilizar os processos de seleção com a simplificação da legislação pertinente e a utilização de processos seletivos diferenciados em função das peculiaridades de cada cargo".

Essa conclusão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acompanhada dos demais doze itens configura um passo importante rumo à modernização e democratização do funcionalismo público no âmbito federal, ao mesmo tempo em que se somam as modificações que nos Estados da União vêm se fazendo nesse mesmo campo.

E é com base nesse X Encontro, recentemente realizado aqui no nosso Estado, nem que foi preconizada a democracia de acesso a cargos públicos, amplamente divulgada por todos os órgãos de imprensa, que nós, nesta tarde, damos entrada a um Requerimento pedindo urgência na tramitação da Mensagem n.º 135/84, de 25 de junho de 84, encaminhada a esta Assembléia pelo Sr. Governador do Estado, José Richa, cujo Anteprojeto de Lei, que acompanha a Mensagem n.º 162/84, nos seus seis artigos, justamente dispõe sobre a democratização do acesso ao serviço público no Estado, instituindo a prioridade aos concursos públicos na admissão de funcionários, seja na admissão direta ou indireta.

Se nós levarmos em conta as permanentes reivindicações que as associações dos servidores públicos dos Estados e a própria Federação de Associação de Servidores, constituída no 2.º semestre do ano passado, no seu II Encontro, e que um dos temas centrais daquele Congresso foi justamente a democratização do acesso aos serviços públicos no Estado do Paraná, é levando tudo isso em conta que damos entrada, nesta tarde, submetendo à apreciação dos Senhores Deputados a este Requerimento solicitando regime de urgência a uma mensagem que, desde junho de 84, tramita pelas Comissões deste Poder.

Acreditamos que, sintonizadamente com o que o Ministério da Administração, recentemente instituído, e as conclusões aprovadas nesse X Encontro realizado em Foz do Iguaçu, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Paraná coloque em votação uma mensagem, ou um projeto de lei, que vem ao encontro da aspiração dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Neste sentido é que submetemos à apreciação dos integrantes da Casa, visando que tanto nas Comissões, como neste Plenário, se dê rapidamente um encaminhamento final a esta matéria de maior importância para todos os funcionários do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

Antes porém a Mesa quer registrar a presença do nobre Deputado Federal José Alencar Furtado, um dos líderes do nosso partido aqui no Paraná e dos Srs. Vereadores Júlio Bittencourt, Presidente da Câmara de Santa Cecília do Pavão e Eodes Proença de Araújo, Líder da Bancada do PMDB do mesmo município.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):



"Quando eu cheguei na escola a cozinheira vinha da porta com um baita maço de couve. Sempre que dá jeito eu entro pela porta da frente, só porque é proibido e também prá passar na sala dos professores. Tem uma dona gorda que senta virada prá porta com as pernas bem abertas, é um barato. Mas hoje foi mais gozado: a porta da diretoria estava mal fechada e eu vi o diretor dormindo no sofá todo enrolado na bandeira. Com esse frio, o velhinho não quer nada com nada. Se embrulha bonitinho na bandeirona de dia de festa e puxa o ronco".

Este é um dos trechos da página 48 do volume para a sétima série, da obra "REFLEXÃO E AÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA", adotada por estabelecimentos de ensino, conforme já tive oportunidades de comentar.

O nobre Deputado Rubens Bueno também se pronunciou sobre o referido material de estudos na última terça-feira. Na ocasião, no afã de defendê-lo ardorosamente, assim como a Secretaria da Educação, surpreendeu-me com violentas, intrigantes, aéticas e inconsistentes expressões que a ele, respeitosa-mente, devolvo. Assim procedo porque já dizia o velho brocardo popular, "quem cala consente, quem se omite, confirma".

Como professor desde 1970, além de parlamentar voltado à problemática do ensino, apresentei vários projetos relacionados com a mesma, quer como Vereador de Curitiba, quer como Deputado Estadual. Por isso, estranhei o "Julgamento" do orador quando disse que este Deputado "nunca se preocupou com a qualidade do ensino".

Sua Excelência, sim, demonstra não se preocupar com a qualidade do ensino, se levada em conta a opinião do elevadíssimo número de pais, pois para o estudo da língua portuguesa defende o uso de livros escolares contendo termos inexistentes em nosso vocabulário, palavras e conceitos despersonalizantes ou desmoralizantes de professores, autoridades, proprietários, símbolos nacionais, pais e líderes em geral, bem como colocações reacionárias à estrutura social estabelecida e bem aceita pela maioria do povo brasileiro. E isto tem sido imposto para alunos de quinta a oitava séries.

Não somente no volume da sétima série, enfocado em meus pronunciamentos, mas também em outros encontram-se "primorosas" lições e pensamentos que podem muito bem servir para o induzimento à anarquia. E esta, como muitos analistas políticos observam, é o grande passo para que as instituições democráticas sejam abaladas.

Além do que já disse em aparte que me foi concedido por Sua Excelência, devo registrar que quem elaborou o pronunciamento demonstrou boa dose de má fé ou de competência para usar as táticas de algumas das "lições" da obra defendida.

Enquanto buscou, injustamente, definir-me como "censor de livros escolares ou intérprete de escritos ideológicos, não admitiu o direito de pais, mestres e deste Parlamentar, apontar fatos concretos, isto é, palavras e expressões indecentes e reacionárias escritas nas polêmicas apostilas ou de questionar a validade do uso destas por escolas do Estado. Aliás, também o inconformava, o Vereador e Advogado Eício Melhem, do PMDB de Guarapuava que já propôs Mandado de Segurança em nome de 20 pais e em vista de mais de 600 assinaturas, conforme noticiou a imprensa, para resguardar o direito líquido e certo dos impetrantes educarem seus filhos com o apoio positivo da escola mediante o uso de material adequado.

Acusou-me, outrossim, de estar "imbuído de espírito direcionista e impositivo", quando, não faz muito, o ilustre Deputado até chegou "às vias de fato" na disputa por "comando político" de um município, como foi amplamente divulgado

pela imprensa. Esta atitude é a que bem tipifica o caráter "impositivo".

Sobre o texto "Líderes e Heróis", diga-se de passagem, não levantei censura, como afirmou, mas apresentei minha discordância em vê-lo figurando em um livro para fins educacionais.

Na sua tática para confundir, o Deputado alega que "não é obrigatória a leitura dos livros, mas facultativa". Ora, como será facultado ao aluno não usar o livro-texto adotado oficialmente pela escola? Será, sim, obrigado a trabalhar sobre as suas páginas, sob pena de não ser, oportunamente, considerado habilitado.

Num lance que poderia ser julgado inocente se não tivesse sido enfatizado, o eminente orador disse que os textos "levam o aluno à reflexão, sem necessariamente induzi-lo a pensar e agir identicamente". A proposta da obra, entretanto, não é esta, mas sim a do seu título "REFLEXÃO E AÇÃO". Não somente REFLEXÃO mas também AÇÃO e ação nem sempre convencional à sociedade fundada em princípios morais e éticos.

O orador de terça-feira abusou dos equívocos deliberados. E estes chegaram a tal ponto que a minha indignação pelo genérico aviltamento dos heróis que lutaram "contra hostis inimigos em sangrentas batalhas", registrada em meu primeiro pronunciamento sobre o assunto, foi distorcida de modo a fazer crer que eu teria considerado o salário-mínimo vigente em condições de proporcionar normalidade de vida ao trabalhador e sua família. Esta atitude do Deputado que procurou me atingir, é que me escandaliza. Ninguém em sã consciência acredita que o trabalhador de salário-mínimo não é extremamente sacrificado. Tanto defendo a melhoria do poder aquisitivo do salário-mínimo que conclamo Sua Excelência a interferir para que o próximo aumento seja de forma a melhorar a renda do trabalhador e do empresário que deverá efetuar os pagamentos.

Chamou-me, também, o Deputado, de superficial. Prefiro, na verdade, ser assim distinguido, do que descer para atrelar-me a recursos ou idéias que possam distanciar a nossa gente da autêntica democracia, envenenando-a com ideologias estranhas às nossas tradições. Como cristão e democrata convicto, não compartilho das pregações de doutrinas marxistas, anarquistas, comunistas, nazistas, fascistas e outras, reconhecidas também por autoridades eclesásticas como incompatíveis com os ensinamentos bíblicos, que aceito como superiores.

Fui acusado pelo Deputado Rubens Bueno, de não ter apreciado a obra porque estava simplesmente me preocupando em atingir a SEED. Com esta dedução, até parece que deseje "mostrar serviços" à Secretaria da Educação, pois nos pronunciamentos que fiz realmente critiquei a obra. À Secretaria da Educação, respeitosamente pedi as providências pois estava, como julgo competente, para tomá-las diante das reclamações, agora também formuladas por via judicial.

Curiosamente o nobre Deputado Rubens Bueno, ou quem escreveu o seu discurso, colocou entre aspas a palavra "sutilidades" e entre parênteses a observação: "O Deputado deveria querer dizer sutilezas". Entendi que o orador pretendeu desta forma corrigir-me quanto ao uso da palavra "sutilidades" em minha primeira manifestação. Pois bem, apesar de admitir cometer erros de linguagem, neste caso estou certo: esclareço a Sua Excelência que os dicionários, dentre os quais o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, arrolam a palavra "sutilidade" como sinônimo de "sutileza", que significa "dito ou argumento de alguém para embaraçar, ou que embaraça outrem". Lamento que a tão enaltecida obra "Reflexão e Ação em Língua Portuguesa" não lhe tenha proporcionado este conhecimento.

Mais adiante, quis o orador que a palavra reacionário se enquadrasse a este Deputado. Embora eu a tenha usado para caracterizar linhas da obra em relação aos conceitos vigentes, reagirei, sim, contra tudo aquilo que não corresponder aos anseios do povo que represento nesta Casa. Com este povo tenho compromissos. Se levantei a questão, foi porque pais, mestres e líderes conclamaram-me e continuam a conclamar-me a fazer a minha parte nas reivindicações. E por considerar aqueles líderes legítimos, esclareço que não concordo e certamente não concordarei sejam chamados de "vazios, tolos, prepotentes, odiosos e maléficos", mesmo que alguém os veja assim, como enseja o texto propositadamente deslocado do contexto de obra de autor famoso para a polêmica "REFLEXÃO E AÇÃO".

Lembrou-me o Deputado Rubens Bueno, ao final do seu discurso, que os tempos são outros. Sinceramente, passados já dois anos da atuação de Sua Excelência e do seu partido, espero que apesar dos entendimentos já tão freqüentes, conforme notas da imprensa, sejam OUTROS TEMPOS os quase dois anos restantes.

Enfim, Deputado, o povo paranaense merece".

Concedo o aparte a Sua Excelência o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel- Deputado Ezequias Losso.

Nós conhecendo o temperamento de Vossa Excelência, a conduta que Vossa Excelência tem pautado nesta Casa por outras Legislativas, causa-nos espécie, que talvez inopinadamente, o Deputado Rubens Bueno quis atingi-lo, mas cada um dá o que tem, Deputado Ezequias Losso e Vossa Excelência devia sentir-se gratificado, porque seguindo o adágio popular "não se atira pedra em árvores que não dão frutos". Talvez nesse entrevero, nessa celeuma do Deputado Rubens Bueno, ele queira agarrar-se porque está no vazio. Ele não traz mensagem, Deputado Ezequias Losso. Ele nada traz a apresentar para o seu eleitorado. E procura, fora de órbita atingir companheiros nossos, desta Assembléia, do gabarito e da estirpe de Vossa Excelência.

E ao Deputado que o ofendeu, o nosso perdão. O perdão nosso e a benevolência dos eleitores que o mandaram para cá; porque cada um dá o que tem. O Deputado Rubens Bueno, com todo respeito que tenho por ele, ofendeu um companheiro nosso de bancada.

Com o respeito que nós temos, de perdô-lo, porque errar é humano e perdoar é divino. Ele veio a esta Casa e no afoitismo de aparecer, ele faz tudo, como dizia o meu amigo e que eu admiro, Deputado Anibal Khury "Jus Spemiandis", ele está esperando para aparecer não deve levar em conta, porque o que vem de baixo não nos atinge.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel, este grande líder do Norte Pioneiro, que tanto tem contribuído para as justas causas do povo paranaense.

O Sr. Eduardo Baggio- Vossa Excelência

permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado, nobre Deputado.

Apenas quero parabenizá-lo, pela preocupação que Vossa Excelência está tendo, com o ensino paranaense. Principalmente no que tange a essas leituras, como é o caso do livro "Reflexão e Ação", que já tive oportunidade de folhar algumas páginas; inclusive numa ida do Senhor Governador José Richa a Paranavaí, quando da inauguração da última Exposição Feira, ele estava preocupadíssimo, com o livro na mão, inclusive, a respeito do conteúdo do mesmo.

Portanto, nobre Deputado, Vossa Excelência tem o meu apoio, inclusive, tenho certeza também, do Governador, porque a preocupação dele era grande, naquele dia, quando tomava conhecimento do conteúdo do referido livro.

Meus parabéns, nobre Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - O aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Eduardo Baggio, honra-me muito e fico mais feliz ainda, pela informação trazida por Vossa Excelência, de que o Senhor Governador do Estado está preocupado com o conteúdo desse material.

Realmente isso demonstra que Sua Excelência, o Senhor Governador, realmente homem sensível, a esses problemas, que estão trazendo tanta preocupação a variado número de pais e professores. Ainda há pouco, antes de chegar a este Plenário, recebi um telefonema pedi até vênha para o ilustre professor que se encontrava do outro lado. Professor pertencente a uma das grandes instituições de serviço desta Capital, o Rotary Club.

E ele vinha manifestar em nome do seu grupo a solidariedade às manifestações que apresentamos aqui. Conhecendo ele também, parte da obra.

Agradeço, portanto, sensibilizado, a participação de Vossa Excelência.

O Sr. Antonio Belinati- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Para felicitar, em nome das famílias de bem do Paraná, o comportamento de Vossa Excelência que assumiu uma defesa de um pai cristão, preocupado com a educação das crianças do Paraná.

Diria até preocupado com a pornografia, que começa a chegar nas escolas, preocupado com este tipo de Educação que tem o propósito, quem sabe, de massificar a criança, fazendo com que ela cresça com a imagem negativa dos pais, dos professores, das autoridades.

Vossa Excelência, Deputado Ezequias Losso, que conheço muito bem pelo seu passado, pela sua luta nesta Casa, receba o meu muito obrigado, sou pai de três filhos e tenho mais um cunhado, criança que eu crio, e não gostaria jamais, Deputado Ezequias Losso, que no meu lar, na minha casa, entrasse um livro escolar com este

conteúdo maligno, que nada traz de produtivo!

Jamais, jamais a criança ao ler um livro deste poderá dizer que se preparou para alguma coisa na vida, no seu futuro!

Então, Deputado Ezequias Losso, eu, como pai, fiquei muito preocupado, chocado, indignado, de ver que o Governador José Richa, que é um homem cristão, não proibiu a circulação deste livro, porque o Governador, além de estar preocupado já deveria ter mandado tirar de circulação, porque este livro não é bom! Quem quer ver o filho bem encaminhado na vida não pode ficar feliz! É triste ver que o seu filho está saindo de casa, indo para a escola para aprender tanta coisa que não presta como há neste livro.

Como pai, trago aqui o meu aplauso, a minha felicitação dizendo muito obrigado, Deputado Ezequias Losso, porque as crianças do Paraná, um dia, elas haverão de agradecer-lhe também por esta luta que Vossa excelência trava contra este tipo de livro, que, para nós, é o que há de pior para a formação de nossos filhos!

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Belinati e apenas esclareço mais, que já mantivemos contacto com as autoridades federais que deverão atuar junto ao Conselho Estadual de Educação, para que alguma coisa seja feita também por aquele órgão encarregado de orientar a educação brasileira.

Com muito prazer concedo o aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. **Erondy Silvério** - Nobre Deputado Ezequias Losso, os agradecimentos feitos pelo pai, Antônio Belinati, não partem apenas dele, mas de todo o Paraná que está acompanhando, com o mais vivo interesse a campanha que Vossa Excelência levanta nesta Casa contra a pornografia desses livros adotados pela Secretaria de Educação. Porque isso é uma pornografia, induzindo as crianças a revoltarem-se, rebelarem-se contra a autoridade paterna.

Não podemos conceber, nobre Deputado, como é que um Governo sério permite que se adote no currículo escolar um livro desta natureza, e que venha um membro desta Casa, um Deputado ilustre, culto, trabalhador, um Deputado que nós já aprendemos a admitir, venha fazer a defesa desta verdadeira pornografia que é este livro que Vossa Excelência se refere, adotado no currículo escolar do Estado do Paraná.

E Vossa Excelência fez muito bem, o Paraná está acompanhando, o Paraná está ao seu lado, todos revoltados contra este estado de coisas!

Vossa Excelência não se impressione que quando o nobre Deputado, Rubens Bueno, à falta de outro argumento, diz que Vossa Excelência está habituado com vinte anos de autoritarismo, de obscurantismo, o que

é isso? Nova República? Ensinar as crianças a não respeitarem mais os pais? Aquilo que nós mais prezamos que é o princípio da autoridade paterna, sem esta nós estamos criando o que?

Uma Nação? Que Nação? Que gerações nós estamos preparando para o futuro? Uma Nação de incompetentes, uma Nação de atrevidos!

Vossa Excelência tem o apoio dos homens de bem do Paraná, Vossa Excelência continue nesta luta, porque é uma luta brava, uma luta sadia, é uma luta cristã, como é cristão o espírito de Vossa Excelência!

Estamos solidários, não só nós, Deputados, mas o povo do Paraná, está solidário com a campanha de Vossa Excelência!

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte brilhante do nobre Deputado Erondy Silvério, e com muita satisfação incluímos no nosso pronunciamento e endossamos as suas palavras, e realmente esperamos, nobre Deputado, que as escolas que adotaram este livro reestudem a questão, que os Senhores Professores de Português procurem outro material para substituir esta obra que tem trazido tantos problemas, já, à sociedade paranaense, pelos desentendimentos que tem criado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Por 10 minutos, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhores componentes da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como a diferença fisiológica é muito grande, como pode o ilustre Deputado Federal José Alencar Furtado ter na pessoa de seu irmão, completamente diferente, completamente fora de órbita, fora da sensibilidade, como pode meus companheiros do PDS e da Frente Liberal e do PMDB? São dois polos, duas diferenças, duas pessoas incompatíveis. Porque Alencar Furtado foi nosso companheiro, homem equilibrado, homem bom, que honrou a sua passagem pela Assembléia Legislativa.

Agora vemos Sua Excelência, o nosso companheiro Osvaldo Alencar, completamente diferente, a hostilizar seus companheiros. Só que tem uma diferença: é uma mensagem ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado: "Nós não temos medo de caretas".

Hoje, no pronunciamento, covardemente, ele disse que tinha deputado, ou deputados que diziam palavras de baixo calão.

Nós nunca fomos covardes. Nós queremos dizer ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado que o seu irmão merece o nosso respeito.

Mas, hoje, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado deixou de merecer o nosso respeito, quando ele diz no seu pronunciamento vazio, que não tem mensagem, não traz nada, a não ser pedir chamada nominal quando as matérias não são nem postas na ORDEM DO DIA. Diz ele: "Tumultuar é próprio dos arruaceiros, no nosso entender". Tumultuar ou "tumultuação" é a prática que foi praticada muitas vezes neste Plenário, exatamente por aqueles que não tiveram a postura exigida por esta instituição.

Covarde, mil vezes covarde, porque não dá nome aos bois. Porque nós estamos hoje aqui exigindo do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que se retrate, ou então, diga o nome dos arruaceiros nesta Assembléia.

Ou ele vai dizê-lo em juízo, para que não passe por covarde. O respeito que temos ao ilustre Deputado Alencar Furtado, Deputado Federal, a Assembléia Legislativa do Paraná, não pode ter por um moleque a fazer seus caprichos pessoais. Vamos dar a esse Deputado um brinquedinho para que ele não faça a Assembléia Legislativa de brinquedo. Se muitas vezes estrapolamos o Regimento Interno, por que sua Excelência não revidou no ato e no momento? Por que Sua Excelência chama os Deputados de arruaceiros? Os Deputados que veem a esta Casa podem revidar a molecagem...

Arruaceiros são aqueles que não dizem o nome dos arruaceiros. E eu queria desafiar este Deputado que é um baderneiro, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que dê nome aos bois. E se meu nome for entregue como arruaceiro, ele vai provar na justiça, porque covardemente não se pode dar razão a um moleque. A um moleque que veio a esta Casa graças aos prestígios de nosso amigo José Alencar Furtado. A um moleque que não tem responsabilidade de chamar os deputados de arruaceiros. A um moleque que não quer outra coisa a não ser tumultuar o bem-estar de nossa Casa, desta augusta Assembléia Legislativa.

E eu desafio neste instante o Deputado Osvaldo Alencar Furtado que prove quem é arruaceiro, ou então ele há de ser chamado de covarde por este Deputado de cabelos encanecidos.

Não se atira lama em cinquenta e sete deputados ao dizer que eles são arruaceiros. Eu, se for arruaceiro, quero a prova, a prova concreta ou palpável, ou então, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que me perdoe a ausência, é um leviano.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará uso do restante do tempo que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Fará uso do tempo o Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra, o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estão aqui nas galerias alguns representantes dos cento e vinte escrivães e trezentos e noventa e cinco agentes de polícia. Eles fizeram concurso e cursaram a escola de polícia do Paraná, e a imprensa deu um destaque grande quando da aula inaugural da escola de polícia. O Governador José Richa, para ser agradável ao auditório lotado, deu uma maravilhosa entrevista e uma afirmação que foi estampada na imprensa de todo o Paraná. O Governador foi calorosamente aplaudido pelos escrivães e agentes de polícia que estavam naquela aula inaugural, quando Sua Excelência prometeu que tão logo eles estivessem com os respectivos diplomas nas mãos, seriam nomeados por ele, Governador do Paraná. Quer dizer, não haveria perda de tempo, eles seriam imediatamente nomeados pelo Governador, de acordo com as palavras saídas da boca do Doutor José Richa, não haveria perda de tempo, a nomeação seria de imediato.

Mas ocorreu o contrário, cento e vinte escrivães e trezentos e noventa e cinco agentes de polícia saíram com o diploma; foram diplomados no dia 20 de dezembro e a nomeação até hoje não foi feita pelo Governador José Richa, causando uma decepção total a esta gente, pais de família. Muitos abandonaram o emprego de origem já no mês de julho e passaram a viver, a almoçar a dormir, a sonhar com o emprego que ganhariam, tão logo concluíssem o curso da Escola de Polícia do Paraná. Mas desde dezembro, Senhor Presidente, eles vivem num clima de total interrogação: quando será cumprida a palavra do Governador José Richa, feita na Escola de Polícia naquela aula inaugural e está publicada nos jornais de todo o Estado? O nosso desejo é que o Governador José Richa não se esqueça de cumprir a promessa que ele fez, porque pega muito mal, num auditório de quase 600 candidatos ao emprego, o Governador assumir um compromisso público e oficial de fazer as nomeações, e três meses depois, agentes e escrivães de Polícia se vêm obrigados a acampar na porta do Palácio Iguaçu, aliás, só não acamparam na porta do Palácio, porque a segurança não permitiu. Tiveram que acampar do outro lado da rua, e o que é pior, a Segurança do Palácio Iguaçu já mandou avisar que se eles permanecerem ali, após às 18 horas, eles serão retirados à força daquela praça de frente o Palácio Iguaçu.

Fica a indagação de agentes e escrivães: será que é esse o espírito da Nova República? Se é uma praça pública, ninguém

está fazendo desordem, num clima de total respeito, qual o crime que esta gente que está esperando emprego prometido e que já tem direito, porque fizeram o curso, foram aprovados e estão com o diploma na mão.

Qual o crime fazer uma vigília nessa praça fronteiriça à Assembléia Legislativa?

O Sr. Fiori Luiz- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Esse é um assunto, Deputado Antonio Belinati que nós também temos cobrado insistentemente do Senhor Secretário de Segurança, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi.

Inclusive, no último sábado, o sub-diretório do PMDB organizou um simpósio e nós levamos o Secretário de Segurança. Ali estavam aproximadamente umas trinta dessas pessoas que fizeram esse concurso, passaram e aguardam com ansiedade, a nomeação.

Ocorre que, segundo o Senhor Secretário, existem dois mandados de segurança impetrados por pessoas que fizeram o concurso, porque está impedindo o aproveitamento desse pessoal por ora.

Seria esse o impedimento legal, segundo o Senhor Secretário.

Nós também temos cobrado com insistência o aproveitamento, porque muitos, inclusive, deixaram os empregos em novembro, estão sem trabalhar e passando por sérias dificuldades.

Segundo o Senhor Secretário, o problema é de dois mandados de segurança.

O SR. ANTONIO BELINATI - Eu agradeço Deputado Fiori Luiz o apoio que Vossa Excelência dá a esse pessoal que está desesperado. Tem vários deles que não tem mais nem de onde tirar dinheiro para levar o sustento da família, porque confiaram, jogaram tudo nesse emprego que o Governador prometeu.

Eu discordo do Senhor Secretário de Segurança Pública, ao dizer que não nomeou por causa de um mandado de segurança. Não há nada que impeça que Sua Excelência faça a nomeação. Um mandado de segurança pode ficar dois, três, quatro cinco anos tramitando na Justiça, indo parar até, quem sabe, no Supremo Tribunal Federal. Não é justo que mais de 500 pais de família, fiquem a cobrar esta promessa do Governador e o que é pior, Senhores Deputados, é a ameaça vergonhosa feita pela Segurança do Palácio Iguazu, de não permitir que esta gente, tão ordeira, tão pacífica, num clima de paz, de respeito, a Segurança faça uma ameaça de ditadura, de arbítrio, de violência, em não querer permitir que se use uma Praça Pública, que não é de Deputado, não é de Prefeito, não é de Vereador, não é do Governador. A Praça é do povo. Eu lamento profundamente, Senhor Pre-

sidente e Senhores Deputados, que a Segurança do Palácio Iguazu se esqueceu, quem sabe, que se implantou a Nova República no Brasil, que tem as suas deficiências, as suas precariedades mas pelo menos se esperava que com a Nova República, pelo menos se pudesse ter liberdade de se acampar numa Praça Pública para pedir o cumprimento da promessa feita pela maior autoridade do Paraná, que é o Senhor Governador José Richa.

Eu até aproveito para sugerir, que daqui para frente, nas próximas aulas inaugurais, o Senhor Governador não volte mais a fazer promessa como fez na Escola de Polícia no ano passado, para não causar uma ilusão, como neste caso, mais de quinhentos jovens pais de famílias que dependem desse emprego para poder sustentar a família.

Como foi dito, abandonaram o emprego que tinham esperando a nomeação desde dezembro. Já vai para quatro meses e a nomeação não saiu. Com muita honra o aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Deputado

Antonio Belinati, Vossa Excelência, realmente, analisa com muita seriedade um problema que envolve a centenas de trabalhadores paranaenses que sacrificaram-se ao longo de tantos meses, fazendo curso na Escola de Polícia do nosso Estado para que pudesse obter a sua habilitação pessoal, profissional, para honrar os quadros da Polícia Civil do nosso Estado.

São centenas de pessoas. Homens, Deputado Antonio Belinati, alguns dos quais, possuíam empregos fixos, com as vidas encaminhadas e que tiveram até, nobre Deputado Antonio Belinati, que sair para as estradas do Paraná, para vender frutas ou outros produtos para sustentar a família. Porque caíram no engodo do Governador José Richa, que havia prometido, que havia assumido o compromisso em nomeá-los.

Lamentavelmente, nobre Deputado, o que se verifica é que o Governador do Estado está procrastinando, através de atitudes burocráticas, sem nenhuma sensibilidade humana para o problema desses brasileiros do Paraná. Ora, o processo está na Casa Civil, ora o processo está na Secretaria de Segurança e não se encontra uma solução.

Enquanto isso, nobre Deputado, o Governador José Richa vai à televisão e gasta um bilhão de cruzeiros, um bilhão só para montar o programa, sem falar no custo dos minutos que nós sabemos que são caríssimos na televisão. Não é portanto falta de recurso. Ainda agora, anuncia-se que o Governador José Richa vai para o Japão dia dez de abril, ou ele ou o seu Vice, João Elísio Ferraz de Campos. E solicita uma

diária de 300 dólares por dia - por pessoa! Faça Vossa Excelência um cálculo. Como ele vai ficar 18 dias, com 20 dias viajando, são praticamente seis mil dólares. Seis mil dólares por cinco mil cruzeiros são quase 30 milhões de cruzeiros que o Governo do Estado vai pagar pela mordomia do Governador José Richa lá no Japão, enquanto pais de famílias estão sofrendo.

Agora, multiplique nobre Deputados, esses trinta milhões de cruzeiros por, por exemplo vinte pessoas da Comitiva, os seus assessores, são quantos? 600 milhões de cruzeiros!

É uma falta de respeito para com a população do Paraná que precisa de segurança, que está havendo crime contra o patrimônio, crime contra a vida, aumentado no Estado do Paraná, pois que em 79 nós tínhamos 18 mil crimes, segundo relatório do próprio Governador José Richa no Estado do Paraná. Entre crimes de corrupção crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, Vossa Excelência sabe quantos crimes ocorreram no ano passado no Estado do Paraná? Vinte e quatro mil crimes.

Dáí a necessidade imediata, urgente, nós não queremos mais nomeação já, como este advérbio que eles colocaram na vida brasileira - reforma já - Acabar mordomia já - Diretas já. Tudo isso eles diziam na campanha eleitoral, e nós não queremos isso.

(TÍMPANOS).

O SR. ANTONIO BELINATI - O apelo Senhor Presidente, de que o Governador nomeie este pessoal.

Era só. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso da palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, unicamente para dizer que está fartamente conhecido este problema que é de ordem legal e eu discordo plenamente do Deputado Belinati que fala que é a sua vontade de mandato, de realizar uma viagem na qualidade de mandatário paranaense.

Infelizmente existe o problema de ordem legal, para que não se possa contratar. Em segundo lugar para dizer ao líder do impedimento e para dizer que seis mil dólares que é normal. Este caso aqui é mal interpretado nesta Casa. É uma viagem comercial e todas as pessoas pagarão a despesa por sua conta e 300 dólares por dia serão para que o Paraná possa estar presente no Japão.

Era apenas isso Senhor Presidente e declina a Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto

à Liderança da Frente Liberal se fará uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Tem a palavra o Senhor Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Honrado pelo apoio recebido dos meus companheiros de partido, venho a esta tribuna para exercitar a liderança do Partido da Frente Liberal nesta Assembléia Legislativa, missão que me foi confiada pela unanimidade dos ilustres Senhores Deputados que integram a Bancada do PFL, o que redobra as minhas responsabilidades perante o povo do nosso Estado.

Sei que a missão não será fácil diante do talento, da cultura, do estudo aprofundado que os meus ilustres Pares, nesta Assembléia, fazem das questões nacionais, dos assuntos paranaenses, enfim de tudo aquilo, que possa contribuir para uma vida mais feliz para o nosso povo. Diante de tão destacadas personalidades que constituem este Plenário, a missão de liderança é extremamente difícil. Tenho plena consciência das minhas limitações em meio a tanta erudição. Porém, não me deixo abater porque a missão que me foi confiada é nobre, altamente digna e tem por escopo principal servir ao Paraná e contribuir para o engrandecimento do seu povo.

A presença do Partido da Frente Liberal nesta Casa não assinala apenas o fim do bipartidarismo. Este bipartidarismo que acabou por deixar registrado na história política brasileira um triste período, período do autoritarismo, do arbítrio, que mergulhou o nosso País numa das piores crises econômicas e no qual a oligarquia que se instalou no poder terminou por cometer os maiores destinos políticos e administrativos, que culminaram com a série de escândalos que revoltam e envergonham a gente brasileira. Além de oligarquia era ninho da corrupção.

Diante desse quadro, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, e incapaz de impor que essa abjeta oligarquia fosse submetida às leis, não havia outra alternativa senão divergir, buscar uma nova aliança capaz de sepultar esse passado negro e tratar de contruir o futuro, com espírito de conciliação e grandeza, eis que a Nação exige que lhe dêem tranqüilidade e segurança para trabalhar, e que deve partir de cima o exemplo de moralidade.

Assim surgiu o Partido da Frente Liberal que veio compor a Aliança Democrática, firmemente coesa com o PMDB no propósito de fazer progredir e aprimorar a democracia brasileira. Não se trata de Aliança de



interesses. É uma aliança de idéias. E muito mais do que isso, o Partido da Frente Liberal é hoje a melhor alternativa para os políticos brasileiros e, em particular aos paranaenses, porque é um partido distanciado de radicalismos, com um avançado programa partidário e com lideranças de forte penetração popular. Por isso ousou exortar os políticos de nossa terra para que venham integrar-se à Frente Liberal para ajudar a aprimorar a democracia brasileira.

O compromisso básico, inalienável e imposterável do Partido da Frente Liberal é com a democracia, fundada na idéia da liberdade. O liberalismo que pregamos não é apenas uma alternativa entre o capitalismo imobilista e socialismo coletivista, mas uma proposta inovadora para os conflitos sociais e as indagações políticas que remetem ao fantasma terrível e avassalador do Estado autoritário.

Nós, os chamados "frentistas" entendemos e recorremos ao pensamento de Salvador de Madariaga, para quem o liberal não deve se satisfazer com posições meramente ecléticas, inconsistente mescla de posições diversas e extremadas. O liberal tem sua doutrina própria, que é, ademais, a melhor, pois como ensina aquele grande pensador, só o liberalismo marca e define a linha a seguir, o progresso humano.

Nessa profunda convicção é de que o liberalismo se constrói a partir do homem e nele está sua verdade.

Recordo diálogos que mantive durante a minha salutar convivência com os companheiros do PDS, especialmente como Líder Luiz Alberto Oliveira, este jovem brilhante líder, culto e inteligente, brilhante na sua atuação como um dos mais ilustres integrantes desta Assembléia, que sabe defender com garra, coragem e destemor as causas públicas, num procedimento que o torna digno do respeito e da admiração dos seus concidadãos, diálogos que mantivemos sobre a questão partidária em nosso País e nos quais o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira enfatiza a reformulação partidária como providência imperativa para que nós, os políticos, possamos apresentar-nos perante o povo, livre dos clichês que retiram toda a substância que devemos apresentar, a fim de credenciar a nossa agremiação ao apreço da opinião pública. Diante de muitas inquietações, o ilustre Deputado Luiz Alberto manifestava a necessidade de novas lideranças para que a Nação encontrasse na linha do horizonte o aparecimento de personalidades capazes de mudar a face do País, adaptando-o aos novos tempos.

Sinto-me feliz ao recordar esses diálogos, pois considero que eles constituem um prolongamento de propósitos que sempre

nos animaram em toda a nossa atuação nesta Assembléia.

Não menos encorajadores foram os diálogos também mantidos com Deputados da Bancada do PMDB, em particular com o nobre Presidente desta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, quando exercia com muita eficiência e dinamismo, aplicando todo o brilho de sua formação cultural, a liderança da aguerrida Bancada do PMDB. Diálogos nos quais sobressaíam as preocupações com a preservação do ideal democrático, com a moralidade na administração pública, com a construção da democracia brasileira.

Pois bem, meus ilustres companheiros nesta Assembléia: como vêdes, sinto-me à vontade para comunicar-lhes a designação de meu nome para liderar a Bancada do PFL nesta Casa. Essa designação corresponde à coerência que sempre presidiu a minha atividade política: coerência de princípios, coerência de propósitos, coerência de ideal.

No desempenho da liderança lutaremos para aprimorar o pluripartidarismo, contribuindo para o seu peso ideológico, buscando criatividade política e desenvolvendo esforços construtivos para aperfeiçoar-se a democracia.

No plano estadual, manteremos posição de independência, vigilantes na fiscalização dos atos de todos os poderes. Estaremos sempre atentos para exigir o cumprimento das promessas do Governo Estadual. Apoiaremos as mensagens que visem o interesse da comunidade e repeliremos sempre, com altivez, todas as investidas dos eventuais ocupantes do poder paranaense, a fim de evitar que o exercício do mandato de Deputado Estadual se transforme no desempenho da figura repugnante do pau-mandado do Palácio Iguaçu. Temos a certeza de que exerceremos, com ajuda dos integrantes de nossa Bancada, a crítica construtiva, apoiados na fidelidade ao nosso programa partidário de sustentação da Nova República, especialmente neste momento em que o estado de saúde de Tancredo Neves enche-nos de angústia e de preocupações, que são amenizados pela altivez e segurança com que o líder frentista, que é José Sarney, vem se desencumbindo de sua difícil missão. Sarney é hoje no Brasil, como grande destaque do Partido da Frente Liberal, a síntese da garantia de nossas instituições democráticas. Sarney é o novo apóstolo da Constituição brasileira. Sigam-no-lo porque esse é o nosso caminho. O caminho da felicidade do Brasil e do seu povo. A Nação está tranqüila, e as suas instituições estão fortalecidas. Esta é uma das primeiras e grandes contribuições do Partido da Frente Liberal para a Nova República brasileira, a nova história que começamos a legar aos nossos pósteros.



E para que essa história seja mais digna de todos nós, fazemos votos para que Deus cubra de bênçãos o Presidente Tancredo Neves, restituindo-lhe a saúde o mais breve possível, a fim de que ele assuma a chefia da Nação e possa conduzi-la ao seu grande destino, porque o compromisso da Frente Liberal é tornar o regime brasileiro politicamente estável, socialmente justo e juridicamente viável."

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência faz neste instante seu primeiro pronunciamento como Líder da valorosa Bancada do Partido da Frente Liberal. Desejo transmitir em meu nome, em nome de nossa bancada, o PMDB, as nossas congratulações, a nossa euforia, a nossa alegria e percebemos que realmente no Brasil de hoje inicia-se o processo da plena democracia, inicia-se o processo do pluripartidarismo, que está assentado no surgimento de partidos novos. E a nossa alegria nesta Casa em vermos que um político que aprendemos a admirar nos curtos espaços de tempo que aqui tivemos, repouse esta Liderança exatamente sobre Vossa Excelência; um político coerente com a sua consciência e com os seus princípios, um político equilibrado, um político capaz para liderar com bravura, com dignidade, com altivez, a sua bancada.

Queremos transmitir a nossa mais efusiva alegria por vê-lo liderando o Partido da Frente Liberal nesta Casa. E, principalmente, o tópico de Vossa Excelência na colocação do seu discurso inicial de que a Frente Liberal estará empenhada com a sustentação da Nova República, porque todos nós, nobre Deputado, que clamamos por um novo tempo no Brasil evidentemente, todos estamos embuídos deste princípio de darmos o nosso aval à Nova República; de darmos o tempo necessário para que ela possa mostrar para que veio. Evidentemente, o Partido de Vossa Excelência, quanto o nosso, quanto o PDS ou quanto tanto outros partidos existirem haverão de cobrar da Nova República as mudanças, mas, com a consciência do grave momento da vida nacional. Haveremos também de dar o tempo necessário para transformações sociais, políticas e econômicas que a Nação está esperando.

Deputado Gilberto Carvalho, transmitindo as minhas congratulações a Vossa Excelência, quero transmitir também a todos os demais membros do Partido da Frente Liberal, na esperança e na certeza de que grandes lutas serão desenvolvidas por este novo partido aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Felicidades, Deputado, na sua árdua missão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço as palavras do nobre Deputado Caíto Quintana, cordiais e que vêm valorizar o nosso pronunciamento e, dizer que a nossa atitude será sempre de coerência visando sempre o interesse do povo paranaense.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência é sabidamente um lutador. É um homem de idéia; é um homem que luta pela sua terra, pela sua Pátria; merece o nosso apoio.

Vossa Excelência, Deputado Gilberto Carvalho, e todos os componentes da Frente Liberal que foram nossos ex-companheiros de bancada, eu quero neste momento reverenciar Vossa Excelência que impunha uma bandeira e dar aos nossos ex-companheiros de bancada os parabéns por terem votado em Vossa Excelência como líder de um partido que surge. Só que eu queria que não me levasse a mal, Deputado Gilberto Carvalho, que tenho Vossa Excelência como um combativo, um Deputado altaneiro, como os demais componentes da Frente Liberal, mas mudança com José Sarney é impossível. Mudança, Deputado, que se Vossa Excelência me permite que eu continue neste aparte, que José Sarney fora vinte anos o homem que manipulou toda esta Nação.

Sei, perfeitamente, que amanhã ou depois nem nós, talvez os últimos dos muicanos não estejamos mais no PDS. Sei da sua intenção, respeito e admiro Vossa Excelência.

Mas, queira Deus que ao vaticinar, que talvez José Sarney, o atual Presidente da República interino, consiga adquirir a confiança que Tancredo Neves adquiriu do povo brasileiro. Talvez, quiçá não estejamos enganados.

Talvez, a trincheira do PDS com doze ou quatorze Deputados amanhã já esteja derrubada. Talvez dezesseis.

Mas, nós - se Vossa Excelência me permite complementar - Líder da Frente Liberal, eu gostaria, Deputado, que Vossa Excelência tivesse sucesso em sua liderança, porque o seu sucesso é o nosso.

Em Vossa Excelência e nos demais componentes da Frente Liberal, nós acreditamos, em Ney Braga, nós acreditamos em José Sarney, quiçá.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço, nobre Deputado, e espero que Vossa Excelência compreenda, como todos os brasileiros compreendem, neste momento difícil pelo qual passa a Nação; a maneira correta

com que vem conduzindo o Presidente José Sarney e o entendimento que houve, entre todas as correntes políticas, demonstrando a preocupação de todos os brasileiros, para este momento difícil pelo qual passa a Nação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Rezende Carvalho.

Não cumpro agora, ao cumprimentá-lo pelo exercício de uma nova liderança partidária nesta Casa, apenas um dever formal de relacionamento superior entre políticos, faço, nobre Deputado, um desejo de felicidade pessoal a Vossa Excelência do fundo do coração.

Vossa Excelência e eu, tivemos um estreito convívio nesta Casa, especialmente neste mandato, onde pudemos sonhar coisas, imaginar novos caminhos e tentar na aridez da vida política construir para o futuro do nosso Estado e para a boa representação dos nossos mandatos parlamentares.

Vossa Excelência escolhe hoje, um novo caminho e eu peço a Deus que oriente e que o faça Líder do novo partido tão respeitado e tão digno, quanto Vossa Excelência vem sendo ao longo de sua profícua vida política.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço as palavras de Vossa Excelência, nobre Líder Luiz Alberto e esta convivência continuará nesta Casa em benefício das causas paranaenses mesmo em partidos diferentes, haveremos de continuar dando a nossa contribuição para o engrandecimento do Paraná e contribuindo para melhores dias do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente de sessão anterior, indicando

os Senhores Deputados da Bancada do PFL, para comporem as respectivas Comissões Permanentes da Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência determine a leitura do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Foi lido no início do expediente, mas não há problema nenhum, o Senhor 1.º Secretário procederá a leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, com apoio do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor

Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 73/85, datada do dia 29 de março do corrente ano, do Senhor Governador do Estado, solicitando autorização para que o Senhor Vice-Governador do Estado possa se ausentar do País, com destino ao Japão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - **(Pela Ordem)** - Senhor Presidente, Vossa Excelência coloca em votação a autorização deste Poder, para que o Senhor Vice-Governador possa ausentar-se do País, na eventualidade de Sua Excelência, o Governador José Richa, não poder aceitar convite oficial, que lhe foi formulado pelo Estado irmão do Japão.

Pois bem, esta Casa, Senhor Presidente, tem permanentemente autorizado as licenças das autoridades estaduais, para que possam representar oficialmente o Estado do Paraná, em viagens de trabalho e de representação oficial, do Governo do Estado.

A Bancada da Oposição, nesta Assembleia, votará favoravelmente a esta solicitação, a exemplo do que já fez, anteriormente, com relação ao Governador José Richa.

Entretanto, Senhor Presidente, e nobre Líder do Governo, seria de bom alvitre que o povo do Paraná, tomasse conhecimento de quais são os membros que participarão dessa comitiva e quais as despesas totais que envolvem a viagem ou do Governador José Richa, ou do Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos. Pois que, a esta Casa, foi informado apenas, o quanto o Governador José Richa teria direito a receber em dólares, por sua viagem ao exterior. Isto é, na Mensagem anterior, afirmou-se que são 300 dólares por dia, a um câmbio de 5 ou 6 mil cruzeiros, nós teríamos um valor equivalente a milhão e meio, a 1 milhão e 800 mil cruzeiros por dia; multiplicado por 18, 19 ou 20 dias, o Governador José Richa, ou o Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos, darão uma despesa, eles, ao Estado do Paraná, sem computar passagem, sem computar assessoria, e sem computar, seguramente, outras despesas necessá-

rias à representação do Estado do Paraná, nós teremos uma despesa, só de diária, só de diária, Senhor Presidente, da ordem de trinta milhões de cruzeiros. Trinta milhões de cruzeiros, Senhor Presidente que talvez poderiam ser usados por outro tipo de despesa, como por exemplo, o humilde funcionário público, que ao viajar, pelo interior do Estado, gasta em diária apenas vinte e nove ou trinta mil cruzeiros.

É evidente que as situações são diferentes, mas é preciso que em nome da transparência, em nome da participação, se explique ao povo do Paraná o custo total e exato da viagem das autoridades governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury). Com a palavra, pela Ordem o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - **(Pela Ordem)** - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É lamentável que o Senhor Luiz Alberto Oliveira só vê os pontos negativos.

Mas, ele esquece, ou sua memória esquece que ele tem que ver os pontos positivos.

Nós sabemos que a ida do Governador do Estado do Paraná ao Japão é para trazer divisas ao Paraná, e o que se entende o que se observa, é que o Deputado Luiz Alberto Oliveira, é contra os empresários paranaenses, porque estes também se dirigirão junto com o Governador do Paraná ao Japão, pagando as despesas de seus próprios bolsos.

Talvez o Deputado Luiz Alberto Oliveira pretenda que o Governador José Richa vá ao Japão comendo sanduíches, não é isso!

Eu acho que a missão em que ele vai é uma missão de respeito ao Estado do Paraná, uma missão muito importante, e o Paraná terá grandes resultados com isso.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Senhor Presidente, eu gostaria que o nobre Deputado Dirceu Manfrinato estivesse nesta Casa em 1981, quando o então Governador Ney Braga fez a mesma viagem e percorreu o mesmo caminho que irá percorrer o Governador José Richa, para escutar o que disseram os membros da sua bancada, naquela oportunidade da viagem de Ney Braga, não é nem a décima parte do que disse o Líder do PDS na tarde de hoje nesta Casa.

O Líder do PDS quer saber, como todo o Paraná quer saber em quanto importarão os gastos desta viagem ao exterior. Ninguém contesta a validade da viagem. O que nós

queremos saber, isto sim, é nosso dever, porque nós temos que informar a quem nos pergunta lá fora, porque somos os seus representantes, é quanto isso vai custar e as vantagens que advirão.

Essa afirmação genérica de quantos dólares de divisas virão é genérica, nós precisamos saber de que forma, se através de assinatura de convênios, de tratados de cooperação comercial mútua, entre Paraná e Japão, nada disso, essa Casa não conhece a programação.

E, as mesmas boas intenções que deve ter o Governador José Richa ao efetuar esta viagem, também as teve o Governador Ney Braga, e as críticas foram contundentes, foram cruéis, foram injustas, partindo da Bancada do PMDB.

Por isso, falece a qualquer um de seus membros, criticar a liderança do nosso Partido, por querer obter informações que são valiosas, que necessitam ser dadas a respeito dessa viagem.

O nobre Deputado Dirceu Manfrinato, deveria estar aqui em 1981, ou então, consultar os anais da Casa, e verificar toda a celeuma que se levantou aqui, neste mesmo Plenário, contra a viagem, naquela oportunidade, a razão do pedido de informação que apresentei à Casa há poucos dias é esta, exatamente esta.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para encaminhar).

A Bancada da Frente Liberal, depois da exposição de motivos desse pedido do Vice-Governador, na impossibilidade do Governador poder viajar, votaremos favoravelmente para que o Vice-Governador se ausente do País.

Com referência aos gastos, é válida a argumentação feita, porque o Governo que quer ser um Governo participativo e transparente, que traga ao conhecimento desta Casa, as despesas que serão realizadas. E vou mais além: até dispensararia o encaminhamento de quanto custará a despesa. Eu gostaria que, na volta, viesse um relatório do que é que o Governo conseguiu junto ao Governo do Japão, e o que é que o Paraná recebeu de benefício e quais foram as despesas gastas. Mas, votaremos favoravelmente ao pedido proposto pelo Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deve informar ao Plenário que, segundo mensagem aprovada por esta Casa, o Governo só pode dispender nesta viagem, 300 dólares por dia. Esta foi a Mensagem aprovada na sessão anterior e mantida através da nova Mensagem pelo Governador. Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa informa que Vossa Excelência já falou uma vez para encaminhamento de votação e não pode mais...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência concedeu a palavra a este Deputado, na condição de Líder da Oposição, pela Ordem. Eu vou encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa, num gesto liberal vai conceder a palavra a Vossa Excelência, mas Vossa Excelência já falou para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para encaminhar, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tive a oportunidade de expor o meu ponto de vista favorável à Mensagem, através de questão de ordem, para esclarecimento da questão, nos termos do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Agora, falo, Senhor Presidente, para encaminhamento da votação, para, realmente dizer a esta Assembléia Legislativa, que assuntos como este devem ser amplamente discutidos nesta Casa, pois que a missão principal deste Poder é a missão fiscalizadora das atitudes governamentais.

Não falo nos benefícios que, provavelmente advirão desta viagem. Não falo dos aspectos bons que, provavelmente, esta viagem trará ao Paraná, pois que esta não é a minha missão. Para isso aí estão os Deputados do Governo que, seguramente, vão procurar tecer loas ao Governo do Estado por ir ao Japão.

Mas, eu não posso deixar de registrar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, aos Parlamentares do PMDB, aos Parlamentares da Frente Liberal e aos Parlamentares do PDS, de que, no passado o ex-Governador Ney Braga foi ao Japão, e o resultado desta viagem nós podemos verificar, inclusive, na construção de um Centro de Desenvolvimento Tecnológico entre o Japão e o Paraná que está prestando relevantes serviços à Educação, à Ciência e à Tecnologia estaduais.

Mas, lamentavelmente, em nome de uma pseudos CPI da Corrupção, até a viagem do Governador do Estado, Senhor Presidente, foi objeto de indagações maldosas, irresponsáveis, de Parlamentares menos preparados, que procuraram transformar a viagem oficial do Governo do Estado, num verdadeiro escândalo, como se a viagem ao Japão fosse um ato de corrupção.

Pois bem, a mentira Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem perna curta. Agora vem o Governo do PMDB, e nós queremos sa-

ber o que, respeitosamente, não queremos perguntar se Sua Excelência, o Governador José Richa vai comer kibe, vai comer comida própria japonesa, típica, ou sanduiche, mas temos a obrigação constitucional de contar ao povo do Paraná quanto vai custar a viagem do Governador, quantos dólares serão pagos à Sua Excelência, pessoalmente, nos termos da mensagem? Porque a mensagem é clara, e o Senhor Presidente não pode, na Presidência deste Poder, tentar defender Sua Excelência, o Governador, pois se encontra na condição de magistrado, ele não pode, porque ler a mensagem como eu li, dizer que são apenas trezentos dólares. Trezentos dólares é a viagem, é a diária para o Governador José Richa. Nós queremos saber quais são os outros acompanhantes? Se haverão funcionários do Governo do Estado? Se nós teremos empresários? Se os empresários pagarão a suas despesas? E se Secretários de Estado, Secretário Chefe da Casa Civil, Secretário Extraordinário de Comunicação, enfim, todos, quais deles acompanharão Sua Excelência o Governador José Richa?

E na eventualidade de que Sua Excelência não possa ir, pela evolução do quadro político nacional, o acompanhamento que se fará ao vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos?

Não desejamos Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, fazer qualquer tipo de obstrução nesta Casa, porque não fazemos política como aqueles que ontem usaram a viagem do ex-Governador para criticá-lo, para expô-lo à execração pública numa CPI maldosa sem fundamento e nem substância. O tipo de política que fazemos é diferente, é em favor do Paraná. E é em favor do Paraná Senhor Presidente, e Senhores Parlamentares que desejamos obter as informações necessárias para que o povo e este Parlamento saiba com exatidão o quanto será gasto e quais são os benefícios que serão trazidos ao nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa ao nobre Líder do PDS que quando esclareceu que a mensagem mencionava apenas a quantia de trezentos dólares para as diárias do Senhor Governador do Estado, o fez no sentido de esclarecer à Casa, e não no sentido que o nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira quis dar às minhas informações.

Esta Presidência acaba de esclarecer ao Plenário que a Mensagem menciona apenas trezentos dólares, e o que exceder disso, Senhor Deputado, não será autorizado pela Assembléia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem)- Pela Ordem, para esclarecimento. Vossa Excelência informa que são trezentos dóla-

res as diárias do Governador do Estado.

Mas, em nenhum momento da Mensagem Governamental está dito quanto será pago em dólares ou em cruzeiros a eventuais ocupantes de Sua Excelência, Governador do Estado. E não se sabe, também, Senhor Presidente, quem pagará as passagens, quais serão as despesas de locomoção do Governador e de sua equipe ao exterior. Por isso esta Casa tem o direito de saber quais são os eventuais outros ocupantes que não precisam da licença deste Poder, pois que a Constituição do Estado é clara, apenas o Governador do Estado e o Vice-Governador precisam de licença para se dirigir ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa reafirma a Vossa Excelência, que a Mensagem foi no sentido imperativo, são apenas 300 dólares. Quem acompanhar porventura o Senhor Governador do Estado, terá que pagar as despesas do seu próprio bolso. E a Mesa atenderá qualquer reclamação da Bancada do PDS ou de quem quer que seja, no sentido de que seja cumprida essa solicitação do Governador do Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho plenamente válida a preocupação da Bancada do PDS quanto à viagem do Governador do Estado ao Japão. Gostaria que nós parlamentares nesta Casa, tivéssemos a plena consciência, de que o Paraná no passado, como há poucos instantes foi afirmado pelo Líder do PDS, teve vantagens exatamente com viagens para fins comerciais, de intercâmbio com outros países. Os quadros não mudaram. O Paraná precisa e necessita continuar se relacionando com os demais países, para poder expandir o seu comércio, entrelaçar os seus empresários, abrir novas portas para exportações neste Estado.

Evidentemente a mensagem do Governador, Senhor Presidente, é muito clara. O Governador está pedindo 300 dólares em diárias para o Governador. Esta é a despesa adicional de diária ao Governo do Estado do Paraná.

Não há porque e não há como nós tentarmos fazer exercício mental para procurar encontrar subterfúgios ou entrelinhas no pedido governamental que está sobre a mesa. São 300 dólares de diária. O Governo do Estado viajará ao Japão, tendo na Província de Yogo, despesa por conta do Governo local. Almoço e jantar em Tóquio, oferecido pelas empresas japonesas lá sediadas. Em Nogai, a despesa será paga pelo governo local.

O Governador viajará acompanhado pelo Chefe da Casa Civil, com passagem de cortesia da Varig. Viajará acompanhado pelo

Chefe da Casa Militar, Secretário da Administração, da Indústria e do Comércio e o Chefe de Cerimonial, e o Governador terá 50 convidados, entre empresários, que viajarão por sua conta exclusiva. Despesas pagas exclusivamente pelos acompanhantes.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu acho que o assunto é plenamente justificável. Eu respeito a preocupação das demais bancadas aqui presentes. Eu respeito a nossa própria bancada que evidentemente deve conhecer, mas eu não vejo porque grandes celeumas em cima de uma coisa plenamente justificável. O Paraná está dando 300 dólares ao Governador como diária, para, evidentemente, poder na tradicional troca de hospitalidade Paraná-Província do Japão, poder fazer frente a essas despesas que aliás, são modestas, como é característica da modéstia do Governador José Richa, constantemente que pode ser acusado, Senhores, de qualquer coisa, menos de esbanjar o dinheiro paranaense em mordomias ou em trabalhos, ou em excessos de despesas coisa que todos nós, em sã consciência, não faz o estilo do nosso Governador, que viaja para o Japão, com uma diária bastante humilde, para uma missão de grande importância social, digo, comercial ao nosso Estado.

Era isso o que nós traríamos como esclarecimento, se bastar aos companheiros do PDS, porque evidentemente, tenho pleno direito de conhecer, mas evidentemente também querem que o empresário paranaense tenha oportunidade de poder, com outros países, fazer frente as necessidades cada vez mais crescentes e maiores do intercâmbio comercial para poder fortalecer o comércio e a indústria do nosso Estado, propiciando o crescimento de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI- (Para encaminhar),

Senhor Presidente, na condição de Prefeito de Londrina, tive o privilégio de visitar também o Japão e ser alvo, lá, do calor humano, da receptividade do povo japonês.

Eu me recordei Senhor Presidente e Senhores Deputados, que acompanhando até uma praxe adotada pelos Prefeitos e pelos Governadores do Japão, convidamos a Câmara Municipal de Londrina para indicar dois Vereadores, um de cada Partido, para integrar a comitiva oficial na viagem ao Japão.

E por coincidência, na Bancada do meu Partido, o Vereador sorteado, porque os Senhores Vereadores adotaram o sistema de sorteio para ver qual seria o representante da Bancada a nos acompanhar, o indicado pelo sorteio foi meu irmão, Vereador em Londrina. O meu irmão então já eleito De-

putado, abriu mão da sua indicação, devolvendo a indicação para a Bancada que produziu um novo sorteio.

Fomos ao Japão e, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos como válida e oportuna, não só para o Paraná, como para o Brasil, esse intercâmbio comercial, cultural e político. E, há um detalhe que não pode ser esquecido. Quando vem ao Brasil um Governador ou um prefeito japonês, ele traz em sua companhia representantes de todas as Bancadas; se for um Prefeito ele vem acompanhado de auxiliares e também de Vereadores de todas as bancadas do seu município. Se for Governador de Estado, idêntico critério é adotado.

Eu só lamento, profundamente, que o Governador José Richa conhecendo bem esse sistema, porque quando Prefeito ele também esteve no Japão, que Sua Excelência não tenha convidado para a comitiva, também Deputados. E antecipo, Senhor Presidente, se fosse feito esse convite para esta Casa, eu abriria mão de qualquer indicação. Mas acho, que seria simpático, seria até protocolar, que o Governador José Richa chegasse no Japão acompanhado de Deputados do PMDB, do PDS e da Frente Liberal, para mostrar uma integração, para mostrar até uma verdadeira harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Eu quero aqui, portanto, no instante em que transmitti esses detalhes à Casa, dizer que eu acho que é muito válida a viagem do Governador ao Japão. Os frutos poderão ser colhidos em breve e só lamento, como bem colocou o Líder da Bancada Luiz Alberto Martins de Oliveira, que haja uma dúvida, hajam detalhes aqui que não tenham ficado bem esclarecidos para esta Casa. Porque eu acho que se fosse tudo bem esclarecido, o Líder da nossa Bancada teria ido à tribuna também, para defender, louvar e desejar a José Richa uma boa viagem, como nós fazemos agora, ainda que acreditando que Sua Excelência não vá viajar. Porque ele já antecipou no Norte Pioneiro no final da semana, que ele poderá cancelar a viagem ao Japão. Mas, se for viajar, que faça uma boa viagem e que a Bancada do PMDB esclareça todos esses detalhes cobrados aqui pelo Líder da nossa Bancada, para que não fique nenhuma dúvida no ar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação o requerimento. **APROVADO.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho, na qualidade de Líderes do PMDB e Governo, do PDS e do PFL respectivamente, constante do expediente, solicitando sejam transformadas as



Sessões Plenárias de terça e quarta-feira, dias 3 e 4 de abril, em reuniões de trabalho das Comissões Técnicas, em virtude do acúmulo de Projetos a serem apreciados. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 177/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Casaldáliga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em Regime de Urgência). **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 251/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JACAREZINHO", com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 256/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIBEIRÃO CLARO", com sede e foro no Município de Ribeirão Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 20/84, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria na estrutura do Poder Legislativo 06 (seis) Gabinetes destinados às Vice-Lideranças, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho, na qualidade de Líderes do PMDB, do PDS e do PFL respectivamente, constante do expediente, solicitando seja retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) Sessões, o projeto de Resolução n.º 20/84, de autoria do Senhor Deputado Tercio Albuquerque, que cria na estrutura do Poder Legislativo seis Gabinetes destinados às Vice-Lideranças. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Resolução n.º 20/84, por 5 (cinco) Sessões.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 262/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "DIVINA MISERICÓRDIA" com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI N.º 262/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Assistência Social "Divina Misericórdia", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO.

## JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de prestar gratuitamente assistência material, moral e espiritual, principalmente à velhice e a criança, foi fundado no Bairro de Santa Helena, nesta Capital, o Centro de Assistência Social São Rafael da Divina Misericórdia.

Prestando assistência aos pobres, ou zelando pela higiene, saúde, recreação e educação das crianças, principalmente daquelas cujas mães tenham que trabalhar fora do lar é uma das razões da existência do referido centro assistencial.

A documentação que acompanha o presente projeto, satisfaz as exigências da Lei reguladora da matéria.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para o presente Plano de Lei.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 262/84

O presente plano de Lei de autoria do Nobre Deputado HERMAS BRANDÃO, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "DIVINA MISERICÓRDIA", com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- Lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões,  
em 23 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando que a Comissão de Agricultura desta Casa se faça representar, juntamente com a Comissão de Ecologia através de 4 Senhores Deputados, e Secretário da Agricultura, na audiência com o Senhor Ministro da Agricultura, marcada para o dia 2 de abril do corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Milton Giovanoni, ocorrido no dia 25 de março do corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antenor Callefe, ocorrido no dia 31 de março de corrente ano, nesta Capital. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olimpio Cardoso Machado, ocorrido no dia 30 de março do corrente ano, no Município de Colorado. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto da Lei n.º 339/84, que transere à Mitra Diocesana de Paranaguá, terreno de propriedade do Estado no Município de Bocaiuva do Sul. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada e arquivamento dos Projetos de Lei n.ºs 116/83 e 37/83. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Anteprojeto de Lei n.º 162/84, originário da Mensagem n.º 135/84 do Senhor Governador do Estado. **Em discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)  
Solicito que Vossa Excelência anuncie o teor completo do requerido e igualmente de que matéria se trata a Mensagem Governamental.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O requerimento a Presidência leu. Agora vai ler a justificativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu lamento. Eu tentei ouvir Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência encontrará explicações na justificativa, porque o requerimento é suscinto. (Lê a justificativa).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação. **Aprovado**

No dia 25 de junho do corrente ano que passou enviou a esta Casa Mensagem 135/84, o Governador José Richa, através da Mensagem 135/84, o anteprojeto de lei que tomou o número 162/84.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Prof. Elzira Correia de Sá, no Conjunto Habitacional Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a absorção dos funcionários do Banco Sulbrasileiro e Habitasul. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 95.º aniversário de emancipação política do Município de União da Vitória. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a construção de uma cancha esportiva (sistema solo-cimento), na Escola Estadual localizada no Conjunto Habitacional Vergílio Seco, no Município de São Pedro do Ivaí. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de

uma agência do mesmo no Município da Lapa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, a construção de mais 15 salas de aula na Escola Estadual "31 de Março", no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio em alvenaria no Distrito de Rio Bonito, Município de Laranjeiras do Sul, para abrigar a Subdelegacia de Polícia do referido Município. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação dos Servidores da Fundação de Saúde, pela eleição de sua Nova Diretoria, no Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de uma viatura devidamente equipada, assim como mais policiais para o Distrito Administrativo de IV Centenário, no Município de Goioerê. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo informações quanto a funcionários que prestam serviços no Núcleo do Município de Londrina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na rede de distribuição de água do Município de Peabiru. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo reformas gerais na Delegacia de Polícia do Município de Sertãoópolis. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de um campo de futebol no Município de Juranda. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, para que através da Superintendência do IPE, informe a esta Casa quais os critérios que vem sendo adotados por aquele órgão previdenciário nos reajustes das pensões, com relação ao índice do aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um maior número de ramais telefônicos no Distrito de Iguatemi, Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial com o respectivo destacamento, no Distrito de Iguatemi, Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico para a agência de rendas do Município de Lobato. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo reformas na Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo, no Município de Fênix. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Interior, encarecendo alterar a legislação dos nossos silvícolas. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo a criação e construção de um posto da Polícia Rodoviária na BR-376, na área do distrito de Iguatemi, Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o encascalhamento de cerca de 7 Km. da rodovia que liga Ipiranga à Ivaí. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a doação de sementes de feijão, arroz e milho para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Medianeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo que empreenda a ampliação de ensino gratuito em todos os níveis, e a implantação do ensino de 3.º grau no Município de Medianeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo informações sobre as razões que estão impedindo o reassentamento das famílias sem terras dos acampamentos dos Municípios de Medianeira e São Miguel do Iguazu. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo sejam aumentados os poços artesianos no Município de Medianeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo que se dê início às obras da Estrada de Colono, ligando os Municípios de Medianeira a Capanema. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a doação de uma patrulha mecanizada para realizar os trabalhos de melhorias e conservação das estradas do Município de Medianeira. **Apro-**

**vado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a ampliação e reforma do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Medianeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, para que o mesmo determine junto ao DETRAN a substituição do veículo destinado a serviços da CIRETRAN por outro veículo novo, no Município de Medianeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia para beneficiar os associados do IPE, no Município de Santa Inês. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes polivalente na localidade de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a implantação de um gabinete odontológico junto ao Colégio Estadual José Siqueira Rosa, no Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia para beneficiar os associados do IPE no Município de Iguazú. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia para beneficiar os associados do IPE no município de Sabaúdia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia que possa beneficiar os associados do IPE no Município de Rio Bom. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia que possa beneficiar os associados do IPE no Município de Santo Inácio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia que possa beneficiar os associados do IPE no Município de Marilândia do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Karlos Rischbieter, pela sua ascensão e posse à Presidência do IBC. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Osiris Stenghel Guimarães, pela sua ascensão e posse à Presidência da Rede Ferroviária Federal S/A. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos para a conclusão do muro que cercará o terreno da Escola Estadual São Luiz Gonzaga, localizada em Guarani, Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 3.º aniversário de fundação do Jornal Gazeta do Centro Oeste, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada, assim como mais armamentos para a Delegacia de Polícia no Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano para o Distrito Administrativo de Santo Rei, no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo reformas gerais nas instalações do posto de saúde localizado no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a melhoria das condições de tráfego da estrada que serve de ligação entre o Distrito Administrativo de Paranaguá, Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação das estradas existentes no Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais no Grupo Escolar General Carneiro, no Município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento do número de policiais, bem como da cota de combustível para a Delegacia de Polícia do Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Sub-delegacia para o Distrito Administrativo de São Luiz, no Município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador

do Estado, encarecendo urgência no encaminhamento de projeto de lei que reformula os dispositivos da Lei 7208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Marcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Saúde e Bem Estar Social e da Educação, encarecendo urgência na redefinição dos critérios de cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a realização de exames médicos em escolares para a prática de Educação Física. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República em exercício, encarecendo a participação da mulher no governo da nova República. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ampliação do atendimento às estradas de leito natural do Município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível assim como mais armamento, para a Delegacia de Polícia do Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de um escritório da mesma no Município de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, para proceder o inventário cultural do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo autorização para que seja declarada de utilidade pública a "Reencontro, Obras Sociais e Educacionais", sob a liderança do

Pastor Nilson do Amaral Fanini. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, com apoio de demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma comissão especial, interpartidária, destinada a promover estudos sobre a reforma administrativa do Tribunal de Contas do Estado e a viabilidade e oportunidade da criação de um Conselho de Contas Municipais. Devolva-se ao autor para cumprir o que determina o Art.34 do Regimento Interno.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, para fazer três solicitações à Comissão Executiva deste Poder:

1. Com relação a resposta dos pedidos de informações a este Poder.

Temos observado, Senhor Presidente, de que o Poder Executivo não tem respondido dentro do prazo constitucional, os pedidos de informações deste Poder.

Solicito em consequência, que a Comissão Executiva, passe a determinar um levantamento de todos os pedidos de informação pendentes de resposta do Poder Executivo e informe as Lideranças Partidárias desta Assembléia Legislativa.

2. Tendo em vista que o Poder Legislativo já aceitou como definitivo a existência de um novo partido nesta Casa, que o Departamento Legislativo possa informar a composição das novas comissões técnicas, para que efetivamente possamos estabelecer as novas representações dos três partidos nesta Casa.

3. Solicito uma reunião desta 1ª Secretaria com as Lideranças Partidárias, para que possamos analisar em conjunto os termos do Decreto Legislativo 052/85 que trata dos recursos advindos da receita patrimonial deste Poder patrimonial deste Poder e para que possam as Lideranças Partidárias tomar conhecimento da forma com que as despesas estão sendo efetuadas em razão das receitas patrimoniais deste Poder Legislativo.

São as três solicitações que faço a esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tomará as providências necessárias, para prestar as informações que Vossa Excelência neste instante requer.

Quanto a reunião com a 1ª Secretaria, a fim de estudar o que atribui o Decreto Legislativo sobre a renda patrimonial, esta 1ª Secretaria informa a Vossa Excelência que está a disposição, a qualquer instante, essa reunião que Vossa Excelência pleiteia juntamente com o nosso Presidente e o 2º Secretário.



O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela brilhante maneira que conduziu na frente da Presidência desta Casa e nesta oportunidade, dizer quanto a acusação do Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira a viagem do Governador ao Japão, eu me penitencio porque hoje é 01 de abril. Obrigado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 319/84, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Previdenciários e Servidores Públicos, Sucursal de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio e expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o credenciamento de uma farmácia para beneficiar os associados do IPE no Município de Nossa Senhora das Graças. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo reforma junto ao Colégio Estadual José Siqueira Rosa, no Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo promover alterações no Estatuto da Polícia Civil, de modo a permitir que os "Delegados Calças Curtas" nomeados para os Distritos Administrativos possam vir a ser remunerados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 08 de abril, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 256/84

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 262/84, 265/84

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 123/84, 178/84

Levanta-se a sessão.

#### Decretos Legislativos:

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 053/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

prorrogar, até 31 de dezembro de 1985, a permanência do funcionário FERNANDO JOSÉ PUPPI, matrícula n.º 327, ocupante do cargo de Médico C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Secretaria de Estado da Segurança, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28 de março de 1985.

NILSO SGUAREZI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 2.º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 054/85

I - revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 208/79, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1.ª Secretaria, o funcionário JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES, matrícula n.º 311, ocupante do cargo de Técnico Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - revogar o Decreto Legislativo n.º 100/84, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1.ª Secretaria, a funcionária MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 055/85

exonerar, a pedido, NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula n.º 344, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da 1.ª Secretaria.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 056/85

exonerar, a pedido, ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n.º 093, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador do Conselho Superior de Administração.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 057/85

exonerar, a pedido, JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula n.º 039, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria da Procuradoria.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 058/85

exonerar, a pedido, REGINALDO FANCKIN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria Jurídica, da Diretoria da Procuradoria.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 059/85

exonerar, a pedido, LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula n.º 456, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Procuradoria.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 060/85

exonerar, a pedido, LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n.º 279, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 061/85

exonerar, a pedido, ELOI MEZZADRI, matrícula n.º 365, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Legislativa.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 062/85

exonerar, a pedido, NELSON SILVIO SALLES, matrícula n.º 491, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador

da Coordenadoria de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 063/85**

exonerar, a pedido, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula nº 422, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 064/85**

exonerar, a pedido, LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula nº 437, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 065/85**

exonerar, a pedido, IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula nº 122, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 066/85**

exonerar, a pedido, CELSO APPARECIDO DE CASTRO, matrícula nº 144, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Assistência ao Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 067/85**

exonerar, a pedido, NELSON AUGUSTO ARAUJO, matrícula nº 501, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Apoio à Mesa, da Diretoria de Assistência ao Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 068/85**

exonerar, a pedido, RONALDO LOPES LINHARES, matrícula nº 086, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Apoio ao Plenário, da Diretoria de Assistência ao Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 069/85**

exonerar, a pedido, CELSO ARAUJO JÚNIOR, matrícula nº 489, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia, da Diretoria de Assistência ao Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 070/85**

exonerar, a pedido, ZENO PACIORNIK, matrícula nº 411, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 071/85**

exonerar, a pedido, SÉRGIO ZACARIAS, matrícula nº 406, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 072/85**

exonerar, a pedido, ANTONIO GULBINO, matrícula nº 164, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Patrimônio e Material, da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 073/85**

exonerar, a pedido, JOGUIBE MANSUR, matrícula nº 312, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Protocolo, da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 074/85**

exonerar, a pedido, RAUL WOLF, matrícula nº 312, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transportes, da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 075/85**

exonerar, a pedido, EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula nº 024, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 076/85**

exonerar, a pedido, JORGE KUDRI, matrícula nº 286, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 077/85**

exonerar, a pedido, OSMAR TADEU CARDOSO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 078/85**

exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula nº 145, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 079/85**

exonerar, a pedido, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula nº 602, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 080/85**

exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula nº 161, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Gráfica, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 081/85**

exonerar, a pedido, HONORINO LUIZ COLLA, matrícula nº 505, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Pessoal.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 082/85**

exonerar, a pedido, SUEZ NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Assessor Jurídico, da Diretoria de Pessoal.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 083/85**

exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula nº 090, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Pessoal.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 084/85

exonerar, a pedido, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 085/85

exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 398, do cargo em Comissão, Símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 086/85

exonerar, a pedido, JOSÉ ANTÔNIO MAINGUE, matrícula nº 368, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, da Diretoria de Pessoal.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 087/85

exonerar, a pedido, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula nº 386, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 088/85

exonerar, a pedido, LUIZ ANTÔNIO CARON, matrícula nº 301, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Tesoureiro, da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 089/85

exonerar, a pedido, IHOR BARANHUK, matrícula nº 453, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 090/85

exonerar, a pedido, JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula nº 509, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 091/85

exonerar, a pedido, WILLANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula nº 354, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais, da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 092/85

exonerar, a pedido, AIMORÉ OD ROCHA, matrícula nº 384, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Apoio Técnico.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 093/85

exonerar, a pedido, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula nº 512, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 094/85

exonerar, a pedido, SERGIO VALÉRIO ANTUNUNCIO, matrícula nº 433, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 095/85

exonerar, a pedido, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da Presidência.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 096/85

I - exonerar, a pedido, NEUSA DECKERT, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Intérprete do Cerimonial, da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

II - exonerar, a pedido, IRENO VICENTE, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente do Cerimonial, da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

III - exonerar, a pedido, VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente do Cerimonial, da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 097/85

I - exonerar, a pedido, FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula nº 480, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Analista de Sistema, da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

II - exonerar, a pedido, MÁRIO AUGUSTO GUERRA, matrícula nº 170, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Analista de Sistema, da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 098/85

I - revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 183/83, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1ª Secretaria, o funcionário CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula nº 116, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 150/83, que designou para exercer as funções de Assessor de gabinete da 1ª Secretaria, o funcionário OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

III - revogar o Decreto Legislativo nº 207/84, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1ª Secretaria, o funcionário LUIZ LIMA, matrícula nº 504, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de abril de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 99/85

exonerar ARY NATAL CHEMIN, matrícula nº 297, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência.

(Protoc. nº 1808).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 100/85

I- exonerar LAIS DALL'STELLA SCHMIDT, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Buffara.

II- prover ARY NATAL CHEMIN, matrícula n.º 297, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Buffara.

(Protoc. n.º 1808)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 101/85

I- exonerar CARLOS ALBERTO ROMÃO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato.

II- prover SELMA NICIA ROMÃO MANFRINATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato.

(Protoc. n.º 2175)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 102/85

exonerar MACIEL CESAR PELOZI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva.

(Protoc. n.º 2184)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 103/85

exonerar MARIA APARECIDA MARTINS DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva.

(Protoc. n.º 2185)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 104/85

prover MACIEL CESAR PELOZI, para exonerar o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello Silva.

(Protoc. n.º 2183)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 105/85

exonerar MARIA DO CARMO CALDAS CARNEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. n.º 2198)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 106/85

I- exonerar OSVALDO FONSECA BROCA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro; e,

II- prover o citado funcionário, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. n.º 2197)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 107/85

prover MARIA DO CARMO CALDAS CARNEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. n.º 2199).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 108/85

I- exonerar HELIO MANFRINATO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato; e,

II- prover WILSON DAVANÇO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato.

(Protoc. n.º 2442)

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 01/04/85.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

2.º Secretário

## Decretos Legislativos :

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 117/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

## RESOLVE:

prover, CESAR AUGUSTO LEONI, matrícula n.º 479, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 118/85

prover, ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 119/85

prover, AYRTON PRECOMA, matrícula n.º 511, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 120/85

prover, RENATO SCHAITZA, matrícula n.º 600, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 121/85

prover, ANTONIO CECCON, matrícula n.º 554, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 122/85

prover, RUTH CARVALHO, matrícula n.º 256, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 123/85

prover, ANTONIO GUBINO, matrícula n.º 164, para exercer o

cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Pessoal.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 124/85**

prover, CELI EUCLÉA GALLIANO, matrícula n.º 415, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Protocolo, da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 125/85**

prover, MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula n.º 399, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 126/85**

prover, LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula n.º 128, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Pessoal.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/85**

prover, JORGE KUDRI, matrícula n.º 286, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 128/85**

prover ANTONIOCARLOS ITIBERE DA CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria Jurídica, da Diretoria da Procuradoria.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 129/85**

prover, MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 597, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 130/85**

prover, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador do Conselho Superior da Administração.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 131/85**

prover, JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula n.º 039, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria da Procuradoria.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 132/85**

prover, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula n.º 386, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Financeira.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 133/85**

prover, AIMORÉ OD ROCHA, matrícula n.º 384, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Apoio Técnico.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 134/85**

prover, ELOI MEZZADRI, matrícula n.º 365, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 135/85**

prover, CELSO APPARECIDO DE CASTRO, matrícula n.º 144, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Assistência do Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 136/85**

prover, IRANI CARINI, matrícula n.º 179, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Assessoramento Técnico Legislativo, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 137/85**

prover, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n.º 422, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 138/85**

prover, MARILU FANCHER BECKER, matrícula n.º 438, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 139/85**

prover, NELSON AUGUSTO ARAUJO, matrícula n.º 501, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Apoio à Mesa, da Diretoria de Assistência ao Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 140/85**

prover, JOSÉ ROSA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Apoio ao Plenário, da Diretoria de Assistência ao Plenário.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 141/85**

prover, CELSO ARAUJO JÚNIOR, matrícula n.º 489, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia, da Diretoria Legislativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 142/85**

prover, RAUL WOLF, matrícula n.º 321, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transportes, da Diretoria Administrativa.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 143/85**

prover, LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula n.º 145, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 144/85**

prover, LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n.º 161, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Gráfica, da Diretoria de Serviços Especiais.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 145/85**

prover, OSMAR TADEU CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 146/85

prover, SUEZ NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Assessor Jurídico, da Diretoria de Pessoal.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 147/85

prover, GLACY BELICH, matrícula n.º 154, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Administração de Pagamentos da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 148/85

prover, WILLIANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula n.º 354, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais, da Diretoria Financeira.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 149/85

prover, SÉRGIO VALÉRIO ANTUNUNCIO, matrícula n.º 433, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 150/85

prover, AMASILIA ARAUJO BRÜEL, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 151/85

prover, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Procuradoria.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 152/85

prover, JOÃO ANTONIO DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 153/85

prover, AYNED MARIA REINERT TIZZOT, matrícula n.º 236, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Patrimônio e Material, da Diretoria Administrativa.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 154/85

prover, EDOUARD ELÍAS THOMÉ, matrícula n.º 024, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 155/85

prover, MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula n.º 181, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Tesoureiro Geral, da Diretoria Financeira.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de abril de 1985.

NILSO ROMEU SGUAREZI – Presidente

ANIBAL KHURY – 1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 2.º Secretário

PORTARIA Nº 077/85

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar RUBENS GORNY FILHO, contratado como Fisioterapeuta, para prestar serviços na Coordenadoria do Serviço Médico e Odontológico, a partir de 26 de fevereiro de 1985.

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 27 de fevereiro de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 129/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAXIMINIO CARDOSO, matrícula n.º 573, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2131)

## PORTARIA Nº 130/85

designar LONDINA LEITE IWAYA, contratada como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Donato Gulin, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83, de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 1210)

## PORTARIA Nº 131/85

designar LUIZ HENRIQUE CASTAGNOLI, contratado como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Acir Mezzadri, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83, a partir de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 1883)

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 28 de março de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 132/85

I- revogar a Portaria n.º 534/83, na parte que se refere ao funcionário OLEGÁRIO SALDANHA DE ARAUJO MACEDO, da Casa Civil, ora à disposição deste Poder, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência; e

II- designar o citado funcionário, para prestar serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

## PORTARIA Nº 133/85

designar LUIZ FERNANDO WERNECK ANDRADE, funcionário contratado como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Anibal Khury, a



partir de 1.º de abril de 1985, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83.  
(Protoc. n.º 2331)

PORTARIA N.º 134/85  
designar VALMOR STÉDILE, funcionário contratado como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Rubens Bueno, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83, a partir de 1.º de abril de 1985.  
(Protoc. n.º 1943).

PORTARIA N.º 135/85  
designar SERGIO ZACARIAS, matrícula n.º 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa.

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 01 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 136/85.  
conceder à funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula n.º 106, ocupante do cargo Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 08 de abril de 1985.  
(Protoc. n.º 2349)

PORTARIA N.º 137/85  
I- revogar a Portaria n.º 191/85, na parte que se refere ao funcionário DIRCEU DA SILVA, contratado deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços na Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa; e,

II- designar o citado servidor, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria.

(Protoc. n.º 1891)

PORTARIA N.º 138/85  
incluir na Portaria n.º 120/85, que constitui Comissão de Sindicância, para apurar fatos que envolvem o funcionário comissionado ALTAMIR NARCISO, o funcionário MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula n.º 148, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em substituição o funcionário JURACY JOSÉ SOMMAVILLA.

PORTARIA N.º 139/85

D E T E R M I N A:  
o uso obrigatório do crachá de identificação durante o horário de expediente, com alertamento de que a desatenção ao determinado, implicará em pronta aplicação de sanção disciplinar, inclusive suspensão, com desconto em folha de pagamento.

**Divulgue-se, publique-se e cumpra-se!**

PORTARIA N.º 140/85  
designar ZENO PÁCIORNIK, matrícula n.º 411, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Diretor Adjunto, da Diretoria Administrativa.

PORTARIA N.º 141/85  
designar LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula n.º 090, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 01 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.